



2021

Relatório Anual

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





2021 **Relatório** Anual

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PRESIDENTE

Henrique Carlos de Andrade Figueira

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Ricardo Rodrigues Cardozo

1º VICE-PRESIDENTE

José Carlos Maldonado de Carvalho

2º VICE-PRESIDENTE

Marcus Henrique Pinto Basílio

3º VICE-PRESIDENTE

Edson Aguiar de Vasconcelos

ÓRGÃO ESPECIAL

VAGAS DE ANTIGUIDADE

Luiz Zveiter

Claudio de Mello Tavares

Maria Inês da Penha Gaspar

Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Reinaldo Pinto Alberto Filho

Milton Fernandes de Souza

Nagib Slaibi Filho

Adriano Celso Guimarães

Bernardo Moreira Garcez Neto

Elisabete Filizzola Assunção

Maurício Caldas Lopes

José Carlos Varanda dos Santos

VAGAS DE ELEIÇÃO

Celso Ferreira Filho

Edson Aguiar de Vasconcelos

Ricardo Rodrigues Cardozo

José Carlos Maldonado de Carvalho

Luiz Felipe Francisco

Marcus Henrique Pinto Basílio

Benedicto Ultra Abicair

Carlos Santos de Oliveira

Marília de Castro Neves Vieira

Jacqueline Lima Montenegro

Denise Vaccari Machado Paes

Maria Helena Pinto Machado

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Henrique Carlos de Andrade Figueira
Ricardo Rodrigues Cardozo
José Carlos Maldonado de Carvalho
Marcus Henrique Pinto Basílio
Edson Aguiar de Vasconcelos
Ana Maria Pereira de Oliveira
Mônica Costa Di Piero
Paulo de Oliveira Lanzillotta Baldez
Myriam Medeiros da Fonseca Costa
Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (COLEN)

Luciano Sabóia Rinaldi de Carvalho
Flávia Romano de Rezende
João Ziraldo Maia
Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho
André Luiz Cidra

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (COREG)

Elton Martinez Carvalho Leme
Teresa de Andrade Castro Neves
Katya Maria de Paula Menezes Monnerat
Eduardo Gusmão Alves de Brito Neto
Sergio Ricardo de Arruda Fernandes

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Alexandre Teixeira de Souza
Pedro Antônio de Oliveira Junior
Fernanda Galliza do Amaral
Daniela Bandeira de Freitas
Rafael Estrela Nóbrega

GABINETE E DIRETORIAS GERAIS

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)

Carlos Eduardo Menezes da Costa

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA E APOIO À JURISDIÇÃO (DGJUR)

Alessandra Fabrício Anátocles da Silva Ferreira

DIRETORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM)

José Carlos Tedesco

DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (DGPES)

Gabriel Albuquerque Pinto

DIRETORIA GERAL DE LOGÍSTICA (DGLOG)

Bruno Coelho Silva

DIRETORIA-GERAL DE CONTRATOS E LICITAÇÕES (DGCOL)

Bruno Carvalho Azevedo

DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (DGPCF)

Claudio Torres Carvalho

DIRETORIA GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (DGSEI)

Coronel Francisco Costa Matias de Carvalho

**DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DE DADOS (DGTEC)**

Virna Amorim

**ASSESSORIA-GERAL DE INOVAÇÃO E GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS (ASPJE)**

Humberto Vieira da Cruz

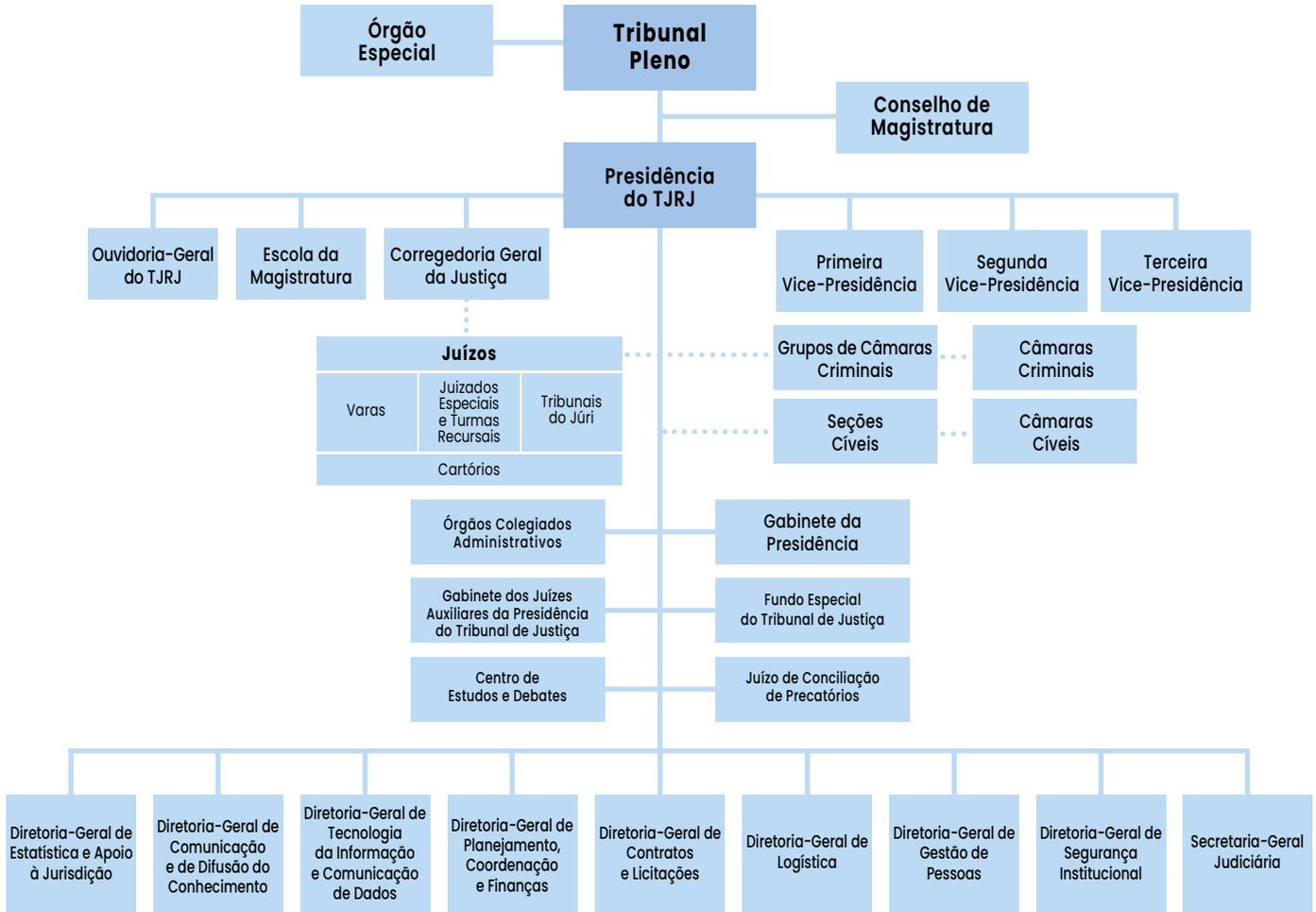
NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

Sthefania Mendonça Rodrigues

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA (SGJUD)

Elke Autuori Spitz Paiva

ORGANOGRAMA | ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS DO PJERJ

MISSÃO

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado a sua natureza, visando à pacificação da sociedade e efetividade de suas decisões.

VISÃO

Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

VALORES

- Ética
- Probidade
- Transparência
- Integridade
- Acesso à Justiça
- Celeridade
- Responsabilidade social e ambiental
- Imparcialidade
- Efetividade
- Modernidade

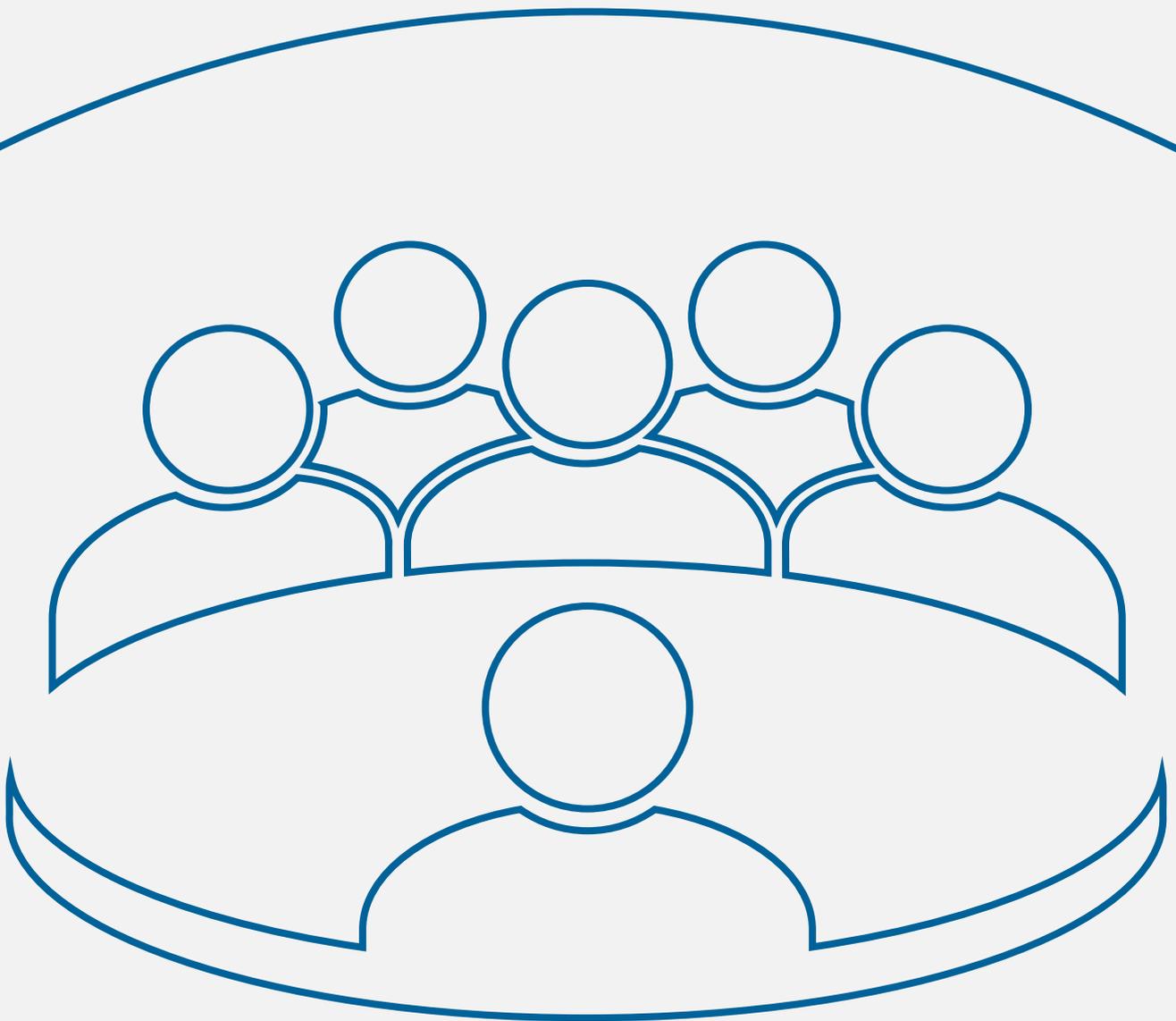
POLÍTICA DA QUALIDADE

Prestar jurisdição e resolver conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando as melhores práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

SUMÁRIO

1.	Apresentação	11
2.	Plano Geral do Relatório	15
3.	Planejamento e Gestão	19
4.	Prêmio de Qualidade CNJ	29
5.	Garantia dos Direitos Fundamentais	33
6.	Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	43
7.	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	63
8.	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária	111
9.	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	125
10.	Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa	131
11.	Promoção da Sustentabilidade	137
12.	Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	141
13.	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	145
14.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	153
15.	Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e Segurança	169
16.	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	185
17.	Palavras Finais	195

1 Apresentação



1. APRESENTAÇÃO

Ao assumir a gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, estava convicto de que administrá-lo dependeria de esforço coletivo, além de ser essencial a participação geral com opiniões, sugestões e trabalho.

Conclamei pela manutenção da paz e união do Tribunal e assumi o compromisso de realizar uma gestão eficiente, com a colaboração e dedicação dos Magistrados integrantes da Corte, de seu corpo de funcionários e auxiliares, além dos demais operadores do Direito, partícipes de funções essenciais da Justiça.

Priorizamos o desenvolvimento de planejamento estratégico que permitisse ao Tribunal não apenas definir projetos e ações a serem desenvolvidos em uma gestão, mas sim para o sexênio 2021-2026, buscando sempre a perenidade das iniciativas institucionais.

Entendemos que a priorização da gestão e da governança é fundamental para que o Judiciário possa ser inovador e consiga decidir de forma firme os problemas sociais. E, para isto, é necessário desenvolver mecanismos alternativos aplicáveis na solução de conflitos.

Prosseguimos na trilha percorrida por administrações pretéritas no desenvolvimento de projetos sociais exitosos, buscando ampliar ações como as realizadas junto às Varas da Infância, Juventude e Idoso e de Violência Doméstica.

E assim vem sendo feito. Embora a pandemia tenha perdurado e trazido grande modificação na relação de trabalho desenvolvida por Magistrados e servidores, a atividade judicante avançou com resultados excepcionais.

Magistrados e servidores do Judiciário fluminense mantiveram altos índices de produtividade e se adaptaram à realidade que lhes foi imposta. Cabe destacar positivamente o Relatório Justiça em Números, divulgado em 28/9/2021 pelo CNJ, que, pelo 12º ano consecutivo, classificou o TJRJ como o mais produtivo entre os cinco maiores tribunais estaduais do país. Mesmo num cenário de pandemia da Covid-19, o Judiciário fluminense atingiu 100 % de produtividade.

Ressalto, ainda, que, desde o dia 16 de março de 2020 até 21 de novembro de 2021, o Tribunal somou 3.875.520 sentenças, 4.085.783 decisões, 11.276.381 despachos e 134.981.047 atos cumpridos por servidores. Uma produção que, se somada, passou de 150 milhões de movimentações.

O retorno gradual ao trabalho presencial considera as mudanças de cenário da pandemia do novo coronavírus em todo o território nacional, além do estágio da vacinação, os últimos registros epidemiológicos publicados, a redução dos níveis de internação hospitalar e o parecer do Departamento de Saúde do TJRJ pela manutenção dos protocolos sanitários.

Tal retorno marca uma nova fase de readaptação, e o nosso Tribunal já se mostrou tenaz, flexível e eficiente em tais cenários.

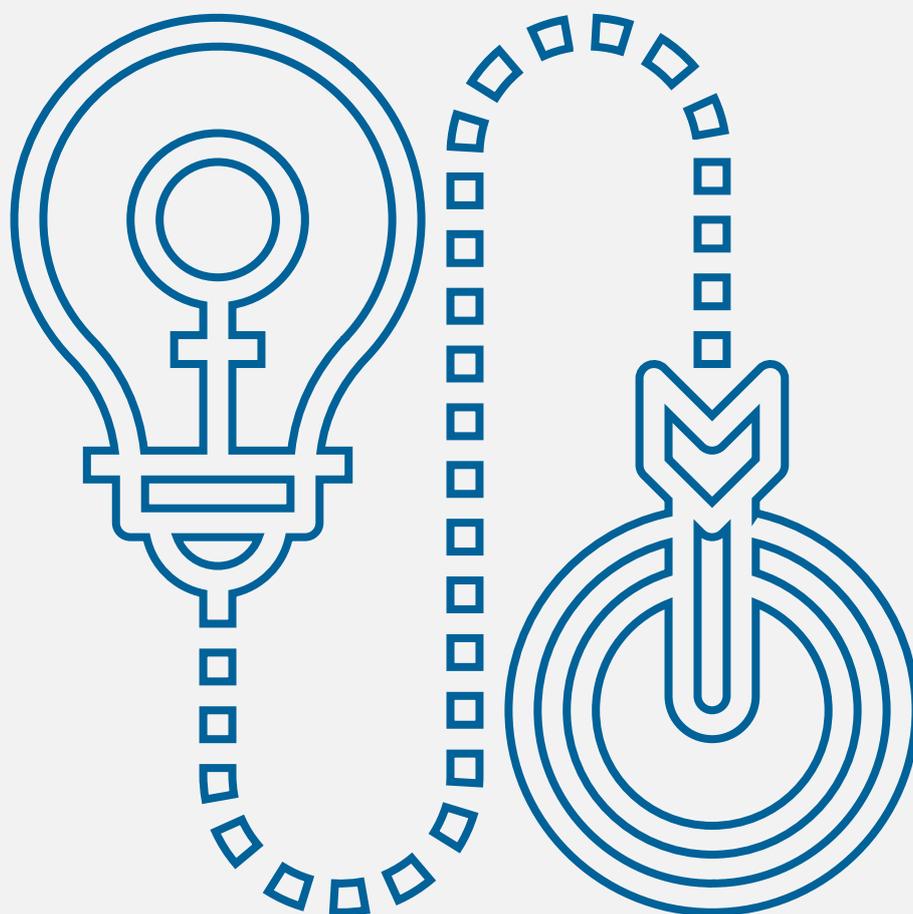
O ano de 2021 trouxe bons e recuperadores resultados. Que o ano de 2022 venha consolidar o TJRJ em seu merecido lugar de destaque como um dos melhores do nosso país.

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2

Plano Geral do Relatório



2. PLANO GERAL DO RELATÓRIO

Este relatório está organizado a partir dos macrodesafios do planejamento do Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

São eles: Garantia dos Direitos Fundamentais, Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade, Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa, Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios, Promoção da Sustentabilidade, Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal, Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos, Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados, Aperfeiçoamento da Estrutura Predial, Logística e de Segurança e Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

Na sequência do relatório, são apresentadas as seguintes seções:

A seção de planejamento e gestão demonstra como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão em 2021. As demais seções se estruturam de acordo com os macrodesafios adotados no mapa estratégico e os respectivos objetivos, que foram desenvolvidos pela Administração.

São relatadas também iniciativas da Administração que concorreram para o desenvolvimento de cada macrodesafio específico trabalhado pelo TJRJ e para o aprimoramento das atividades desta Corte ao longo do ano.

3

Planejamento e Gestão



3. PLANEJAMENTO E GESTÃO

Elaboração, execução e acompanhamento do Plano Estratégico

O início de gestão foi marcado pela revisão do Planejamento Estratégico, conforme Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, que estabeleceu a estratégia para o Judiciário, no período de 2021 a 2026.

Importante destacar que as bases da estratégia adotada na atual gestão, em 2021, passarão para as próximas administrações até nova revisão em 2026, o que torna a revisão mencionada de extrema relevância para os próximos anos do Poder Judiciário fluminense.

No âmbito nacional, tal estratégia previu o estabelecimento de temas – macrodesafios – com o desenvolvimento de objetivos em todas as Cortes do país, cujo período de planejamento prosseguiria além de uma gestão.

Dessa forma, vários projetos tiveram sua continuidade assegurada, conforme afirmado no Plano Estratégico aprovado para o biênio 2021/2022: “garantir que ações importantes iniciadas por gestões passadas possam ser continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional”.

Seguindo tal premissa, a Comissão de Governança, Estratégica e Planejamento (COGEP), em reunião realizada em maio de 2021, formalizou a documentação do planejamento estratégico e deliberou por encaminhá-la ao Egrégio Órgão Especial para homologação.

Objetivos e temas de planejamento foram reunidos em um Mapa Estratégico que explicitou a direção da atuação administrativa e o alinhamento à estratégia nacional instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020.

Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

MISSÃO		VISÃO	
<ul style="list-style-type: none"> Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado a sua natureza, visando à pacificação social e à efetividade de suas decisões. 		<ul style="list-style-type: none"> Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade. 	
POLÍTICA DA QUALIDADE		VALORES DO TJRJ	
<ul style="list-style-type: none"> Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos. 		<ul style="list-style-type: none"> Ética, probidade, transparência, integridade, acesso à justiça, celeridade, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, efetividade, modernidade. 	
SOCIEDADE	GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	FORTELECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da garantia dos direitos fundamentais Promoção da garantia dos direitos das minorias e inclusão social 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da Comunicação Interna Facilitação da Comunicação com a mídia e com a sociedade civil 	
PROCESSOS INTERNOS	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
	<ul style="list-style-type: none"> Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º grau Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdiccional, buscando a razoável duração do processo Priorização da fase de execução dos processos Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais 	<ul style="list-style-type: none"> Priorização da tramitação de processos de desvio de recursos públicos Aprimoramento da fiscalização e do controle do gasto público no PJERJ 	
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento da autonomia do Poder Judiciário Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ Aprimoramento das políticas de controle interno Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Priorização do julgamento de casos análogos Redução dos processos de litigância serial 	
	PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	
	<ul style="list-style-type: none"> Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da aplicação de penas e medidas alternativas Aprimoramento de rotinas cartorárias Aprimoramento do sistema carcerário 	
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	PREVENÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da gestão sustentável ambiental, de contratações, de documentos e qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da gestão da infraestrutura e dos equipamentos de TI Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas Ampliação do acesso à tecnologia Aprimoramento da governança de TIC Promoção da proteção de dados organizacionais 	
	APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdiccional Aprimoramento logístico do PJERJ 	<ul style="list-style-type: none"> Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos 	
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS		
	<ul style="list-style-type: none"> Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura Valorização dos Servidores e da carreira de Serventuário da Justiça Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais 		

Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026

O Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026 foi aprovado com a edição da Resolução TJ/OE, Nº 11/2021, que instituiu as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Foram aprovados o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG) – que garante os recursos necessários para a implementação de projetos e iniciativas –, a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do TJRJ.

A Política de Gestão Estratégica do TJRJ, estabelecida na Resolução TJ/OE, Nº 11/2021, está baseada nos seguintes objetivos:

- Continuidade administrativa;
- Integração das unidades do TJRJ, com base na implementação de diretrizes institucionais para nortear a atuação estratégica de todos os seus órgãos;
- Definição de conceitos e metodologias padronizadas para os processos de formulação e planejamento, execução e controle da gestão estratégica;
- Implementação de grupos formais de avaliação de questões relacionadas à governança institucional, como integridade, *compliance*, *accountability*, riscos, entre outros, além do alinhamento da estratégia organizacional das diretrizes de governança a serem estabelecidas.

Para execução do plano estratégico, 39 propostas foram analisadas e aprovadas pela COGEP. Dessas, 21 propostas foram de continuidade e 18, novas. Três propostas novas foram integradas a projetos já existentes.

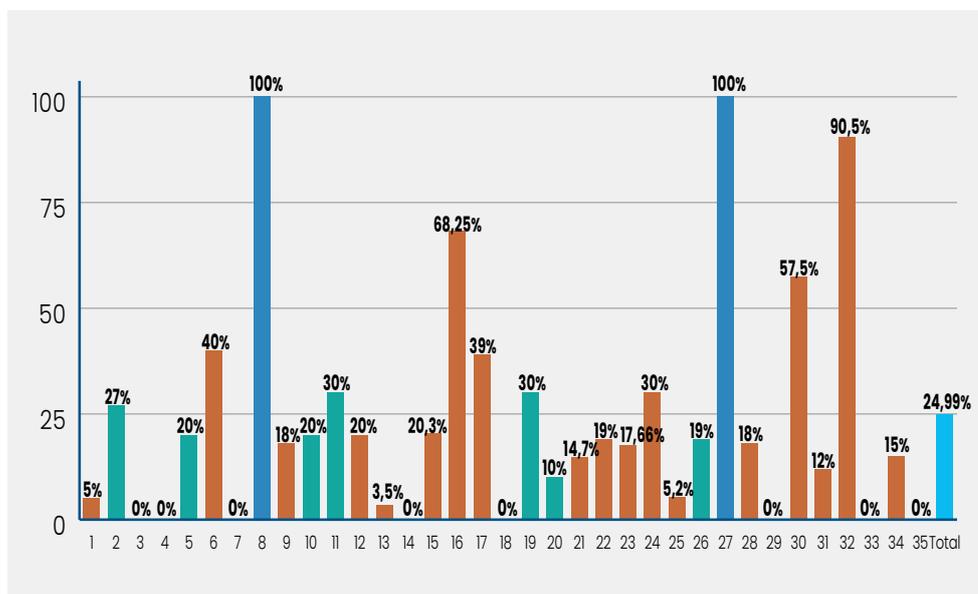
O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos se baseia na análise dos dados, verificando-se junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações, diligenciando as respectivas pendências da diretoria responsável ou de outras diretorias.

Até novembro de 2021, o percentual de implementação dos projetos estratégicos atingiu 24,99% em relação ao total de ações planejadas para o biênio 2021/2022. Dos 35 projetos aprovados no biênio, dois já foram concluídos; dois foram suspensos; um está com pendências na documentação; dois estão com previsão de implementação das ações em 2022 e dois sob revisão. 26 projetos estavam em andamento regular ao final de 2021, dos quais sete estão integralmente no prazo.

■ Concluído
 ■ No prazo
 ■ Em atraso
 ■ Suspensão
 Total: 24,99%

PE	Nome do Projeto	PE	Nome do Projeto
1	Ações Integradas de Saúde (continuidade) 5%	19	Implementação da Política de Governança Institucional (continuidade) 30%
2	Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade) 27%	20	Implementação de estrutura física e logística na Central de Audiências de Custódia – Capital 10%
3	Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade) 0%	21	Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade) 14,7%
4	Aprimoramento da Gestão do Patrimônio – Fase 4 (continuidade) 0%	22	Incentivo e Apoio ao cumprimento das metas nacionais jurisdicionais 19%
5	Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais (continuidade) 20%	23	Justiça 4.0 17,66%
6	Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência 40%	24	Mediação e Conciliação Extrajudicial 30%
7	Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade) 0%	25	Modernização da Gestão Fiscal (continuidade) 5,2%
8	Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ com a implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade) 100%	26	Modernização dos órgãos julgadores de licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020) 19%
9	Atualização do Parque Tecnológico (continuidade) 18%	27	Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna 100%
10	Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais 20%	28	Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade) 18%
11	Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença 30%	29	Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade) 0%
12	Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line 20%	30	Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais – DORJ-III, Seção I 57,5%
13	Digitalização de processos físicos 3,5%	31	Programa de Formação Integral de Gestores – FIG 12%
14	Estudo para Solução de Contingência de infraestrutura de TIC (continuidade) 0%	32	Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro 90,5%
15	Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade) 20,3%	33	Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade) 0%
16	Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade) 68,25%	34	Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade) 15%
17	Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe (continuidade) 39%	35	Unificação do Teletendimento dos Serviços da DGLOG (continuidade) 0%
18	Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade) 0%		

Gráfico - Implementação dos Projetos Estratégicos (até Nov./2021)



Fonte: DEGEP

Os projetos “Aprimorar a segurança nas instalações físicas do TJRJ com a implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)” e “Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna” foram concluídos em abril e setembro de 2021, respectivamente.

Encontram-se **suspensos** os seguintes projetos:

- Aprimoramento da Gestão do Patrimônio - Fase 4 (continuidade) - Diretoria-Geral de Logística (DGLOG). **Síntese do escopo:** Aprimoramento dos sistemas do DEPAM (SISPAT, SISMAT e SISINVENT), de forma a possibilitar a integração entre as áreas de gestão patrimonial, almoxarifado e compras. **Justificativa para a suspensão:** O processo de aquisição, iniciado em 2019 (SEI 2019-0048.376), foi suspenso em razão de restrições orçamentárias e deverá retornar, em 2021, para a fase de estudos e pesquisa das soluções de mercado, com previsão de aquisição em 2022;
- Unificação do Teletendimento dos Serviços da DGLOG (continuidade) - Diretoria-Geral de Logística (DGLOG). **Síntese do escopo:** Criação de uma Central de Solicitações para os serviços prestados pela DGLOG (DEIOP, DEPAM, DETRA e DEENG). **Justificativa para a suspensão:** Suspenso por 90 dias (15/09) - Processo SEI nº 2020.0617906.

Estão com andamento **regular** os seguintes projetos:

- Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade);

- Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais (continuidade);
- Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais;
- Criação do CEJUSC de Execução e Cumprimento de Sentença;
- Implementação da Política de Governança Institucional (continuidade);
- Implementação de estrutura física e logística na Central de Audiências de Custódia – Capital;
- Modernização dos órgãos julgadores de licitação (OJULI) frente à nova lei geral de licitações e contratos (PL 4.253/2020).

Os projetos que demonstram algum **atraso** na implementação das ações são:

- Ações Integradas de Saúde (continuidade);
- Aprimoramento do Sistema de Pesquisa na Base de Dados de Jurisprudência;
- Atualização do Parque Tecnológico (continuidade);
- Desenvolvimento de Plataforma de Resolução de Conflitos On-Line;
- Digitalização de processos físicos;
- Estudo para Solução de Contingência de infraestrutura de TIC (continuidade);
- Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher - Resolução CNJ nº254/2018 e Resolução nº255/2018 (continuidade);
- Implantação do Alarme de Pânico nas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro (continuidade);
- Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe (continuidade);
- Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade);
- Incentivo e Apoio ao cumprimento das metas nacionais jurisdicionais;
- Justiça 4.0;

- Mediação e Conciliação Extrajudicial;
- Modernização da Gestão Fiscal (continuidade);
- Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos (continuidade);
- Preservação e acesso às obras Raras e aos Atos Oficiais do PJERJ- Diários Oficiais - DORJ-III;
- Programa de Formação Integral de Gestores – FIG;
- Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade).

Devido a pendências no cronograma, **não foi possível mensurar** o percentual de implementação do seguinte projeto até o final de 2022:

- Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade);

Não há ações previstas para conclusão no período nos seguintes projetos:

- Aprimoramento e monitoramento das medidas de prevenção e combate a incêndio e pânico (continuidade);
- Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ (continuidade).

Outras situações:

- Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade) (Processo SEI 2021-0674000 – processo remetido à VEP para análise);
- Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no TJRJ (continuidade) (documentação a ser enviada para análise do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPDP, para formalização. Importante destacar que inúmeras ações previstas no cronograma estão sendo realizadas e a porcentagem de implementação do projeto está em dia.).

Além do acompanhamento do percentual de implementação dos projetos, a estratégia também vem sendo monitorada por um conjunto de indicadores estratégicos aprovados pela COGEP. A adoção de indicadores estratégicos na gestão do Tribunal é parte da metodologia *Balanced Sco-*

recard (BSC), prevista nas diretrizes da Resolução CNJ nº 325/2020. Tais indicadores, adequados às peculiaridades da estratégia da Instituição, evidenciam o impacto da implementação dos projetos estratégicos na realização dos objetivos fixados pela Administração e consignados no mapa estratégico, medindo o grau de seu atingimento.



Divulgação da aprovação do Plano Estratégico no Portal do TJRJ

4

**Prêmio de
Qualidade CNJ**



4. PRÊMIO DE QUALIDADE CNJ

Uma importante reconquista a ser considerada em 2021 diz respeito ao Prêmio CNJ de Qualidade. O Prêmio é um reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que cumprem requisitos relacionados a implementação de boas práticas de gestão e excelência em nível nacional a eixos como produtividade, governança e transparência, aprimoramento de TI, etc.

Em 2021, as regras do Prêmio foram definidas pela Portaria CNJ 135/2021 e pressupõem o cumprimento de mais de 150 requisitos estabelecidos em, aproximadamente, 30 Resoluções emitidas pelo Conselho.

O ano de 2020 foi particularmente complexo para o TJRJ, que precisou, em curto prazo, dar ênfase às ações de continuidade dos trabalhos, em razão da pandemia da COVID-19, priorizando a prestação jurisdicional. Como resultado, o TJRJ precisou direcionar todos os seus esforços à rápida resposta de manutenção das atividades institucionais e concluiu o ano de 2020 sem prêmios do CNJ.

Já no ano de 2021, com a manutenção dos grandes esforços institucionais realizados em 2020, iniciou-se a recuperação dos resultados, na medida em que o foco do trabalho pôde ser ampliado. O TJRJ subiu dez posições em relação a 2020, o que lhe garantiu o recebimento do Selo Prata, o único da Região Sudeste a obter a premiação e um dos únicos Tribunais de grande porte a melhorar seus resultados.

“O Selo Prata é o resultado de muita dedicação e esforço, no sentido de se buscar, cada vez mais, uma prestação jurisdicional célere e de qualidade. Parabenizo nossos magistrados e servidores pelas metas atingidas e pelo desempenho alcançado ao longo do ano de 2021”, destacou o presidente do TJRJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira.

Para 2022, identificou-se como meta melhorar o nível e buscar o Selo Diamante, o que seria inédito para um Tribunal de grande porte.



Certificado e Selo Prata concedidos pelo Conselho Nacional de Justiça ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 2021

5

Garantia dos Direitos Fundamentais



5. GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A implementação de ações estruturadas para promover as melhores práticas de sustentabilidade, de responsabilidade social e de promoção da cidadania constitui uma decisão estratégica da gestão e faz parte dos valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), ressaltando o alinhamento de suas ações com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2021 atividades foram realizadas virtualmente como forma de adaptação ao contexto da pandemia da COVID-19, representando um grande desafio para o público interno e externo, o que reafirma o compromisso do TJRJ em sua missão institucional.

As principais ações realizadas em 2021 foram:

Aplicação de Recursos de Prestação de Penas Pecuniárias

De acordo com a Resolução CNJ 154/2012 e com o Ato Normativo TJ 1.453/2014, as verbas das prestações pecuniárias devem retornar à sociedade na forma de serviços e benefícios sociais ou em atividades de caráter essencial a segurança pública, educação e saúde.

Nos termos do Edital de Cadastramento Público 01/2018 (publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 01/10/2018, processo 2018-048657), das 147 instituições que se candidataram, 51 projetos foram aprovados e receberam ao todo R\$ 4.462.234,01 (Proc. SEI 2020-0677577).

Houve constante fiscalização do uso dos recursos repassados às instituições, com 51 visitas em 2021.

Convênios e Parcerias

As parcerias/convênios formalizados com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Órgãos Públicos constituem um dos mecanismos utilizados para viabilizar as ações de cunho social e ambiental. Merecem destaque os seguintes ajustes não onerosos celebrados ou prorrogados pelo TJRJ, na condição de fiscal, gestor ou órgão técnico:

- **Convênio TJRJ e Município de Resende** – Objeto: atendimento aos encaminhamentos realizados pelo Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Resende ao Serviço Patrulha Maria da Penha Municipal, executado pela Prefeitura Municipal de Resende, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos – SMASDH;
- **Convênio TJRJ (COEM), SEPMRJ, MPERJ e DPERJ** – Objeto: cooperação mútua entre os partícipes para a manutenção e a ampliação do Programa “Patrulha Maria da Penha - Guardiões da Vida”, em todos os batalhões de área da PMERJ, cuja principal atribuição será o atendimento e monitoramento das mulheres com as Medidas Protetivas de Urgência deferidas pelo Poder Judiciário, bem como a fiscalização de seu cumprimento pelos agressores;

- **Convênio TJRJ e PETROBRAS** – Objeto: realização de rodas de conversa no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Itaboraí, com autores de violência intrafamiliar e de gênero;
- **Convênio TJRJ, Município de Petrópolis e Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis** – COMDEP. Objeto: cooperação e intercâmbio entre as partes, com a finalidade de desenvolver parceria voltada para o encaminhamento de jovens indicados pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Petrópolis, preferencialmente que tenham medida socioeducativa ou medidas protetivas aplicadas, ou, ainda, em vulnerabilidade social ou de baixa renda, objetivando que sejam contratados como jovens aprendizes, no Município de Petrópolis, especificamente na empresa COMDEP, visando assegurar o cumprimento e a efetividade da Lei 10.097/2000, que estabelece as normas para contratação de aprendizes;
- **Convênio TJRJ e SESI/RJ** – Serviço Social da Indústria. Objeto: cooperação mútua para realização de eventos esportivos, culturais e de outras naturezas no Estado do Rio de Janeiro;
- **Convênio TJRJ e FETRANSPOR**. Objeto: Fornecimento de cartões eletrônicos, com crédito de passagens de ônibus convencional municipal e/ou intermunicipal, para jovens indicados pelos Juízos competentes, objetivando viabilizar o acesso de aprendizes aos cursos de formação técnico-profissionais metódicos, de forma a assegurar o cumprimento e a efetividade da Lei 10.097/2000;
- **Protocolo de Intenções - TJRJ e Guarda Municipal do Rio de Janeiro** – Objeto: cooperação mútua entre os partícipes para a atuação da GM-RIO no Programa “Ronda Maria da Penha – Guarda Protetiva”, cuja principal atribuição será o atendimento e monitoramento das mulheres com as Medidas Protetivas de Urgência deferidas pelo Poder Judiciário, e a fiscalização de seu cumprimento pelos agressores, nas áreas de competência dos I, V e VI Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;
- **Protocolo de Intenções TJRJ e FAMA Consultoria Educacional Ltda.**, mantenedora das Faculdades Integradas Maria Thereza – FAMATH - Objeto: realização de encontros, no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Itaboraí, com casais que retomaram seus relacionamentos após episódios de violência e que, num rito de reaproximação denominado “marco zero”, buscam ressignificar suas relações com os muitos afetos que os atravessam;
- **Protocolo de Intenções TJRJ (COEM) – EMERJ e UFRJ**. Objeto: implementação do aplicativo progressivo para web denominado “Maria da Penha Virtual”, com a cessão gratuita de tecnologia, a fim de garantir a distribuição de pedidos de medida protetiva de urgência, prevista na Lei 11.340/2006, (Lei Maria da Penha), por meio virtual, aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da Comarca da Capital;

- **Protocolo de intenções TJRJ (COEM) e SENAC / ARRJ.** Objeto: cooperação mútua para a implementação do “Programa Mãos EmPENHAdas contra a Violência”, no Estado do Rio de Janeiro;
- **Protocolo de Intenções - ASSERJ / RIO INDÚSTRIA E CIA.** – Objeto: cooperação e intercâmbio entre as partes, com a finalidade de desenvolver parceria voltada para o encaminhamento de adolescentes e jovens, preferencialmente que tenham medida socioeducativa ou medidas protetivas aplicadas, ou, ainda, em vulnerabilidade social ou de baixa renda, objetivando sua contratação como jovens aprendizes, a fim de assegurar o cumprimento e a efetividade da Lei nº 10.097/2000;
- **Acordo de cooperação TJRJ e Fundação Oswaldo Aranha** – Mantenedora do Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA. Objeto: cooperação técnica para encaminhamento de alunos voluntários de todos os cursos de graduação, pós-graduação lato-sensu, mestrado e doutorado, ministrados pela UNIFOA, pelo período de 60 meses;
- **Acordo de Cooperação - TJRJ (NUPEMEC) e Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta – UNISUAM** – Objeto: a cooperação técnica para encaminhamento de alunos e professores, voluntários, dos cursos de graduação, pós-graduação “lato sensu”, mestrado e doutorado, das faculdades de Direito, Assistência Social e Psicologia, ministrados pelo Centro Universitário Augusto Motta – Suam, visando auxiliar na solução extrajudicial de conflitos familiares no CEJUSC Leopoldina.

O TJRJ realizou outros 51 convênios/acordos de cooperação com a finalidade de encaminhar, por meio das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, beneficiários de pena ou medida alternativa para entidades e órgãos públicos, a fim de dar efetividade às penas e medidas aplicadas pelos juízos criminais.

Em relação às parcerias onerosas, foram elaborados documentos de referência, objetivando a realização de chamamento público para os projetos *Começar de Novo*, *Justiça pelos Jovens* e o *Projeto Inclusão Legal* (antigo *Pais Trabalhando*, cujo objeto será ampliado para contemplar mulheres em situação de violência doméstica e familiar, pessoas com necessidades especiais, idosos e refugiados legalizados no país).

Cabe acrescentar a formalização de termo aditivo para a prorrogação do *Projeto Jovens Mensageiros* até janeiro/2024.

Prestação de Contas das Parcerias Onerosas

Em atendimento ao Ato Normativo 06/2018, cabe ao órgão gestor promover a análise de contas das parcerias realizadas com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), aferindo se o objeto foi executado conforme o plano de trabalho estabelecido e a correta aplicação dos recursos transferidos pelo TJRJ. Nesse sentido, foram avaliadas 15 notas de débito, inclusive quanto aos aspectos de revisão salarial e uniformes, e 12 processos de prestação

de contas mensal e uma anual do Projeto Jovens Mensageiros. Além disso, foram analisados dois processos relativos a procedimentos apuratórios.

Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NATJUS/RJ)

A finalidade do NATJUS/RJ é subsidiar os magistrados na tomada de decisões em processos que envolvam questões relativas ao direito à saúde pelo Sistema Único de Saúde, um importante requisito para o Prêmio CNJ da Qualidade. Foi publicada a Portaria 1976/2021, sobre o funcionamento do NATJUS no TJRJ, para alinhamento às diretrizes do CNJ.

Até novembro de 2021, o NATJUS/RJ emitiu 3.503 pareceres/ notas técnicas, sendo 1.867 na Comarca da Capital e regionais e 1.636 no interior.

Cabe ressaltar que, para atender o art. 2º da Resolução CNJ 238/2016, encontra-se em desenvolvimento a implementação de um sistema próprio de apoio técnico que permita o acesso ao banco de dados de pareceres, notas técnicas e julgados na área de saúde.

Também encontra-se em fase de revisão a primeira versão do Manual de Alimentação do Sistema E-NATJUS, para auxiliar os responsáveis pelo registro das informações na plataforma do CNJ, com vistas ao atendimento do Provimento CNJ 84/2019¹, considerando que o TJRJ ainda não dispõe de sistema próprio.

Ações para a Promoção da Cidadania:

Programa Justiça Cidadã

O programa busca promover a inclusão social e o exercício de cidadania mais responsável, crítica e consciente.

Em razão da suspensão das atividades presenciais, o Justiça Cidadã promoveu *lives* nas mídias sociais do TJRJ, para continuar levando noções de cidadania ao público em geral, atingindo o total de 27.053 visualizações² aferidas nas datas das respectivas transmissões, sendo esse público ainda maior quando se considera que as *lives* ficam disponíveis na Internet, possibilitando o acesso a qualquer tempo.

Casamento Comunitário

O Casamento Comunitário faz parte das ações sociais desenvolvidas pelo TJRJ, cuja finalidade é a regularização jurídica do estado civil de casais hi-

¹ Art. 1º Os Magistrados Estaduais e os Magistrados Federais com competência para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde, ainda que durante o plantão judicial, quando levados a decidirem sobre a concessão de determinado medicamento, procedimento ou produto, poderão solicitar apoio técnico ao Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS) do seu Estado ou ao NAT-JUS NACIONAL.

² O apoio técnico previsto no caput, quando solicitado, deverá ser materializado por meio do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus), hospedado no sítio do Conselho Nacional de Justiça, podendo ser acessado através do link: www.cnj.jus.br/e-natjus.

² Dados apurados até 20/12/2021.

possuficientes, que já vivem maritalmente, para fins de proteção da família e ampliação das garantias dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários. Em setembro, foi realizado, excepcionalmente, o casamento comunitário na Igreja Lagoinha, em Niterói, beneficiando 84 pessoas.

Programa de Voluntariado

O Programa de Voluntariado alcança estudantes e aposentados da instituição que prestam serviços de forma espontânea e sem contraprestação pecuniária nas unidades do TJRJ, conforme Resolução do Órgão Especial 16/2018³ e Rotina Administrativa específica.

Visa estimular a consciência da responsabilidade social, solidariedade, cooperação e deveres cívicos, além de promover o desenvolvimento profissional de estudantes.

De outro modo, contribui para o desempenho das atividades operacionais em auxílio às unidades organizacionais, proporcionando o aumento da produtividade nas serventias.

Atualmente, há 453 voluntários distribuídos em 220 unidades de 1ª e 2ª instâncias⁴ da Comarca da Capital e do Interior para apoio às suas atividades.

Em razão da abrangência do Programa, está em construção o sistema corporativo que contemplará as fases de ingresso de voluntários, controles de documentação e de frequência, desligamento, emissão de certificados e demais relatórios que se fizerem necessários.

Palestras sobre o alcoolismo na pandemia

Por meio do acordo de cooperação entre o Tribunal e o Escritório de Serviços Locais de Alcoólicos Anônimos (ELS-RJ), foram realizadas palestras *on-line*, com o objetivo de difundir o conhecimento sobre o tema alcoolismo e o Programa de Recuperação dos Alcoólicos Anônimos, com 895 participações.

Campanhas Institucionais

As campanhas institucionais reforçam o comprometimento com a responsabilidade social, buscando a promoção da cidadania. Consistem em ações de sensibilização e mobilização do público interno e externo.

Em 2021 foram realizadas as seguintes campanhas:

- **Mc Dia Feliz** – A campanha ocorre todos os anos no Fórum Central e no Fórum da Barra da Tijuca. A venda dos tickets é revertida para programas sociais de instituições que atuam em benefício de crianças e adolescentes em tratamento de câncer.

3 Resolução OE 16/2018 – Institui o Regulamento do Serviço Voluntário Continuado no âmbito do TJRJ do Estado do RJ.

4 Dados extraídos 21/12/2021.

- **Doação de Fraldas** – A campanha foi realizada em parceria com o INCA-Voluntário durante o mês de julho/2021 e obteve a doação de 4.316 fraldas para os pacientes em tratamento de câncer.
- **Doação de brinquedos** – Campanha realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, objetivando a doação de brinquedos aos pacientes internados nas unidades de saúde. A campanha encerrou em 10/12/21, com a arrecadação de 370 brinquedos.

Projeto Bem-me-Quer

O Projeto oferece aos juízes das Varas de Família a alternativa de encaminhar as partes envolvidas nos processos judiciais litigiosos para um encontro informativo e reflexivo sobre os conflitos relativos a guarda, convivência, alimentos dos filhos, maus-tratos, além das dificuldades no exercício das funções parentais. Em razão da suspensão das atividades presenciais, por causa da pandemia, as reuniões foram realizadas virtualmente. Foram beneficiadas 264 pessoas.

Programas de inclusão social

Os programas de inclusão social visam contribuir para uma sociedade mais justa e solidária, com ações que capacitam pessoas para o mercado de trabalho, e se encontram em situação de vulnerabilidade social. As ações também são parte integrante do Plano de Logística Sustentável, que inclui a Responsabilidade Social como um dos eixos temáticos e são detalhados a seguir:

- **Jovens Mensageiros** – projeto destinado a jovens de 18 a 24 anos, de baixa renda, em sua primeira experiência profissional. Os jovens atuam no Serviço de Mensageria do TJRJ e, em 2021, realizaram a movimentação de 6.063.209⁵ expedientes, o que equivale a 3.898 movimentações por cada participante do projeto.
Destaca-se ainda a implementação do Grupo Reflexivo sobre temas ligados à cidadania, como direitos e deveres, para estimular a vivência ativa dos participantes na vida política da sua comunidade, no reconhecimento de seus principais problemas, no debate que visem à superação dos problemas locais e individuais. O grupo reflexivo foi realizado em seis encontros temáticos, com a participação de 50 jovens no primeiro ciclo de debates e 56 no segundo;
- **Pais Trabalhando** – direcionado a pais e mães de família em vulnerabilidade e risco social. Encontra-se em análise a minuta de edital para o chamamento público do projeto, que passará a se chamar Inclusão Legal, cujo objeto será ampliado para contemplar mulheres em situação de vio-

lência doméstica e familiar, pessoas com necessidades especiais, idosos e refugiados legalizados no Brasil. Os participantes atuam nas áreas de apoio às atividades operacionais, na jardinagem e na reciclagem de papel e papelão;

- **Começar de Novo** – A finalidade do projeto é promover a ressocialização e a inserção no mercado de trabalho formal de egressos do sistema penal ou pessoas com condenação criminal em regime aberto, em cumprimento de medidas restritivas de direitos, possibilitando a reformulação de valores e paradigmas de vida, por meio de ações educativas e de capacitação profissional. Está em análise a minuta de edital de chamamento público para a retomada do projeto;
- **Projetos Justiça pelos Jovens** – O projeto visa oportunizar a empregabilidade a jovens de 16 a 24 anos, em cumprimento de medida socioeducativa ou após sua extinção, contribuindo para mudanças positivas de comportamento e de valores nas relações familiares e sociedade. Está em análise a minuta de edital de chamamento público para a retomada do projeto

Peças de Divulgação



Divulgação da campanha de doação de fraldas



Divulgação da campanha de doação de brinquedos

GARANTA OS SEUS TÍQUETES ANTECIPADOS!



SÁBADO | 23. OUTUBRO

Juntos contra o câncer infantojuvenil.

VENDA ANTECIPADA DOS TÍQUETES NO TJRJ

06 DE OUTUBRO
FÓRUM REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA
Horário: 11H às 18H
Av. Luís Carlos Prestes s/n - Térreo.

19 E 20 DE OUTUBRO
FÓRUM CENTRAL
Horário: 11H às 18H
Rua Dom Manuel s/n - Térreo.

R\$ 17,00
McDia Feliz

Méqui dos Méqui

A campanha ocorre todos os anos, e neste dia, toda a arrecadação obtida com a venda do Big Mac isoladamente ou na McOferia 02 (exceto impostos), é revertida para programas sociais de instituições que atuam em benefício de famílias de crianças e adolescentes em tratamento de câncer de todo o Brasil. O ticket antecipado possui o valor correspondente um Big Mac: R\$ 17,00 e pode ser trocado em qualquer restaurante McDonald's do Brasil, no dia do evento.

@CasaRonaldRJ | **McDia Feliz** | **DEAPE** | **PJERJ**

Divulgação da campanha Mc Dia Feliz



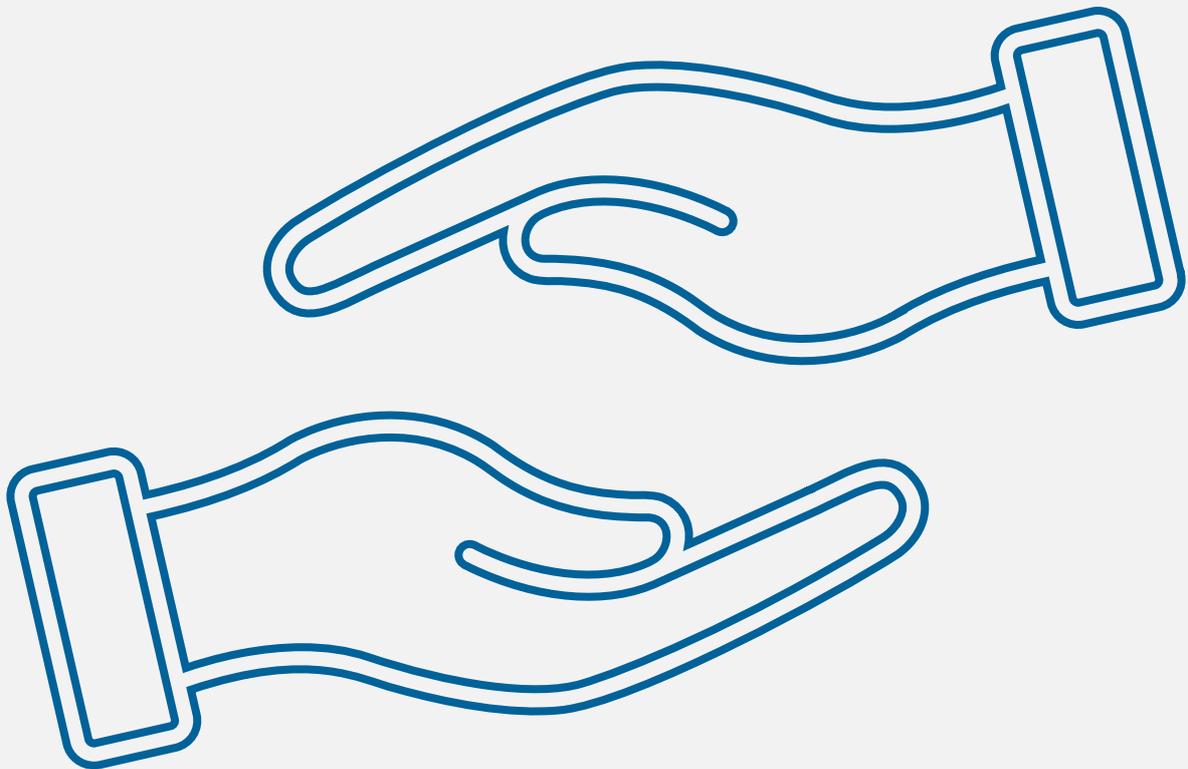
PORTFÓLIO
DEAPE
DEPARTAMENTO DE AÇÕES
PRÓ - SUSTENTABILIDADE

PJERJ

Capa do Ebook com ações do DEAPE

6

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade



6. FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Em 2021, o TJRJ deu início ao projeto de desenvolvimento de um novo sistema Intranet, uma vez que, atualmente, não há praticamente diferença entre os conteúdos disponibilizados aos públicos interno e externo.

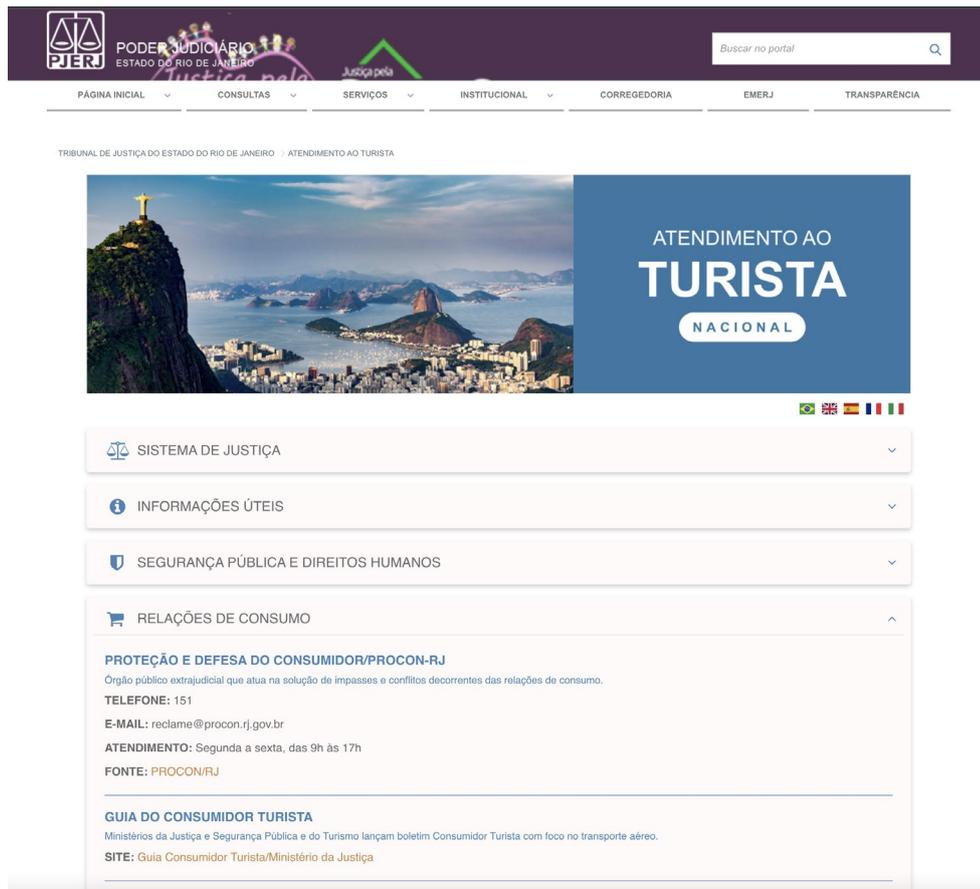
A nova intranet objetiva concentrar em um só canal as informações internas do TJRJ, buscando acesso facilitado e maior velocidade na divulgação e na distribuição das informações de interesse de magistrados, servidores e colaboradores. A versão beta da nova Intranet foi entregue em dezembro e será implementada em 2022.

The screenshot displays the homepage of the TJRJ Intranet. At the top, there is a blue header with the TJRJ logo and the text "POR DENTRO DO TJRJ COMUNICAÇÃO INTERNA". Navigation links for "Home" and "Acessos Importantes" are visible. A user profile for "Olá, Luiz" is shown in the top right corner. The main content area is divided into two columns. The left column, titled "NOTÍCIAS", features three news items: 1) "Abaterj lança campanha de incentivo à associação de magistrados e servidores" with a sub-headline "Juntos podemos fazer muito mais!" and a brief description. 2) "Campanha de arrecadação de brinquedos para o Natal de crianças e adolescentes começa dia 10" with a sub-headline "Natal da Coparengal" and a description of the initiative. 3) "Confira a solenidade de posse de quatro magistrados no cargo de desembargador" with a sub-headline "Desembargador Antonio José Ferreira de Carvalho se aposenta e é homenageado em sessão...". The right column, titled "ACESSOS IMPORTANTES", lists various services and documents: Sistemas, Diário da Justiça Eletrônico, Informes da Presidência, Solicite seu Serviço de TI, Avisos, Endereços e Telefones, Cursos ESAJ, Agenda Cultural, Campanhas, and Vídeos.

Página Inicial do Projeto Intranet TJRJ

O projeto de desenvolvimento do Portal das Turmas Recursais e Turmas de Uniformização do Estado do Rio de Janeiro tem por finalidade reunir as principais informações sobre o funcionamento dos órgãos jurisdicionais, além de dados sobre os juízes que neles atuam, jurisprudência específica e instruções sobre peticionamento. A iniciativa encontra-se em andamento.

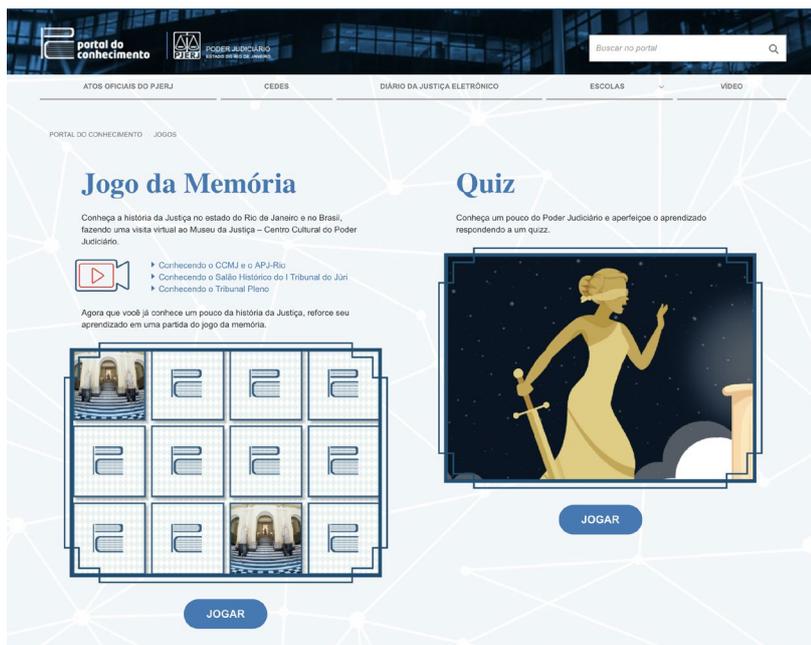
Ainda na área web, foi realizado trabalho de pesquisa e estrutura de conteúdo para o projeto Turismo com o Judiciário. A página [Atendimento ao Turista Nacional](#) já foi disponibilizada no Portal do TJRJ, com informações sobre o sistema de Justiça e Segurança Pública e outros temas de interesse dos turistas nacionais.



Página Inicial do Portal de Atendimento ao Turista

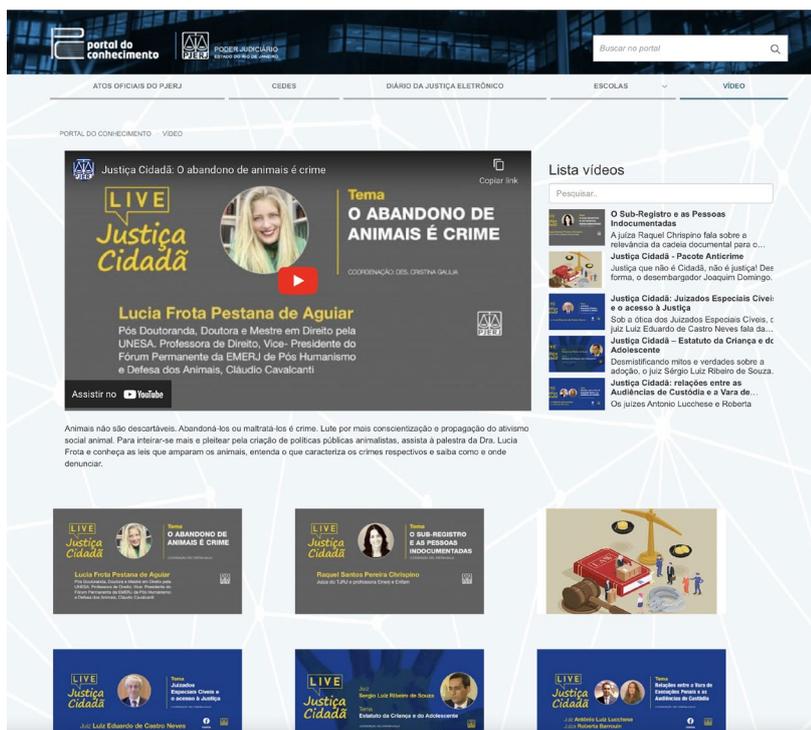
O projeto estratégico **“Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento”** foi finalizado em 2020 e, como uma de suas consequências, se disponibilizou um ambiente de acesso com vídeos e *lives* realizadas pelo TJRJ e tutoriais dos sistemas de “Sentenças Seleccionadas”, “Ações Coletivas”, “Precedentes” e “Pesquisas Seleccionadas”. No mesmo ambiente, há espaço destinado à publicação de resultados alcançados por meio da realização de comunidades de práticas (CoP), tendo sido publicado, inicialmente, o relato da contribuição da CoP no Sistema GRP (*Government Resource Planing*), com o envolvimento de mais de 50 usuários, por meio da ferramenta Teams, do Office 365, da Microsoft. Durante o período de realização da CoP, foram postadas 434 dúvidas e 424 respostas, com uma média de 23 trocas de mensagens diárias.

Foi disponibilizada, ainda, página com jogos educativos para o público infante-juvenil, contendo um quiz para elucidar dúvidas básicas sobre a função e estrutura do Poder Judiciário e um Jogo da Memória, que tem como referência uma visita virtual ao prédio do Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário. As novas funcionalidades podem ser consultadas por meio do link <http://conhecimento.tjrj.jus.br/>. Este último, precedido de vídeos informativos e documentos contendo informações sobre a importância de cada uma das figuras das peças. Os vídeos são acessados pelo canal do YouTube do TJRJ, incentivando a comunicação com a sociedade civil,



Página Jogos Educativos

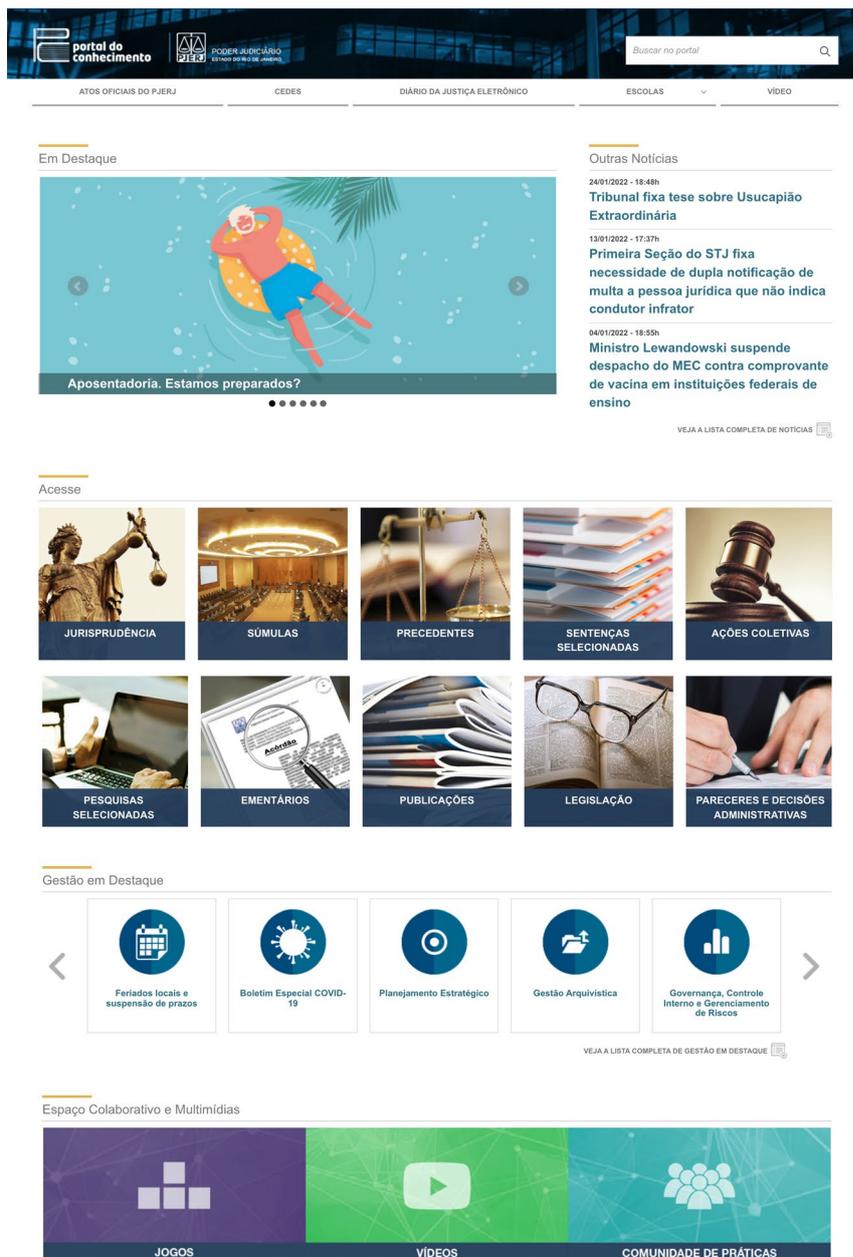
por meio da divulgação de conteúdos que possam contribuir com a missão deste Tribunal. No período, foram disponibilizados 13 vídeos, entre tutoriais dos sistemas de consultas do Portal do Conhecimento, quais sejam: Pesquisas Seleccionadas, Precedentes, Ações Coletivas e Sentenças Seleccionadas, além de *lives* realizadas pelo TJRJ, como exemplo, as *lives* da Justiça Cidadã.



Página Vídeos Institucionais

Com a inserção do ambiente colaborativo, o Portal do Conhecimento passou a apresentar o seguinte leiaute:

O Portal do Conhecimento possui uma área destinada à publicação de matérias e arte referentes a gestão do conhecimento e ações relevantes para o público interno e externo do TJRJ. No período foram publicadas 211 matérias no Portal do Conhecimento, sendo 114 na seção “Em Destaque” e 97 em “Outras Notícias”, conforme imagens abaixo:



Página Inicial Portal do Conhecimento

Além disso, importante atualização tecnológica foi realizada no Banco de Pareceres e Decisões Administrativas, com a criação de um novo sistema e consulta (Sistema LEDWEB), que otimizou o processo de trabalho de gerenciamento e passou a permitir a integração dos sistemas LEDWEB e SEI.

Outra novidade no Portal do Conhecimento foi a criação do Ementários de Votos Vencidos, um periódico mensal composto por seleção de votos, pesquisados na jurisprudência do TJRJ, que contempla julgados cíveis e criminais.

Em razão da relevância do tema COVID-19, foi intensificada a captação e divulgação de jurisprudência, legislação, artigos e informações relacionados à matéria na página Legislação, no Boletim SEDIF e no Sistema de Pesquisas Seleccionadas, entre outras páginas do Portal do Conhecimento.

O Portal do Conhecimento do TJRJ contabilizou mais de **5,3 milhões de consultas em 2021**.

Consultar Parecer / Decisão Administrativa

Por Assunto Por Número

Data Inicial: Data Final:

Assunto: Autoridade Prolatora:

Banco de Pareceres e Decisões Administrativas



Boletim Especial Covid-19

Museu da Justiça-Centro Cultural do Poder Judiciário

O Museu da Justiça-Centro Cultural do Poder Judiciário recebeu/atendeu 60.266 pessoas ao longo de 2021, resultado 23% menor que o do ano passado, mas 44% acima da meta estabelecida para 2021.

O resultado se manteve dentro da expectativa, principalmente pela implementação de novos programas; pela manutenção dos programas virtuais que foram migrados do formato presencial; pela reabertura do Museu da Justiça de Niterói, em 23 de junho, com a exposição “Absurdos Insustentáveis” e pela reabertura do Museu da Justiça do Rio de Janeiro, em 18 de outubro, com a inauguração da exposição “Pandemias e Epidemias no Rio de Janeiro”. Os dois museus voltaram a atender o público e os pesquisadores presencialmente, seguindo todos os protocolos sanitários para a pandemia de COVID-19 inclusive com a apresentação do comprovante de vacinação para a entrada nos espaços históricos.

Também foi estabelecida parceria com a Escola de Administração Judiciária (ESAJ), que passou a reconhecer os programas Clube de Leituras, Sarau do Museu e Humanitas como atividades que podem conceder horas de capacitação ao servidor que participar do evento.

Em 30 de março foi estabelecido um posto de vacinação contra a COVID-19 no Salão Histórico do I Tribunal do Júri, que a partir de 25 de novembro também passou a administrar a vacina contra a gripe Influenza, parceria entre o TJRJ e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Até o dia 09 de dezembro, 20.581 pessoas foram imunizadas contra o novo coronavírus e 3.459 contra a gripe, totalizando mais de 24 mil pessoas que se vacinaram no Museu da Justiça.



Banner divulgação Exposição Pandemias

Aproveitando a instalação do posto de vacinação, foi reinaugurada, em 13 de maio, a exposição “Nossa Luta: a perseguição aos negros durante o Holocausto”, que permaneceu na antessala do I Tribunal do Júri até 30 de setembro, quando foi desmontada para dar lugar a nova exposição que seria montada no mês seguinte.

Em 18 de outubro, com a reabertura do Museu da Justiça para o público em geral, foi inaugurada a exposição “Pandemias e Epidemias do Rio de Janeiro”, que demonstrou ainda mais interesse da população que passava pelos salões para se vacinar e para o público em geral, tendo em vista os comentários escritos no livro de presença da exposição.

O desafio do Museu da Justiça neste ano foi manter uma forma híbrida de atendimento ao público, presencial e virtual, manter o interesse nos programas existentes e gerar inovação de forma rápida e com custos reduzidos para o TJRJ. Para isso, contamos com a equipe do Museu da Justiça, com o apoio da Assessoria de Imprensa do TJRJ e as parcerias firmadas com outros serviços e instituições. Ao final, o resultado se manteve bastante favorável, permitindo que as práticas virtuais e presenciais coexistissem, promovendo o fácil acesso aos temas culturais relacionados à memória e aos valores do Poder Judiciário.

O programa de Música do Museu da Justiça continuou ativo durante 2021, disponibilizando concertos gravados nos espaços históricos do Museu da Justiça do Rio de Janeiro e de Niterói, em parceria com o programa Música no Museu e a Escola de Música da UFRJ. As gravações são disponibilizadas no canal do TJRJ no Youtube.

Atendimento virtual e presencial aos pesquisadores

Com o fechamento para o público externo, em março de 2020, a equipe passou a atender pesquisadores de forma remota. Num esforço de logística, passou a anotar os pedidos em ordem cronológica para tratamento, digitalização e disponibilização da cópia digital no terminal de consulta, localizado no portal do Museu da Justiça. Em fevereiro de 2021, passou-se a receber pesquisadores presencialmente, agendados de maneira prévia, limitando-se a um pesquisador por dia. Desse modo, foi estendido o atendimento aos pesquisadores, que buscam as fontes históricas sob a guarda do Museu da Justiça para elaboração de suas monografias, teses, livros e trabalhos diversos, contabilizando 3.681 pesquisadores atendidos de maneira remota e presencial em 2021. A digitalização sob demanda, realizada para atender remotamente os pesquisadores, foi finalizada em junho, quando o Museu da Justiça voltou seu foco a digitalização dos acervos estratégicos. Em 2021, 232 itens do acervo, entre autos-processuais e livros, foram digitalizados, gerando mais de 77.573 imagens e 11.589 folhas de 111 itens do acervo, os quais foram tratados por meio de conservação e/ou restauração).

Gestão de Acervos Arquivísticos

Atividades Operacionais (Arquivamento, Desarquivamento e Descarte de Documentos)

A partir do 2º semestre de 2021 foi retomada a coleta de caixas contendo processos e documentos para fins de arquivamento, observando cronograma previamente disponibilizado no site do TJRJ, atividade que estava ocorrendo sob demanda (por meio de pedido de coleta encaminhado por mensagem eletrônica) desde o início da pandemia do Covid-19, tendo em vista as restrições impostas no período. O Aviso TJ Nº 57/2021 estabeleceu a obrigatoriedade da utilização do SISCOMA (Sistema de Controle de Malotes) para remessa de caixas ao DEGEA, para fins de arquivamento.

Por meio de reuniões periódicas, foram planejadas e implementadas as seguintes melhorias no sistema ARQGER:

- Rastreamento de guia no SISCOMA (implementada);
- Melhoria na funcionalidade “Registro de Inconsistência” (em desenvolvimento);
- Inclusão de apenso por número tombo no desarquivamento (em desenvolvimento);
- Integração com Arquivo Externo (em desenvolvimento).

Tais melhorias representam aumento de produtividade e/ou redução de custos nas atividades operacionais.

Gestão de Documentos

Visando atender à Resolução CNJ nº 408/2021, por meio do Ato Executivo TJ nº 152/2021 e da Portaria TJ nº 2349/2021, o TJRJ implementou e designou membros de grupo de trabalho responsável por viabilizar a implementação de repositório arquivístico digital confiável, que também é um dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade.

Em 2021, o TJRJ participou da revisão e atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos – TTDA, que foi posteriormente aprovada pela Comissão Permanente de Gestão Documental e Memória do CNJ, sendo responsável pela idealização do instrumento arquivístico, que deverá ser adotado por todos os segmentos do Judiciário Nacional.

Há representante do TJRJ no PRONAME/CNJ, que integra o grupo encarregado de elaborar o Manual de Digitalização de Documentos do Poder Judiciário, e que também foi designado para atuar na revisão do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário – MOREQ-JUS, além de convidado para integrar grupo responsável em responder consultas sobre gestão documental recebidas pelo PRONAME e advindas dos Tribunais.

A partir da implementação do sistema SEI no TJRJ, houve a necessidade de estabelecer novo processo de trabalho, que consiste na gestão documental do referido sistema, incluindo a criação de tipos documentais, estabelecendo níveis de acesso aos documentos e esclarecendo dúvidas dos usuários sobre tais temas.

O Grupo de Pesquisa Histórica (GPH) deu prosseguimento à pesquisa, iniciada em 2020, acerca das pandemias e epidemias que ocorreram na história do Rio de Janeiro. Foram analisados processos judiciais do período compreendido entre 1828 até 2018, referentes a 34 (trinta e quatro) surtos pandêmicos e epidêmicos, incluindo casos de febre Macacu, varíola, meningite, gripe espanhola, dengue, HIV e H1N1. A pesquisa resultou na localização de 408 (quatrocentos e oito) processos, de fonte primária, que refletem fatos ocorridos durante os surtos pandêmicos e epidêmicos vividos por personagens e indivíduos do período abordado pela pesquisa.

Parte desta documentação foi cedida ao Museu da Justiça para a exposição "Pandemias e Epidemias no Rio de Janeiro". A consolidação da pesquisa encontra-se disponível em relatório analítico, amplo, contendo os detalhes e números da pesquisa.

A série de documentos denominada pelo TJRJ como "Escravidão" possui, até o momento, um total de 1.359 processos de escravizados do século XIX e contempla pedidos de liberdade, registro de fuga, inventários e processos-crimes. Encontra-se em desenvolvimento a criação de um catálogo sobre os documentos depositados na série "Escravidão", tendo como objetivo o amplo acesso e disseminação do conhecimento, como instrumento de aproximação do TJRJ com a sociedade e contribuição para a prestação jurisdicional.

A relevância do acervo da série "Escravidão" foi destacada em recente matéria publicada no Portal do TJRJ (Centenas de documentos preservados no Arquivo Central do Poder Judiciário contam a luta de escravos por liberdade - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (tjrj.jus.br)), enfatizando a luta dos escravizados pela liberdade, por ocasião do dia do Zumbi e da Consciência Negra.

Foi publicado Ato Executivo TJ nº 153/2021, que institui o Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (GTPP). O objetivo é o resgate da estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) ao longo do seu período de funcionamento. De 1751, ano em que foi inaugurado o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro até os dias atuais, foram identificados vinte e dois fundos documentais, que representam períodos históricos de mudanças ocorridas na estrutura de funcionamento do TJRJ. A próxima pesquisa a ser proposta no grupo de trabalho tem como escopo a evolução da Varas de Órfãos e Sucessões.

Comunicação Institucional

Com a manutenção das medidas de isolamento social ao longo de 2021, o trabalho de Comunicação Institucional buscou atender às necessidades do público interno para se adaptar ao trabalho remoto, híbrido e, posteriormente, presencial, além de informar a população por meio de diferentes canais e mídias sobre as normatizações e novas regras de funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Foram realizadas 23 *lives* sobre diversos temas e ainda transmissões ao vivo pelo YouTube de sessões do Tribunal Pleno e do Tribunal Misto.

No que se refere à comunicação externa, os perfis nas redes sociais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro divulgaram as campanhas e trabalhos desenvolvidos, além de publicarem notícias na página oficial do TJRJ e do envio de releases para a imprensa. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça, foi divulgado também no site do TJRJ, semanalmente, a produtividade do Judiciário fluminense.

Assessoria de Comunicação

De janeiro a dezembro de 2021, o TJRJ produziu 936 releases e alcançou **5.069 inserções institucionais na mídia**. Foram publicadas ainda na imprensa, nesse mesmo período, 16.840 matérias institucionais positivas e 125 negativas, totalizando um índice de 99,26% de matérias positivas. Em todo o ano de 2021, ainda prestou 1.983 atendimentos ao público interno e 3.383 à imprensa.

O TJRJ produziu, de janeiro a dezembro de 2021, 2.638 peças gráficas. Esse número representa um aumento de 336 peças, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em 2021, ano em que as pessoas estiveram mais conectadas na internet por efeito da pandemia, as redes sociais se tornaram boas aliadas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Por meio delas, dúvidas de seguidores sobre o funcionamento dos fóruns e o atendimento das serventias, assim como sobre os serviços prestados pelo TJRJ durante o período de isolamento, foram esclarecidas, agregando mais um canal de comunicação com a sociedade.

Com mais de 156 mil seguidores, as mídias sociais do TJRJ também serviram como ferramentas de apoio a trabalhos inéditos, caso das transmissões das sessões do Tribunal Misto e da audiência do Caso Henry.

Estatísticas Mídias Sociais

Comparação com período 2020

Facebook

- 61.463 seguidores;
- Crescimento médio de 3,3%;
- Público: 64,3% feminino (faixa etária 25-44 anos);
- Rio, Niterói e São Gonçalo são as principais cidades;
- Alcance das postagens (quantas pessoas viram): 3.158.494 pessoas (queda de 10,4% frente ao período anterior);
- 626 postagens;
- Interações (alcance + curtidas, comentários, compartilhamentos e cliques em links): 76.694 (6,5% a mais que o período anterior);
- Posts com maior engajamento:
 - 1º Passageiro que esqueceu celular em Uber ganha ação contra empresa (18/10);
 - 2ª Luta de escravizados por liberdade (22/11);
 - 3º Anitta vence batalha judicial contra MC Bruninha (25/11).

Instagram

- 95.513 seguidores;
- Crescimento médio de 22,8%;
- Público: 59% feminino (faixa etária 25-44 anos);

- Rio, Niterói e São Gonçalo são as principais cidades;
- Alcance das postagens (quantas pessoas viram): 4.952.732 (aumento de 31,1% em comparação a período anterior);
- 528 postagens;
- Posts com maior engajamento:
 - 1º Lançado edital do concurso do TJRJ (1/10);
 - 2º Saiba os detalhes do edital do concurso do TJRJ (27/9);
 - 3º Sergio Cabral recebe nova condenação (29/9).

Produção Fotográfica e Audiovisual

No ano de 2021, o TJRJ produziu 58 vídeos, como a série de vídeos para campanha de vacinação no museu, institucional sobre primeira infância (Prêmio Prioridade Absoluta) e sobre a Justiça Itinerante e De Braços Abertos Para Adoção, para o Instagram. Também foram realizadas coberturas fotográficas de 176 pautas presenciais. No total, a produção fotográfica foi de 5.940 fotos, incluindo pautas e demandas para fins de registro e/ou ilustração. Esse material foi utilizado no site e nas mídias sociais (Facebook e Instagram) do Tribunal, além de disponibilizado para a mídia externa (sites, jornais e revistas) e enviado para as unidades, quando solicitado.

Em 2021 também buscou-se dinamizar a utilização do Flickr, com o uso de conta paga, o que permitiu a ampliação da disponibilidade de imagens e, assim, também a formação de maior banco de imagens interno e externo. No total, foram 15 álbuns, com 1.619 fotos. E 6.343 visualizações com possibilidade de *download* externo.

Exemplos de Matérias Publicadas

Desembargador Henrique de Andrade Figueira toma posse como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 05/02/2021 20:13

O desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira tomou posse como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro durante cerimônia realizada nesta sexta-feira (5/2). Eleito para o biênio 2021-2022, ele sucede o desembargador Claudio de Mello Tavares (biênio 2019-2020). Sua candidatura, como ele mesmo afirma, foi uma forma de retribuir toda a realização alcançada como juiz.

(...)

Tribunal de Justiça do Rio cria Núcleo de Inovação

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 25/02/2021 21:45

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) criou o Núcleo de Inovação do Poder Judiciário (LabLexRio), que funcionará como um laboratório de inovações em diferentes áreas, como a de tecnologia, gestão

de pessoas e design organizacional, entre outras. O novo ambiente nasce com objetivo de desenvolver instrumentos e ferramentas que possibilitem aprimorar e dar mais celeridade à prestação jurisdicional, além de atender a uma demanda do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

(...)

Primeira *live* da campanha #DireitosDelas debate igualdade de gênero e violência contra a mulher

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 08/03/2021 08:00

Foi realizada na sexta-feira (5/3), primeira *live* da campanha #DireitosDelas, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para mobilizar a sociedade sobre a igualdade de gênero e o combate à violência doméstica. Na transmissão, a juíza Adriana Ramos de Mello, do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Capital, falou sobre o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero e de Apoio às Magistradas e Servidoras (COGEN), criado no início do ano pelo TJRJ.

“O comitê foi criado para combater a discriminação de gênero e enfrentar a violência contra a mulher sob um olhar institucional, acolhendo magistradas e servidoras que possam estar passando por uma situação de violência ou discriminação”, explicou a magistrada, durante a transmissão conduzida pela jornalista Monise Guimarães, da assessoria de imprensa do TJRJ.

(...)

Maior cota do país: TJRJ efetiva parceria para gerar oportunidade a 918 jovens aprendizes

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 20/04/2021 18:51

O Tribunal de Justiça do Rio agiu como importante instrumento para gerar oportunidade a 918 jovens aprendizes, a maior cota já registrada no país. Nesta terça-feira (20/4), o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, recebeu o presidente da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), que fará a contratação do grupo. Divididos em turmas de 40 alunos, os jovens vão fazer cursos de capacitação no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

(...)

Caso Henry: Justiça aceita denúncia e decreta prisão preventiva de mãe e padrasto do menino

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 07/05/2021 12:11

A juíza Elizabeth Machado Louro, da 2ª Vara Criminal da Capital, recebeu a denúncia do Ministério Público e decretou a prisão preventiva do vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, e de Monique Medeiros da Costa e Silva de Almeida. Eles são acusados de serem responsáveis pela morte do menino Henry Borel, filho de Monique.

A juíza destacou que os fatos relatados no processo causaram forte clamor público.

(...)

Ação da Justiça oferece oportunidade para adolescente que cometer ato infracional

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 13/05/2021 17:19

Um local integrado em que o adolescente que cometer um ato infracional terá, de forma unificada, o atendimento integrado do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Polícia Civil, com assistentes sociais e psicólogas que auxiliarão a esclarecer o que levou àquele ato infracional. E melhor: no mesmo espaço, o jovem terá a oportunidade de passar por uma capacitação profissionalizante e, assim, abrir caminho para um futuro promissor. Esta realidade está próxima de ser implantada na Cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, em outras comarcas. Foi assinado nesta quinta-feira (13/05), no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o termo de cessão de um terreno na área da Leopoldina que abrigará o Núcleo de Atendimento Integrado (Nai), tendo como cedente ao Judiciário a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

(...)

Servidores imunizados contra a Covid-19 retornam nesta segunda (2/8) ao trabalho

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 29/07/2021 19:50

A partir da próxima segunda-feira, dia 02 de agosto, retornarão ao trabalho presencial no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro todos os servidores, terceirizados e estagiários que já tenham sido vacinados com a segunda dose da vacina contra a Covid-19, ou com dose única.

O retorno está condicionado ao prazo de quinze dias após a imunização. A determinação foi publicada no Ato Executivo nº 118/2021, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira.

(...)

Ouvidoria-Geral

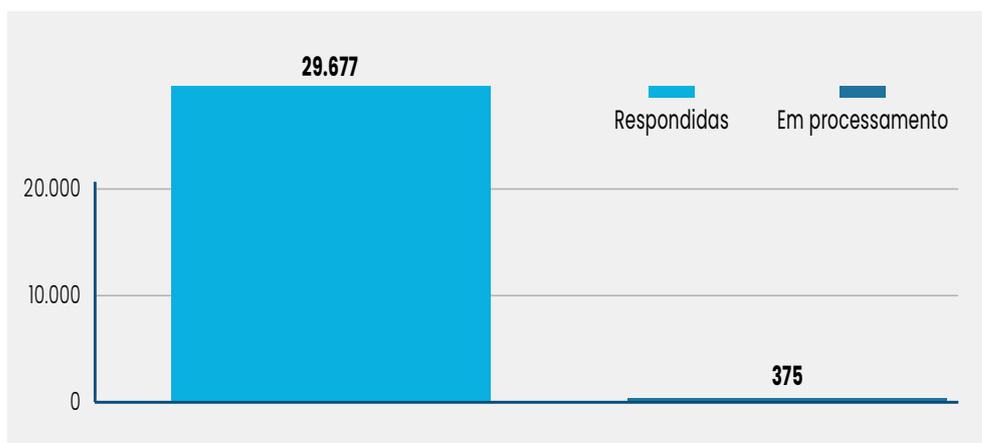
A Ouvidoria-Geral é um importante canal de relação do Judiciário com a sociedade. Sua função é intermediar as relações entre os cidadãos que demandam do TJRJ, zelando pela rapidez e qualidade da comunicação. Em consequência, estreitam laços de confiança entre a sociedade e a instituição.

As principais realizações da Ouvidoria no ano de 2021 foram:

- Criação do tipo de manifestação Ouvidoria CNJ, a partir da implementação do sistema ESOU, em 19/04/2021, que se destina exclusivamente ao registro dos relatos provenientes do CNJ;
- Geração mensal de estatísticas baseadas nas manifestações dos usuários para a Ouvidoria Geral, com gráficos para melhor compreensão das demandas e possibilitar eventuais tomadas de providências pela Administração Superior;

- Mudança dos ícones de acesso à Ouvidoria Geral no site do TJRJ, visando certificar a qualidade estabelecida pelo CNJ;
- Realização de reunião com o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) para estabelecer fluxo comum de atuação, especialmente quanto às manifestações dirigidas ao órgão;
- Criação de e-mails de comunicação direta entre a Ouvidoria Geral, CGJ e Presidência;
- Publicação do AVISO CONJUNTO TJ/ CGJ Nº 11/ 2021 para atendimento do prazo para resposta à Ouvidoria Geral;
- Regularização do site de acordo com os requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade;
- Restabelecimento do Canal “Ouvidoria Mulher”;
- Publicação das estatísticas obrigatórias no site do TJ dos meses de abril de 2020 a janeiro de 2021;
- Participação da Ouvidoria Geral como integrante do grupo de trabalho criado pelo CNJ, com o objetivo de estudar e elaborar propostas voltadas a organização e gestão das ouvidorias do Judiciário e revisão da Resolução CNJ nº 103/2010, que determinou a criação das ouvidorias nos Tribunais;
- Em 18/10/2021, realização de curso para capacitação da equipe no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica;
- Em cumprimento às exigências estabelecidas pela Resolução CNJ nº 432, de 27 de outubro de 2021, que dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais, da Ouvidoria Nacional de Justiça, além de dispor sobre outras providências, iniciou-se, já no último bimestre do ano, uma série de medidas para adequação do fluxo de trabalho da Ouvidoria Geral às novas regras, notadamente: a formulação dos Termos da Política de Uso e de Tratamento de Dados Pessoais dos Serviços prestados pela Ouvidoria Geral do TJRJ, que foram exibidos na página e no formulário eletrônico da Ouvidoria Geral e a criação dos tipos de manifestação “Informações – Lei 13608/2018” e “Denúncia Anônima”;
- Participação da Ouvidoria Geral no VI Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais “Transparência e Integridade”, que abordou as práticas de boa governança, bem como a aplicação e a integração dos dispositivos da Lei de Acesso à Informação – LAI e da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

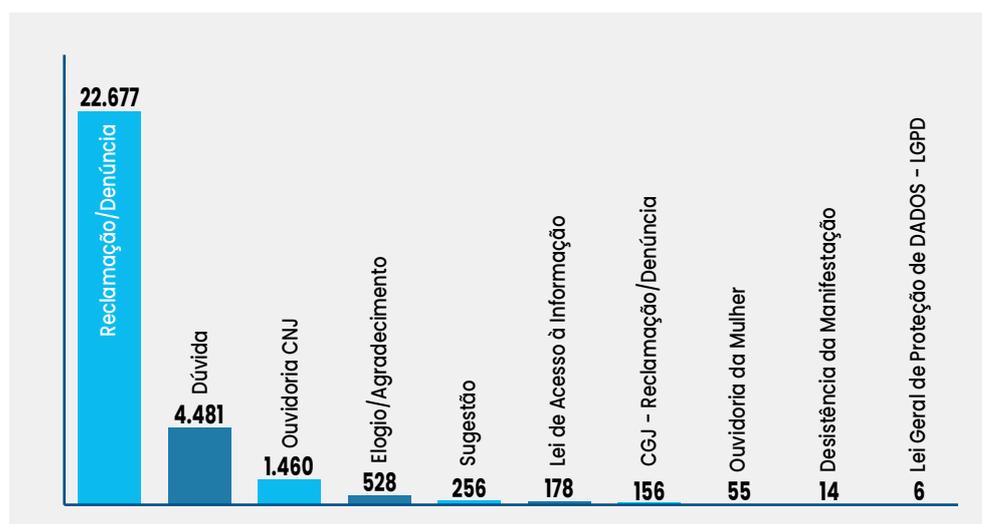
Gráfico - Manifestações Recepcionadas Respondidas x Em processamento (2021) – Total: 30.052



Fonte: Sistema E-SOU

Em 19/04/2021, a nova gestão implementou o Sistema Eletrônico da Ouvidoria Geral (ESOU). Tal fato, na prática, revelou-se como verdadeira mudança de paradigma, proporcionando, dentre outros avanços: a otimização do processo de trabalho, maior transparência e celeridade do serviço prestado ao usuário, bem como a possibilidade de serem gerados os mais diversos dados estatísticos relativos ao trabalho realizado. Ressalte-se que todos os gráficos apresentados neste relatório foram extraídos do ESOU.

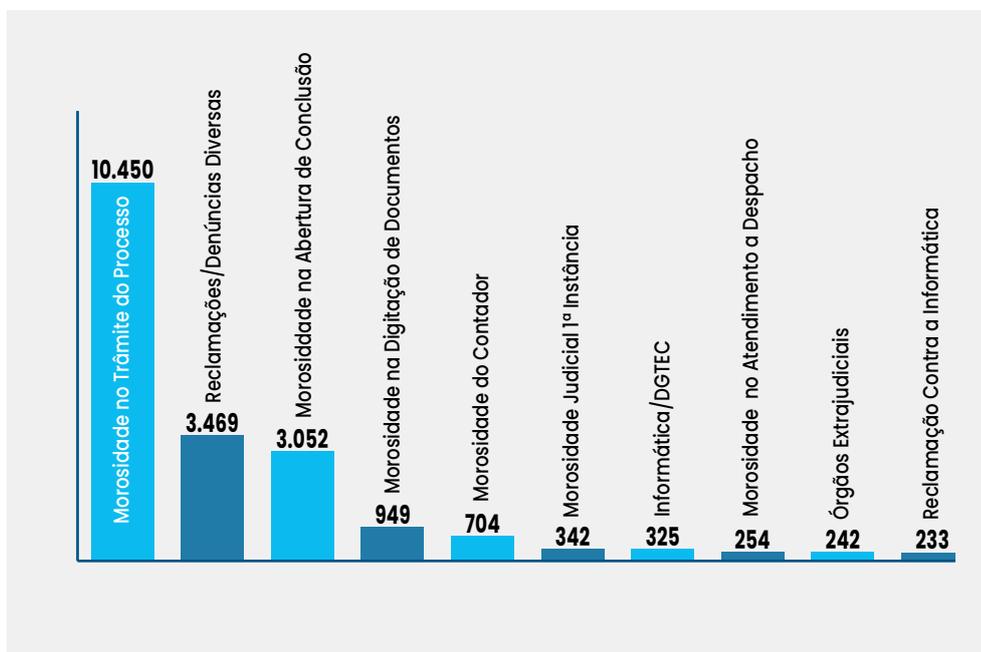
Gráfico - Total de Manifestações por Tipo de Manifestação



Fonte: Sistema E-SOU

Observa-se que, acompanhando a tendência dos anos anteriores, as Reclamações/Denúncias continuam como a demanda predominante na Ouvidoria Geral. Ao final do ano, esse tipo de manifestação alcançou alto patamar, com um total de 22.677 manifestações, seguido das Dúvidas (4.481), Ouvidoria CNJ (1.460), Elogios (528), além dos outros.

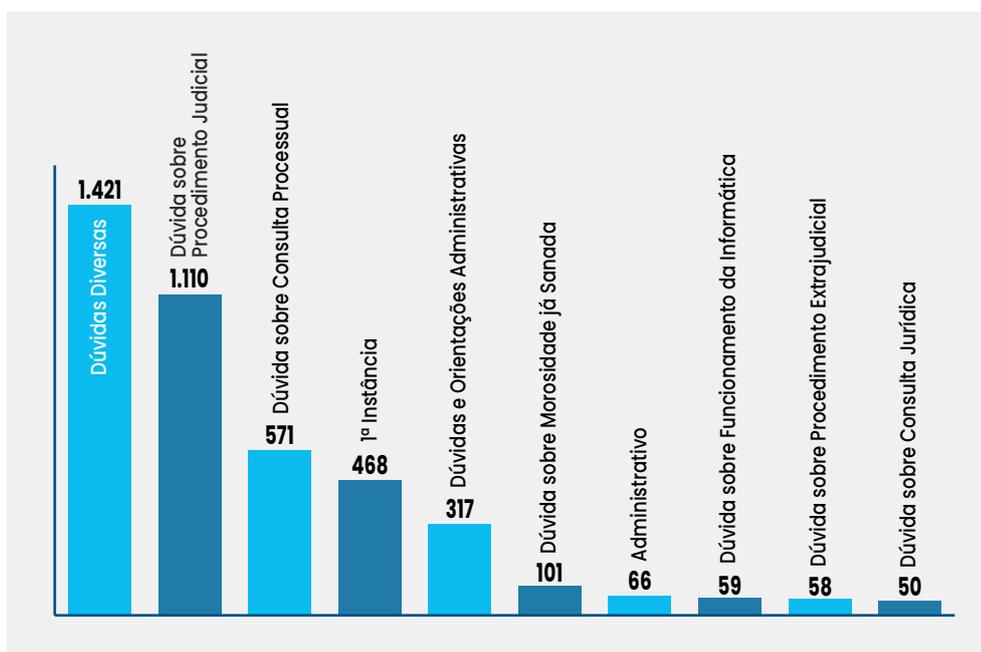
Gráfico - Total de Manifestações de Maior Incidência por Tipo de Reclamação



Fonte: Sistema E-SOU

Dentre os variados tipos de reclamação ilustrados no gráfico e que foram levados ao conhecimento da Ouvidoria Geral, destacaram-se a morosidade no trâmite do processo (10.450), as reclamações/denúncias diversas (3.469) e a morosidade na abertura de conclusão (3.052).

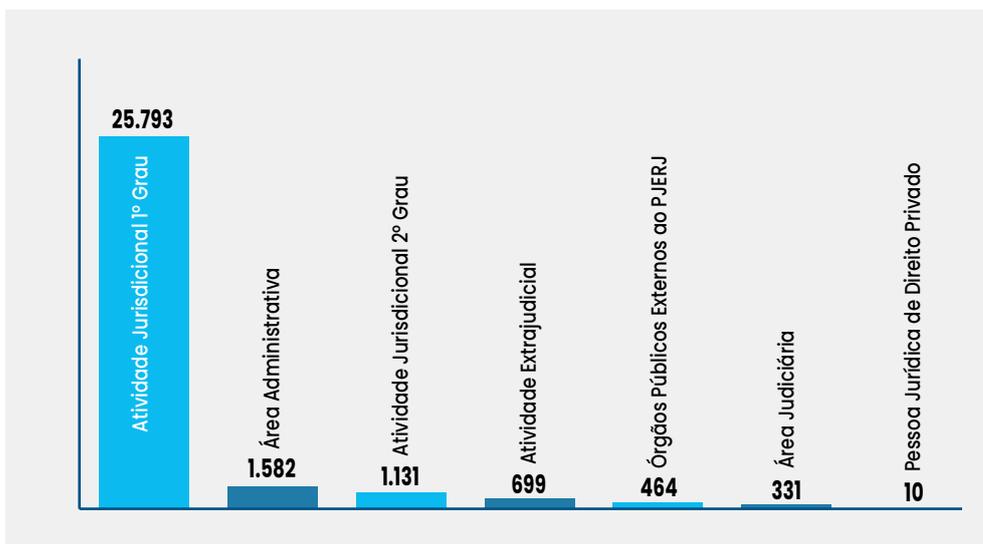
Gráfico - Total de Manifestações de Maior Incidência por Tipo de Dúvida



Fonte: Sistema E-SOU

Em 2021, os mais diversos tipos de Dúvidas dos usuários representaram um quantitativo importante no total de manifestações. Ao serem dirigidas à Ouvidoria, as dúvidas são encaminhadas aos setores com atribuição e, em seguida, o usuário é informado da providência adotada.

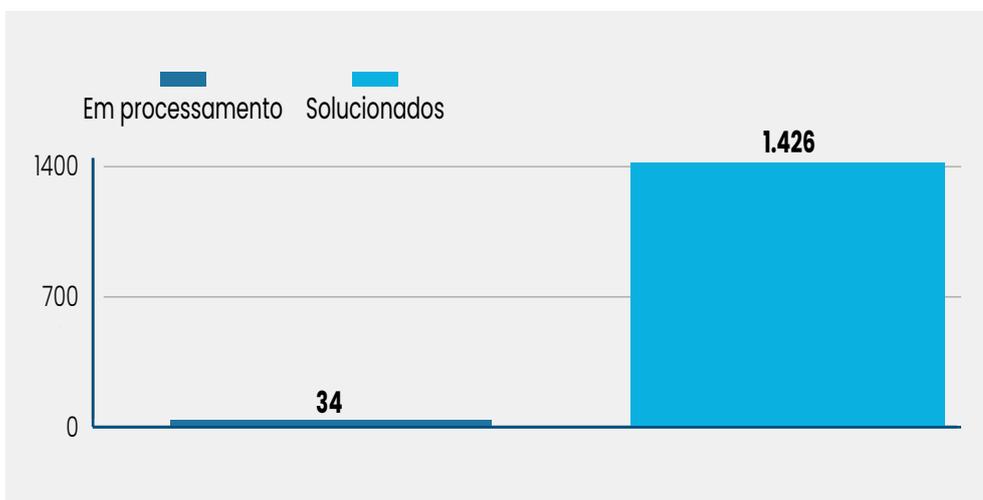
Gráfico - Total de Manifestações por Área



Fonte: Sistema E-SOU

Durante o ano de 2021, na divisão detalhada por área de manifestações, o gráfico revela que a Atividade Jurisdicional de 1º grau (25.793) consolidou-se com ampla diferença em relação às demais como a área de manifestação mais demandada pelos usuários, sendo acompanhada da Área Administrativa e a Atividade Jurisdicional de 2º grau, que também apresentaram números significativos no total de manifestações que tramitaram na Ouvidoria Geral.

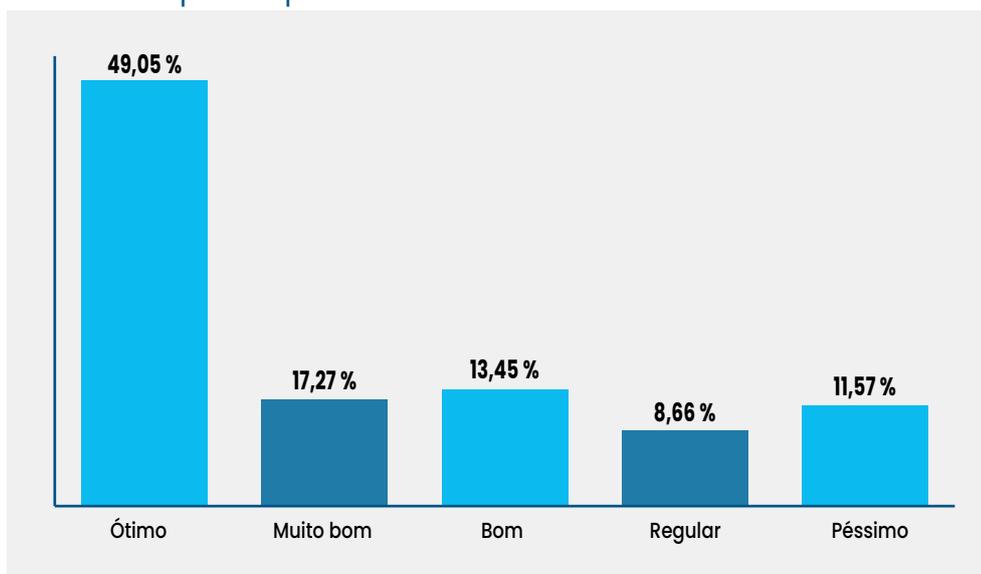
Gráfico Detalhado – Total de Manifestações – Ouvidoria CNJ



Fonte: Sistema E-SOU

A partir dos relatos provenientes do CNJ, são geradas as manifestações do tipo Ouvidoria CNJ, que representaram parcela importante no cômputo das demandas processadas na Ouvidoria Geral, no ano de 2021. Ao todo foram 1.426 manifestações solucionadas, com posterior comunicação do resultado ao CNJ e ao usuário, restando apenas 34 manifestações em processamento para solução no ano seguinte.

Gráfico - Pesquisa de Satisfação Ouvidoria Geral
Percentual por Respostas



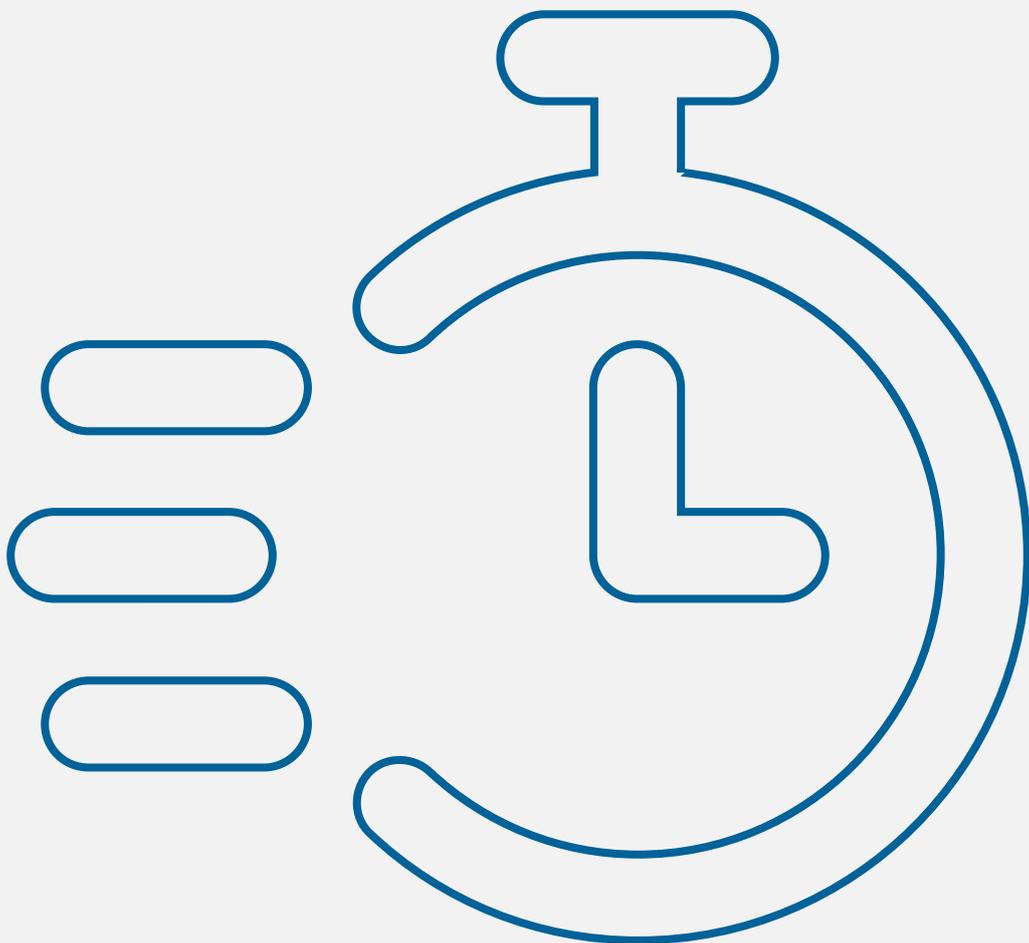
Fonte: Sistema E-SOU

Ao final da prestação dos serviços, a Ouvidoria-Geral disponibiliza a “Pesquisa de Satisfação” para preenchimento voluntário através de correio eletrônico, ou pela página inicial do Portal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e acesso ao link do “Fale com a Ouvidoria” (<http://www4.tjrj.jus.br/ESOU/HomeVisitante/Index>). Por meio desse mecanismo é possível aferir a satisfação do usuário.

Os dados apresentados no gráfico apontam um resultado positivo relacionado à satisfação do usuário com os serviços oferecidos pela Ouvidoria-Geral.

7

Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



7. AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Incremento das políticas de priorização das atividades do 1º Grau

Peritos

A atividade de cadastramento de peritos é regida pela Resolução do Conselho da Magistratura nº 2/2018, que consolida as normas, orientações e procedimentos para a execução das atribuições do Serviço de Perícias Judiciais, no que se refere à realização de perícia em processos judiciais com deferimento da assistência judiciária gratuita e processos inerentes a Acidente do Trabalho.

Atualmente, o cadastro conta com 7.023 peritos cadastrados em diversas especialidades, tendo sido registrado o ingresso, em 2021, de 943 novos profissionais.

Podemos destacar as seguintes atividades desenvolvidas durante o ano:

- Planilhas de pagamentos de ajudas de custo enviadas à DGCPF, durante o corrente ano: 272;
- Processos de Apuração de Conduta: 221;
- Cursos na ESAJ – foram 04 turmas de formação de novos peritos judiciais, sendo 12 na área de psiquiatria; 49 na área de medicina; 30 na área de engenharia, e 30 na área contábil, financeira e administrativa, num total, portanto, de 121 inscritos e concluintes dos cursos.

Em 2021, houve 11.939 solicitações de ajudas de custo aos peritos judiciais, o que custou ao TJRJ R\$ 4.834.194,48.

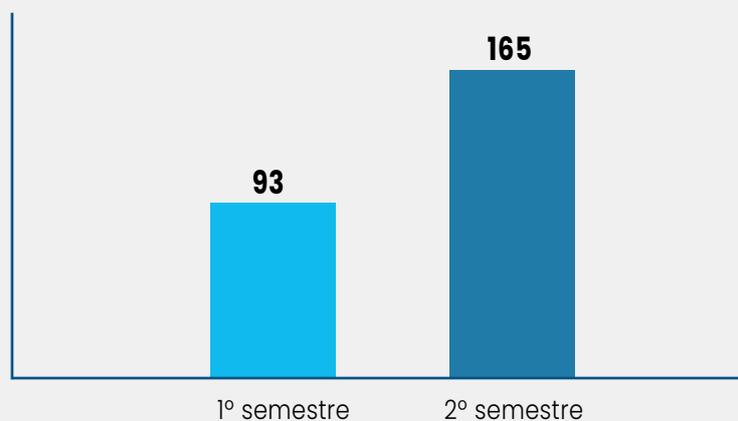
Por fim, informamos que houve devolução de auxílio pericial ao fundo especial, advindos de cumprimento de sentença na sucumbência nas ações judiciais, no valor de R\$ 643.435,44 durante o exercício 2021.

Tradutores, Intérpretes e exames de tipagem genética (DNA)

Em apoio à prestação jurisdicional, foram disponibilizados tradutores e intérpretes de libras pelo Serviço de Rogatórias, Extradicações e Interpretação (SEREI), de 01 de janeiro a 20 de dezembro de 2021, bem como o Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN), nas ações que estejam amparadas pela justiça gratuita, referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

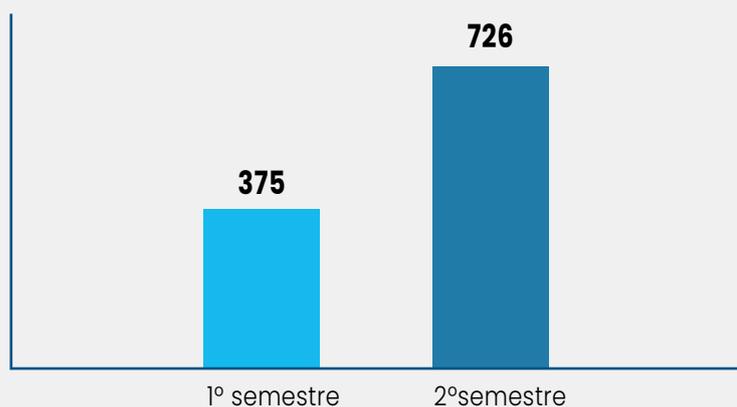
Até dezembro de 2021, foram realizadas 258 traduções, 141 interpretações, 1.529 expedientes recebidos e processados (cartas rogatórias, traduções e processos administrativos eletrônicos) além de 2.106 exames de DNA.

Gráfico - Tradutores



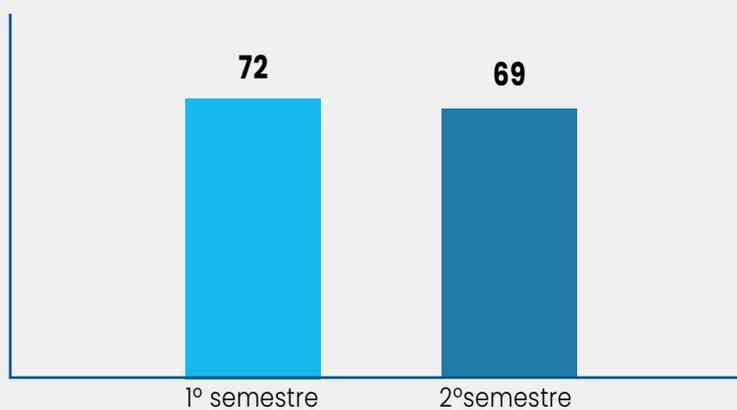
Fonte: DGJUR

Gráfico - Expedientes recebidos



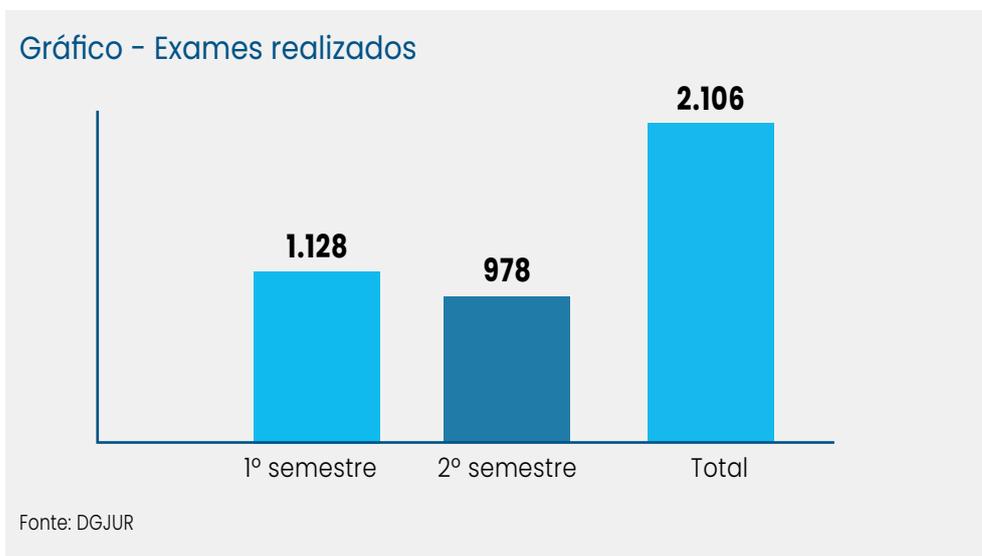
Fonte: DGJUR

Gráfico - Interpretações



Fonte: DGJUR

Quanto à perícia genética, foram realizados 2.106 exames de DNA.



Leiloeiros e Corretores de Imóveis

O credenciamento de leiloeiros e corretores de imóveis segue as diretrizes normativas do Ato Conjunto Normativo TJ/CGJ 07/2018, e da Resolução CNJ nº 236/2016. O processo conta com a atuação das Diretorias Gerais de Estatística e Apoio à Jurisdição, da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e da Diretoria Geral de Segurança Institucional.

Atualmente, o cadastro possui 53 leiloeiros públicos e oito corretores de imóveis ativos, tendo sido sete leiloeiros credenciados em 2021 e quatro corretores de imóveis. Além disso, foram expedidos atestados de capacidade técnica e documentados nos autos as principais exigências para o credenciamento, como as certidões atualizadas, documentos pessoais, a comprovação da experiência, requisitos técnicos de informática e de filmagem da alienação judicial.

Também foram renovadas as habilitações para o cadastro de dois corretores de imóveis e de 16 leiloeiros públicos em 2021.

Justiça Itinerante

O Programa surgiu como um novo paradigma de realização da prestação jurisdicional. Na verdade, a Justiça Itinerante é um programa vanguardista, prático e acessível, principalmente em relação aos cidadãos com maior dificuldade de acesso aos serviços públicos. Em outras palavras, é um projeto inovador porque, ao contrário das práticas exercidas, a própria Justiça vai ao encontro das pessoas com mais necessidades.

Nestes 16 anos de funcionamento, o Programa se faz presente em 26 Postos da Justiça Itinerante, nos municípios de Aperibé, Areal, Belford Roxo, Carapebus, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes (Morro do Coco e Goytacazes),

Japeri, Duque de Caxias (Jardim Primavera), Comendador Levy Gasparian, Macuco, Nova Iguaçu (Vila de Cava), Quatis, São Gonçalo (Jardim Catarina), São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, Tanguá, Varre-Sai e no Rio de Janeiro (Campo Grande, Cidade de Deus, Maré/Manguinhos, Nova Sepetiba, Rocinha, Realengo e Vila Cruzeiro/Alemão), além do posto da Justiça Itinerante especializado em Registro Tardio de Nascimento, localizado na Praça XI.

Os eventos da Justiça Itinerante, de acordo com AVISO TJRJ/JI nº 01/2021, a partir de 05/04/2021, foram suspensos, devido ao quadro epidêmico da COVID-19, saúde de todos os envolvidos.

Entretanto, as audiências agendadas anteriormente foram realizadas em fóruns, bem como em locais próximos aos postos convencionais. Cabe destacar que, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão sendo recebidas iniciais de novas ações.

A seguir, as Ações e informações devidamente pontuadas:

- Ato Executivo Conjunto TJ/JI nº 01/2021 - Retomada gradual do atendimento presencial nos ônibus, a partir de 01/09/2021;
- Projeto Justiça Itinerante no Sistema Penitenciário - Por solicitação do Presidente do GMF/RJ do TJRJ - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - propõe estancar o número de presos dentro do sistema prisional sem certificação e documentação civil, com a participação em conjunto da Justiça Itinerante, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação às atuações de Registro Civil, foram realizados registros de nascimento tardio, reconhecimento de Paternidade e Retificação de Registros, e emissão da carteira de identidade, pelo DETRAN, dos internos que possuem a certidão de nascimento nos eventos abaixo elencados:

Tabela - atendimentos Instituto Penal Plácido Sá Carvalho (20/10/2021)

Atendimentos	Quantidade efetuada
Entrevistas = DIJUI	74
Declaração de hipossuficiência = DP	81
Ofícios busca de certidão de nascimento = DP	70
Petições iniciais = DP	04
Ofícios busca de certidão de nascimento = DP	70
Petições iniciais = DP	04
Emissão carteira de identidade = DETRAN	04
Audiências	
Registro Tardio	03
Reconhecimento de Paternidade	01
Retificações de Registro	00
Total de atendimentos	237

Fonte: DGJUR

Tabela - Atend. Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho (22/11/2021)

Atendimentos	Quantidade efetuada
Entrevistas = DIJUI	119
Declaração de hipossuficiência = DP	99
Ofícios busca de certidão de nascimento = DP	16
Petições iniciais = DP	93
Emissão carteira de identidade = DETRAN	03
Emissão certidão de nascimento 16º RCPN	03
Audiências	
Registro Tardio	03
Reconhecimento de Paternidade	01
Retificações de Registro	00
Total de atendimentos	337

Fonte: DGJUR

Tabela - Atendimentos Instituto Penal Vicente Piragibe (15/12/2021)

Atendimentos	Quantidade efetuada
Entrevistas = DIJUI	104
Ofícios busca de certidão de nascimento = DP	99
Emissão carteira de identidade DETRAN	03
Audiências	
Petição Registro Tardio	02
Audiência de registro tardio	01
Total de atendimentos	207

Fonte: DGJUR

- Projeto Justiça Itinerante NUDIVERSIS – Núcleo de Defesa dos Direitos Homossexuais e Diversidade Sexual:
26/11/2021 – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Foram realizadas 96 audiências de Requalificação Civil, sendo 47 para não binários, 22 para o sexo feminino e 27 para o sexo masculino.

Por fim, informamos que os atendimentos dos Postos regulares da Justiça Itinerante totalizam 70.035, conforme planilha a seguir:

Planilha - Atendimentos Justiça Itinerante

Fonte: DGJUR

Relatório Estatístico dos Atendimentos - 2021 - JUSTIÇA ITINERANTE													
Atendimentos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Tombamentos													
Localidades													
Aperibé	28	66	0	15	18	30	23	32	26	24	60	28	350
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Areal	353	442	658						341	588	352		2734
	59	77	98	34	17	28	39	35	42	128	69	29	655
Belford Roxo	121	276	469	0	153	6	190	85	671	748	880	468	4067
	23	17	55	4	3	5	0	3	71	92	77	60	410
Campo Grande	86	136	314	0	92	60	0	80	242	219	265	174	1668
	3	4	7	0	0	0	0	0	10	9	17	10	60
Carapebus	53	52	61	51	61	64	59	63	132	123	95	110	924
	0	0	3	3	2	6	3	3	3	3	4	10	40
Cardoso Moreira	34	112	54	55	42	61	67	35	117	152	205	159	1093
	20	23	27	44	21	19	57	28	29	51	43	25	387
Cidade de Deus	84	93	278	0	0	76	0	131	467	357	352	286	2124
	12	12	19	0	0	0	1	4	18	26	34	12	138
Goytacazes (Campos)	0	404	470	311	380	0	268	411	947	329	432	247	4199
	0	23	12	4	10	10	9	23	30	42	39	33	235
Japeri	214	219	390	40	47	86	37	17	529	400	403	401	2783
	5	10	23	7	1	0	0	0	46	45	92	39	268
Jardim Primavera (D. de Caxias)	1700	1900	4400	800	550	710	849	540	4170	3272	3095	2515	24501
	0	16	12	16	9	1	5	1	38	52	61	42	253
Levy Gasparian	89	190	191	0	0	45	0	23	34	66	120	50	808
	11	14	24	11	31	8	15	27	29	28	25	15	238
Macuco	17	21	20	0	0	12	11	17	25	106	42	19	290
	3	1	12	2	0	1	2	2	17	8	15	8	71
Maré	51	138	354	0	98	94	0	267	521	416	730	296	2965
	40	59	79	32	21	53	74	75	162	65	189	46	895
Morro do Coco (Campos)	0	79	0	0	0	0	259	335	122	110	108	100	1113
	1	4	21	2	2	11	2	3	11	7	12	19	95
Nova Sepetiba	163	134	333	0	108	80	0	119	493	373	368	204	2375
	0	20	24	1	0	0	4	0	14	40	30	21	154
Quatis	54	105	38	47	36	52	46	65	137	108	108	53	849
	0	5	5	3	1	1	0	0	5	0	7	3	30
Realengo	99	145	323	0	0	70	0	100	305	280	352	198	1872
	2	22	28	0	0	2	0	0	13	15	14	6	102
Rocinha	74	143	354	0	0	92	0	84	282	269	343	168	1809
	8	24	24	2	0	4	0	3	26	25	30	14	160
São Gonçalo (J.Catarina)	234	196	245	100	100	134	110	114	375	350	358	195	2511
	4	20	30	0	0	11	4	2	32	50	62	40	255
São Francisco de Itabapoana	70	76	66	0	0	0	0	54	60	143	33	46	548
	0	6	3	4	5	0	6	4	6	7	6	2	49
São José de Ubá	30	58	43	0	0	0	13	0	76	50	71	43	384
	4	2	2	3	3	2	0	0	3	9	10	4	42
Subregistro	194	193	381	0	208	152	0	174	544	329	411	314	2900
	15	37	35	16	15	19	25	26	67	53	72	50	430
Tanguá	137	195	282	0	0	22	12	4	216	132	348	168	1516
	8	19	34	1	1	19	2	9	30	40	40	35	238
Varre-Sai	49	55	64	16	31	31	34	43	103	112	125	47	710
	9	7	13	10	11	14	21	5	12	7	14	16	139
Vila Cruzeiro - Alemão	77	47	408	0	102	88	0	111	274	286	253	174	1820
	1	11	13	13	2	0	0	3	24	26	25	14	132
Vila de Cava	403	617	363	250	250	278	250	121	314	347	352	243	3788
	9	22	31	0	0	0	0	0	48	48	43	37	238
Atendimentos	4414	6092	10559	1685	2276	2243	2228	3025	11523	9689	10261	6706	70701
Tombados	237	455	634	212	155	214	269	256	786	876	1030	590	5714
TOTAIS	4651	6547	11193	1897	2431	2457	0	3281	12309	10565	11291	7296	76415

Ampliação do Modelo de Gestão de Dívida Ativa (continuidade)

Diante dos dados apurados sobre o acervo das serventias de Dívida Ativa, que no início de 2019 representavam 62% de todos os processos do TJRJ, demonstrando o grau de congestionamento nessa competência, foi decidido pela Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento – COGEP-a continuidade do projeto Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa.

Em prosseguimento ao trabalho desenvolvido pela CODAT em gestões anteriores, foi elaborado projeto de Ampliação do modelo de gestão da Dívida Ativa, acrescentando serventias ao seu escopo, com os seguintes eixos: Renovação do Convênio de Cooperação Técnica e Material para Prestação Jurisdicional nos processos de execução da Dívida Ativa, com o oferecimento da ferramenta das citações por e-carta; fomento à implementação da GRERJ compartilhada específica de Dívida Ativa; promoção da redução do acervo físico, digitalização, arquivamento e aumento da arrecadação e incentivo à adoção de relevantes medidas pelas Procuradorias dos Municípios e Prefeituras, tais como higienização do cadastro e realização do protesto, quando aplicável.

Visando aprimorar o apoio a atividade cartorária, de forma a dar efetividade à intimação de partes nos processos judiciais, e a outras atividades voltadas ao seguimento dívida ativa, foram formalizados convênios com entidades públicas e privadas, conforme elencados abaixo:

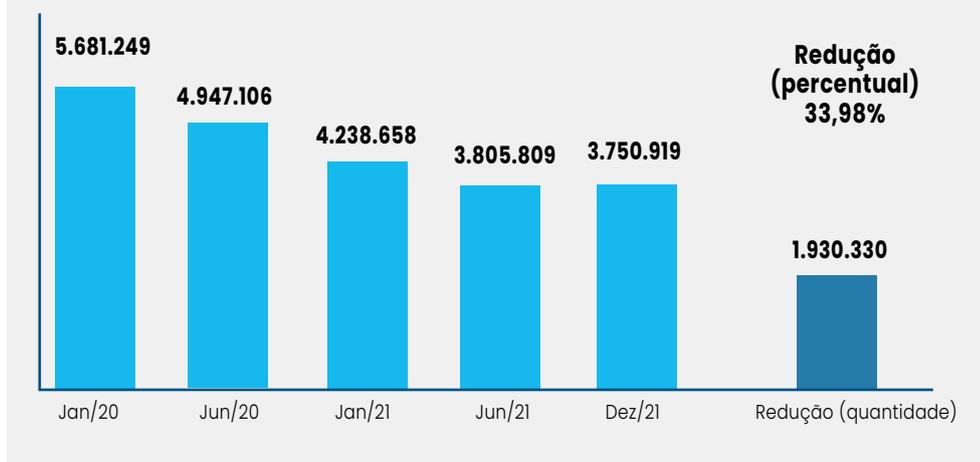
- Convênio com o CDLRIO de Integração tecnológica das informações provenientes dos bancos de dados do convenientes, para facilitar a disponibilização de dados para a localização de pessoas, assim como coibição da prática ilícita de fraudes na expedição de ordens judiciais, agilizando, assim, o provimento jurisdicional – Processo SEI nº 2019-0631077, Termo nº 003/0164/2021;
- Convênio com o Banco do Brasil, visando a comunhão de esforços para a implantação do software SisconDJ, o que permite o intercâmbio eletrônico de dados entre os sistemas do Banco e do TJRJ, via WebService, exclusivamente, a automação do processamento de ordens judiciais relativas aos depósitos judiciais, precatórios e requisições de pequenos valores, compreendendo ainda os serviços de emissão de guias de acolhimento de depósitos judiciais, consulta de saldos e extratos e de informações gerenciais e levantamento de contas e/ou parcelas de depósitos judiciais (emissão de alvará eletrônico) – SEI nº 2020-0678961, Termo nº 003/0133/2021;
- Convênio STJ – Formalização de Convênio nº 003/0508/2021 – Objeto: estabelecer entre as partes cooperação voltada à troca de dados, desenvolvimento e transferência de tecnologias de inteligência artificial (IA) focando no aprimoramento dos fluxos de processos judiciais de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à justiça – Processo SEI nº 2021-0618441;

- Convênio SERASA – Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 015/2019, celebrado entre o CNJ e a SERASA S.A, visando permitir ao Tribunal o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas da SERASA, via “internet”, por meio do Sistema SERASAJUD – Termo nº 003/0662/2021;
- Convênio TJRJ x Light – Objeto: Disponibilização de canal de consulta de dados cadastrais específicos de clientes da Light, via internet, ao TJRJ, a ser utilizado pelos Juízes e/ou por servidores autorizados por seus magistrados, limitando-se a três servidores por Vara/ Juizado, permitindo, dessa forma, a localização de partes, testemunhas ou pessoas vinculadas a ações que tramitem nos mencionados Juízos – Processo nº 2020-0689984 – Termo: 003/0303/2021.

Neste ano, foi possível aferir os bons resultados de redução do acervo geral, do acervo de processos físicos, o grau de arquivamento, o incremento no quantitativo de processos eletrônicos e a manutenção do nível da taxa de congestionamento na competência, conforme descrito abaixo:

- Redução do acervo de processos das Serventias da competência de Dívida Ativa em 33,98%, no quantitativo de 2.873.236 processos, até dezembro/2021, em comparação com acervo referente a janeiro/2020;

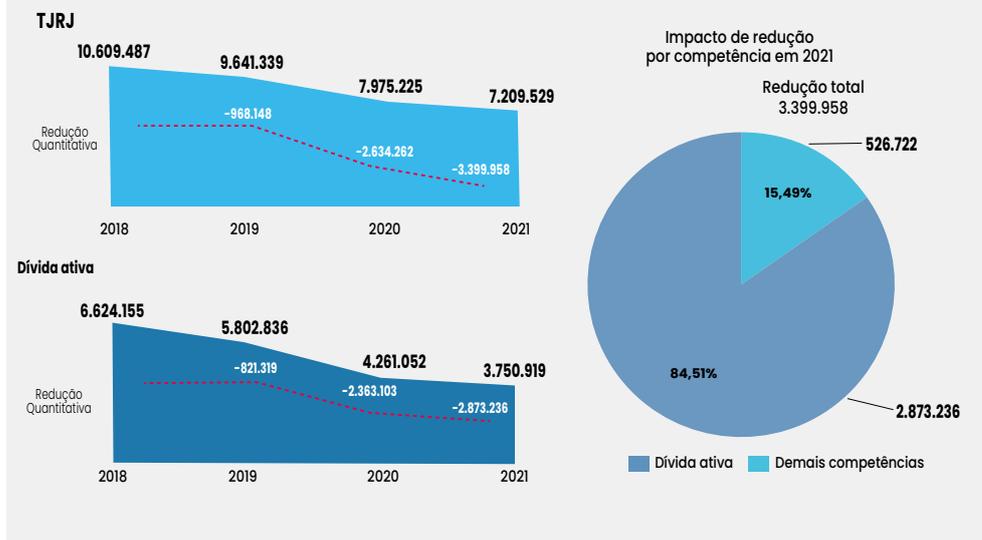
Gráfico - Acervo Geral TJRJ



Fonte: DGJUR

- Redução do acervo geral do TJRJ, de dezembro de 2018 a dezembro de 2021, de 10.609.487 para 7.209.529, o que equivale a 3.399.958 processos a menos.

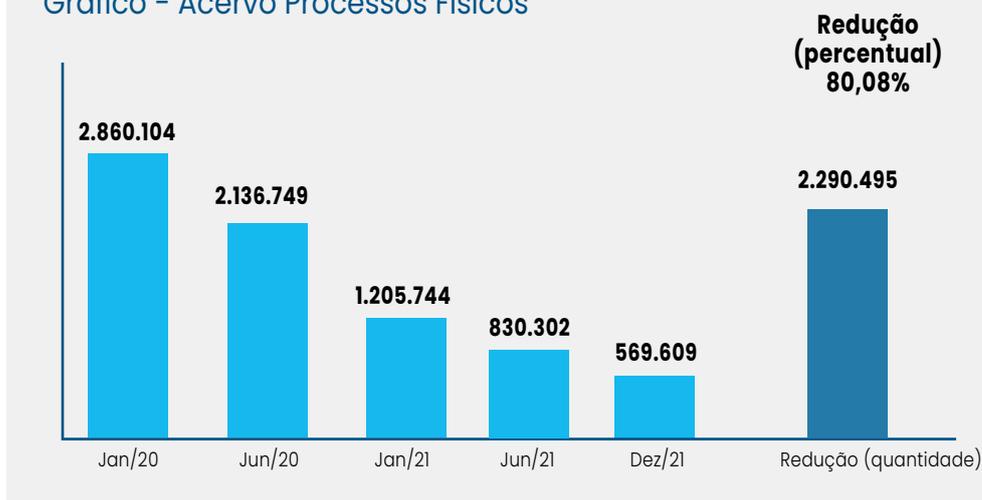
Gráfico - Evolução do Acervo Geral



Fonte: DGJUR

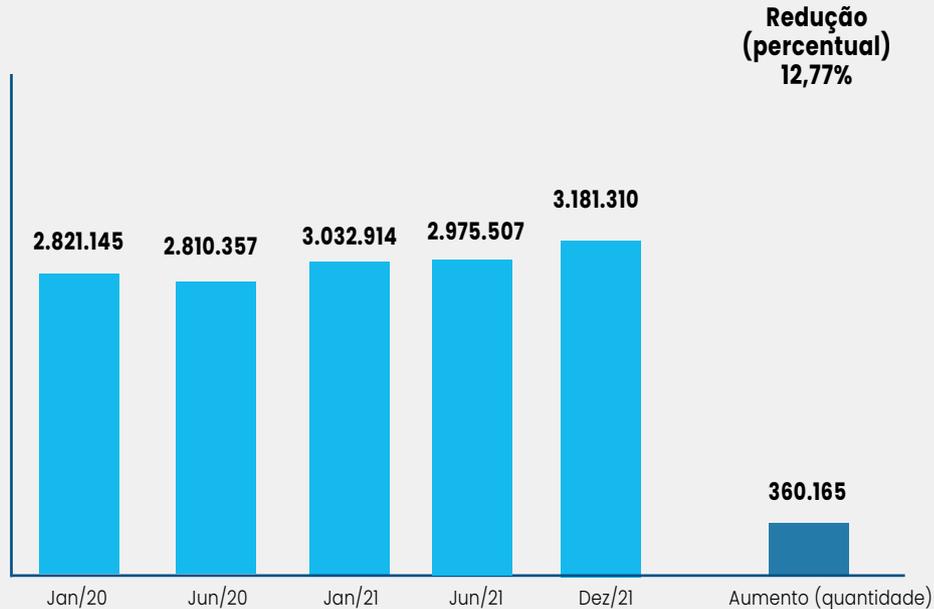
- O acervo de processos físicos das Serventias da competência de Dívida Ativa decresceu 80,08% de janeiro de 2020 a dezembro de 2021, reduzindo o quantitativo de 2.860.104 para 569.609 processos.

Gráfico - Acervo Processos Físicos



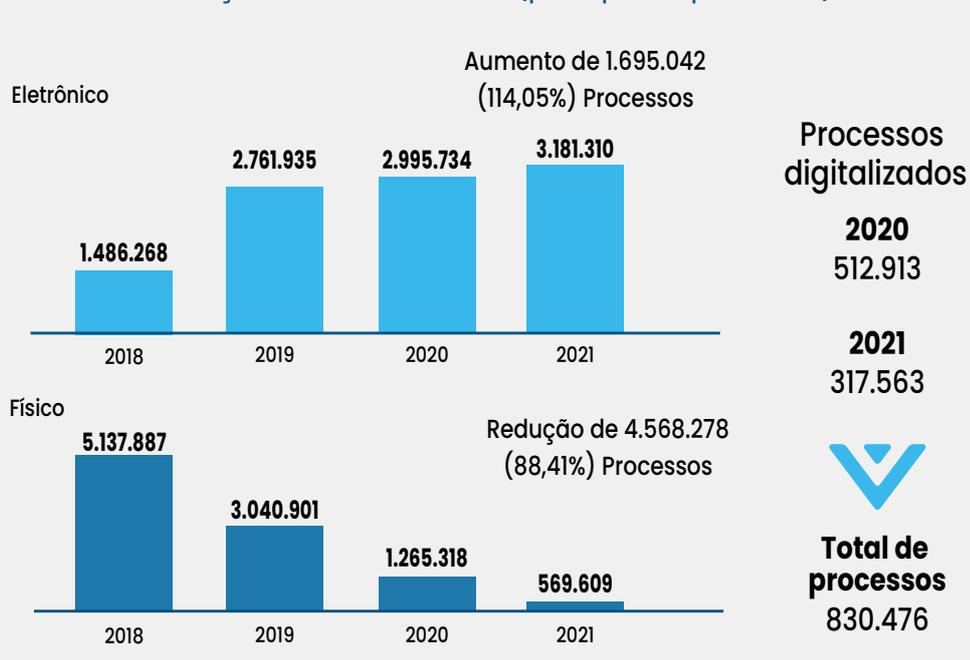
Fonte: DGJUR

Gráfico - Acervo Processos Eletrônicos



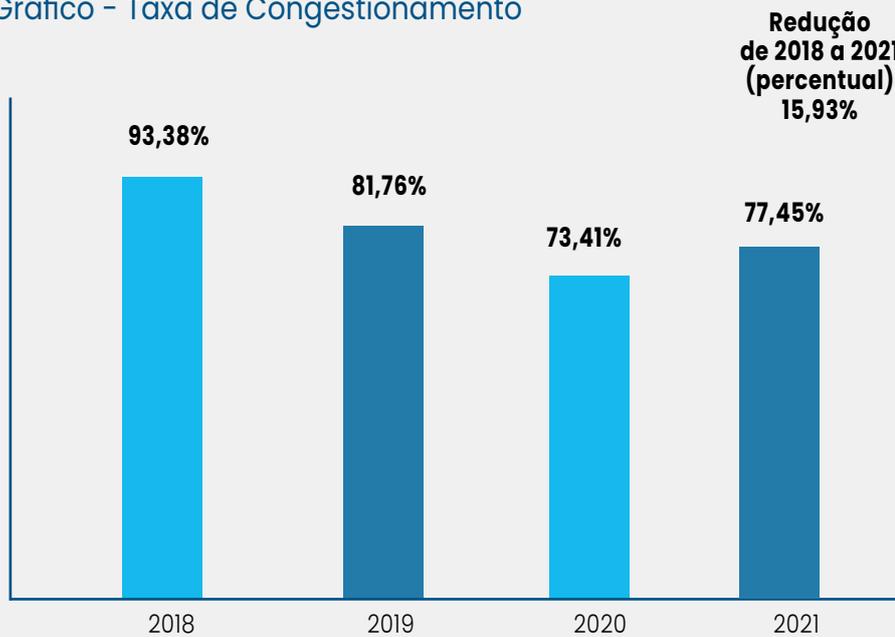
Fonte: DGJUR

Gráfico - Evolução do Acervo Geral (por tipo de processo)



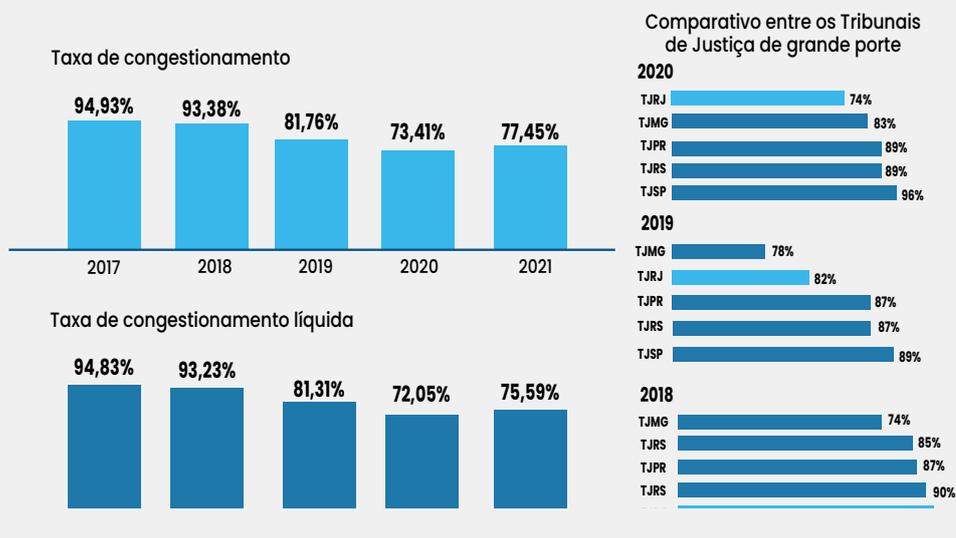
Fonte: DGJUR

Gráfico - Taxa de Congestionamento

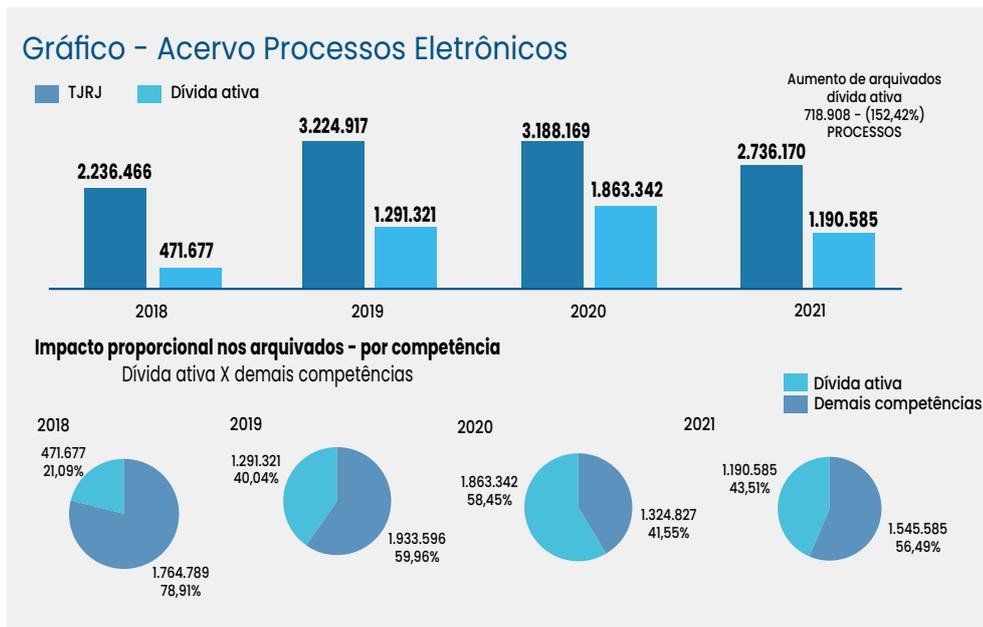


Fonte: DGJUR

Gráfico - Taxa de Congestionamento (Execução Fiscal)



Fonte: DGJUR



Fonte: DGJUR

A implementação da ferramenta do “e-carta” em cartórios com a competência dívida ativa, no que se refere à citação das partes, conferiu agilidade às rotinas cartorárias, tendo em vista a automatização do procedimento de expedição, entrega ao devedor e juntada nas serventias.

Tabela - Adesão de municípios ao e-carta (até Dez./2021)

Armação dos Búzios	Arraial do Cabo
Barra Mansa	Belford Roxo
Bom Jesus de Itabapoana	Cabo Frio
Campos dos Goytacazes	Duque de Caxias
Itaboraí	Itatiaia
Japeri	Macaé
Macuco	Mangaratiba
Maricá	Nilópolis
Niterói	Nova Friburgo
Nova Iguaçu	Paracambi
Paraty	Petrópolis
Pinheiral	Piraí
Queimados	Quissamã
Rio Bonito	Rio de Janeiro - Município
São Gonçalo	São João de Meriti
Seropédica	Teresópolis
Três Rios	Volta Redonda
Estado do Rio de Janeiro	

Fonte: DGJUR

Até o momento, 34 municípios aderiram à ferramenta “e-carta”. Os municípios de Mendes e Valença encontram-se em vias de publicação de convênios para adesão da ferramenta. No ano de 2021, os municípios de Japeri, Itatiaia e Três Rios formalizaram Termos Aditivos para incluir, em síntese, a citada ferramenta eletrônica.

Os Convênios de Prestação Jurisdicional para os Processos de Execução de Dívida Ativa, em vigor, formalizados por esta DGJUR, estão relacionados abaixo:

Tabela - Convênios prestação jurisdicional para execução de dívida ativa

	Processo	Município
1	2011-247438	Angra dos Reis
2	2011-083993	Araruama
3	2017-207815	Areal
4	2019-138888	Armação dos Búzios
5	2019-142438	Arraial do Cabo
6	2018-238922	Barra do Pirai
7	2018-245627	Barra Mansa
8	2019-134624	Belford Roxo
9	2011-083982	Bom Jardim
10	2019-141109	Bom Jesus do Itabapoana
11	2019-152631	Cabo Frio
12	2019-140244	Cachoeiras de Macacu
13	2012-235650	Cambuci
14	2019-153626	Campos dos Goytacazes
15	2017-176568	Cantagalo
16	2014-114659	Carapebus
17	2010-254808	Cardoso Moreira
18	2014-076769	Carmo
19	2014-035767	Casimiro de Abreu
20	2018-097874	Comendador Levy Gasparian
21	2019-141175	Conceição de Macabu
22	2014-136500	Cordeiro
23	2014-157545	Duas Barras
24	2015-186377	Duque de Caxias
25	2011-086743	Guapimirim
26	2018-210833	Iguaba Grande
27	2019-0617634 (SEI)	Itabzoraí

28	2013-245957	Itaguaí
29	2014-158657	Italva
30	2013-124060	Itaocara
31	2013-227158	Itaperuna
32	2012-070812	Itatiaia
33	2011-247435	Japeri
34	2019-127412	Macaé
35	2019-006619	Macuco
36	2014-028889	Magé
37	2013-217179	Mangaratiba
38	2014-007412	Maricá
39	2012-070819	Mendes
40	2013-227160	Mesquita
41	2012-070820	Miguel Pereira
42	2017-016433	Miracema
43	2019-139050	Natividade
44	2019-0615320 (SEI)	Nilópolis
45	2019-006621	Niterói
46	2019-136452	Nova Friburgo
47	2019-127676	Nova Iguaçu
48	2020-0623054	Paracambi
49	2012-070822	Paraíba do Sul
50	2019-138859	Paraty
51	2010-295410	Paty do Alferes
52	2019-098492	Petrópolis
53	2019-0616385 (SEI)	Pinheiral
54	2020-0641522	Piraí
55	2003-105590	Porciúncula
56	2013-207175	Queimados
57	2019-0613778 (SEI)	Quissamã
58	2012-070842	Resende
59	2019-0052197	Rio Bonito
60	2018-105115	Rio Claro
61	2018-0218058	Rio das Flores

62	2015-094504	Rio das Ostras
63	2016-192251	Rio de Janeiro Estado
64	2019-154507	Rio de Janeiro Município
65	2014-136980	Santa Maria Madalena
66	2019-137353	Santo Antônio de Pádua
67	2018-233603	São Fidélis
68	2014-020010	São Francisco do Itabapoana
69	2019127677	São Gonçalo
70	2018-009587	São João da Barra
71	2014-137401	São João de Meriti
72	2012-070847	São José do Vale do Rio Preto
73	2019-0137871	São Pedro da Aldeia
74	2020-0623054	São Sebastião do Alto
75	2012-070848	Sapucaia-Cessão de Funcionário
76	2013-215754	Saquarema
77	2015-107655	Seropédica
78	2015-211314	Silva Jardim
79	2017-210388	Sumidouro
80	2014-020007	Tanguá
81	2019-142473	Teresópolis
82	2012-070852	Trajano de Moraes - Cessão Func.
83	2010-065067 / 2019-142277	Três Rios
84	2012-070853	Valença
85	2013-228129	Vassouras
86	2019-112456	Volta Redonda

Fonte: DGJUR

Ainda no presente ano, foi realizado o Programa Concilia Virtual. O projeto consiste na realização de parceria com os municípios visando a formalização de acordos de cooperação técnica e material, pelos quais as partes envolvidas se comprometem a realizar um programa de conciliação de débitos fiscais em períodos determinados, conforme critérios estabelecidos em lei municipal específica, com a possibilidade de realização de audiências e/ou sessões de conciliação virtuais previamente agendadas junto ao juízo competente.

Assim sendo, esta DGJUR informa alguns Municípios que, até o presente momento, manifestaram interesse em aderir ao referido Programa Concilia Virtual.

Tabela - Adesão de municípios ao Programa Concilia Virtual

	Município	Processo
1	Nova Iguaçu	2021-0649872
2	São João de Meriti	2021-0654717
3	Niterói	2021-0654725
4	Mesquita	2021-0654727
5	Campos dos Goytacazes	2021-0654698
6	Nova Friburgo	2021-0654739
7	Queimados	2021-0654720
8	Maricá	2021-0654731
9	Três Rios	2021-0623569

Fonte: DGJUR

Nos Municípios interessados em aderir ao Programa, foram realizados dois Concílios no ano de 2021, conforme abaixo:

1.Nova Friburgo – tendo arrecadado, conforme informado pela Procuradoria do Município, o valor aproximado de R\$ 36.500.000,00;

2.Três Rios – tendo arrecadado, conforme informado pela Procuradoria do Município, o valor de R\$ 2.641.605,45.

Convênios de Intercâmbio de Dados e de Cooperação

Buscando aperfeiçoar os processos de intercâmbio de dados com a finalidade de auxiliar na apuração de informações de interesse judicial, estabelecendo a cooperação mútua junto às instituições públicas, foram elaborados convênios com a Diretoria Geral de Estatística e Apoio à Jurisdição, conforme descrito a seguir:

- Convênio de Cooperação Técnica e Material entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Polícia Civil – SEPOL, Município de Nova Iguaçu e este Tribunal de Justiça, objetivando a humanização de espaços destinados pelo Instituto Médico Legal – IML, para o atendimento às mulheres vítimas de violência, no Município de Nova Iguaçu, através da instalação da “Sala Lilás”- SEI nº 2020-0652712, Termo nº 003/0107/2021;
- Convênio com o CDLRIO de Integração tecnológica das informações provenientes dos bancos de dados do convenientes, no sentido de facilitar a disponibilização de dados para a localização de pessoas, assim como coibição da prática ilícita de fraudes na expedição de ordens judiciais, agilizando, assim, o provimento jurisdicional - Processo SEI nº 2019-0631077, Termo nº 003/0164/2021;
- Convênio com o Banco do Brasil, visando à Comunhão de esforços entre os partícipes, com vistas à implantação do software SisconDJ, para permitir o intercâmbio eletrônico de dados entre os sistemas do Banco e do

TJRJ, via WebService, exclusivamente, a automação do processamento de ordens judiciais relativas aos depósitos judiciais, precatórios e requisições de pequenos valores, compreendendo, ainda, os serviços de emissão de guias de acolhimento de depósitos judiciais, consulta de saldos e extratos e de informações gerenciais e levantamento de contas e/ou parcelas de depósitos judiciais (emissão de alvará eletrônico) – SEI nº 2020-0678961, Termo nº 003/0133/2021;

- Acordo de cooperação técnica com SEPEC/ME, visando à troca de informação entre as partes, através do intercâmbio de dados em meio eletrônico, com objetivo de elaborar Estudo Jurimétrico dos processos judiciais em trâmite no TJRJ, que se relacionam ao exemplo de caso utilizado pelo Banco Mundial, no item “Execução de Contratos” do Relatório Doing Business – SEI nº 2020-0659896, Termo nº 003/0124/2021;
- Convênio com MPRJ de Intercâmbio de dados, análises e informações de interesse público e institucional que possam ser úteis à atividade fim dos partícipes, especialmente os dados constantes do conjunto de plataformas “MP em Mapas” do MPRJ e os dados e informações notariais e registrais, transmitidos ao banco de dados do TJRJ pelos serviços extrajudiciais – SEI nº 2021-0601269, Termo nº 003/0032/2021;
- Convênio SEPOL, DPGE, SEAP, MPRJ – Formalização de novo Convênio – Objeto: Implementar estrutura básica para o funcionamento da audiência de custódia, nas dependências da Secretária de Estado de Administração Penitenciária, contando com o apoio logístico da DPGE, SEPOL, SEAP e MPRJ – Processo SEI nº 2020-0651196, Termo nº 003/355/2021;
- Convênio MPRJ – Formalização Convênio – Objeto: Cooperação Técnica e Institucional, para permissão de acesso ao sistema de cadastro presencial, disponibilizado no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para realização dos cadastros presenciais de seus membros, visando à comunicação eletrônica para citação, intimação e outras comunicações em suas dependências, sem a necessidade de comparecimento ao Tribunal – Processo SEI nº 2020-0684216, Termo nº 003/0011/2021;
- Convênio SEPOL, Município de Rio Bonito, Município de Tanguá, Município de Itaboraí e São Gonçalo – Formalização Convênio – Objeto: Cooperação Técnica e Material, visando à humanização de espaços destinados pelo IML de Tribobó, para atendimento às mulheres vítimas de violência, nos Municípios de Itaboraí, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá – Processo SEI nº 2020-0653155, Termo nº 003/0559/2020;
- Convênio IPUB/UFRJ – estabelecer um regime de mútua cooperação técnica e científica entre o TJRJ e o IPUB/UFRJ, para o treinamento de residentes multiprofissionais no cenário de prática da Central de Audiências de Custódia (CEAC), em Benfica/RJ – Processo SEI! 2020-0681296 – Convênio 003/0423/2021
- Convênio SEAP – Formalização de Convênio nº 003/0592/2021 – Objeto: Implementação de estrutura básica para o funcionamento da audiência de

custódia, de forma a atender às prisões decorrentes de todo o Estado do Rio de Janeiro, por meio da instalação e ampliação dos espaços físicos e estruturas de 02 (duas) Centrais de Audiência de Custódia, sendo uma no bairro de Benfica (na Capital) e a outra em Volta Redonda, além da implantação da Central de Audiência de Custódia na Comarca de Campos dos Goytacazes – Processo SEI nº 2021-0666899;

- Convênio STJ – Formalização de Convênio nº 003/0508/2021 – Objeto: estabelecer entre as partes cooperação voltada à troca de dados, desenvolvimento e transferência de tecnologias de inteligência artificial (IA) voltados ao aprimoramento dos fluxos de processos judiciais e de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à justiça – Processo SEI nº 2021-0618441;
- Convênio DPGE – Formalização Convênio nº 003/0264/2021 – Objeto: interligação entre a Conveniente e o Tribunal, através de um link da dados MPLS, com o objeto de trafegar dados entre os usuários e sistemas da Conveniente e do Tribunal – Processo SEI nº 2019-0622927;
- Convênio SERASA – Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica nº 015/2019, celebrado entre o CNJ e a SERASA S.A, visando permitir ao Tribunal o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas da SERASA, via “internet”, por meio do Sistema SERASAJUD – Termo nº 003/0662/2021
- Violeta Laranja – Objeto: Implementação do Projeto Violeta Laranja em todas as Varas do Estado do Rio de Janeiro com competência para processar e julgar crimes dolosos contra a vida, em especial o feminicídio, de modo a erradicar a violência doméstica na medida em que acelera o acesso à justiça às mulheres em situação de extrema vulnerabilidade e em risco grave de morte ou de lesão a sua integridade física, assegurando que as medidas protetivas de urgência sejam concedidas em um curto espaço de tempo e processos de feminicídio julgados com a maior celeridade possível. Processo SEI nº 2020-0617679. Publicação do Termo de Convênio de nº 003/549/2021;
- Convênio TJRJ x Light – Objeto: Disponibilização de canal de consulta de dados cadastrais específicos de clientes da Light, via internet, ao TJRJ, a ser utilizado pelos Juízes e/ou por servidores autorizados por seus magistrados, limitando-se a três servidores por Vara/ Juizado, permitindo dessa forma, a localização de partes, testemunhas ou pessoas vinculadas a ações que tramitem nos mencionados Juízos – Processo nº 2020-0689984 – Termo: 003/0303/2021.

Comissão de Políticas Institucionais para eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ)

A Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), instituída pelo Ato Executivo nº 1204/2013, publicado no DJERJ de 17/05/2013, com a alteração promovida pelo Ato Executivo nº 85/2016, publicado no DJERJ de 28/06/2016, tem

como objetivo principal auxiliar a Presidência do TJRJ na tomada de relevantes decisões, como alterações estruturais, modificação de competências, gestão dos dados estatísticos, entre outros temas sobre os quais o Colegiado, com seu caráter técnico, é instado a se manifestar, sempre visando sugerir as melhores práticas de gestão, acompanhar a produtividade dos órgãos judiciais e propor ações capazes de melhorar a prestação jurisdicional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A COMAQ, dentre outras deliberações, atuou nas demandas descritas abaixo:

1. Realização de Mutirão COMAQ junto ao VI Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Regional da Leopoldina. Uma vez identificado o elevado acervo e o congestionamento da unidade, o Colegiado idealizou e coordenou o mutirão de Magistrados, no período de junho a setembro de 2021, com foco na realização de 2 mil audiências, prolação de 20 mil atos, entre despachos, decisões e sentenças, e redução do acervo processual de mais de 10.500 para cerca de 6.500 feitos, além da virtualização do acervo de processos físicos;
2. Atualização e modernização do Tabelamento das Entrâncias Especial e Comum, nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais – Resoluções TJ/OE nº 04 e nº 05/2021;
3. Atualização e modernização do regulamento sobre o Grupo de Sentença, com aumento do número de magistrados integrantes, aprimoramento da metodologia de admissão de candidatos, verificação do número de sentenças anuladas pelo Tribunal, melhora na estrutura e na eficiência da respectiva secretaria, entre outros pontos – Resolução TJ/OE nº 18/2021;
4. Reorganização da competência orfanológica nas Comarcas de Entrância Especial do Interior, deslocando-a das Varas Cíveis para as Varas de Família, com o intuito de amenizar a excessiva demanda dos juízos cíveis – Resolução TJ/OE nº 15/2021;
5. Elevação das Comarcas de Barra Mansa e de Resende à Entrância Especial – Lei 9.509/2021.

Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional

GEAP Secretarias

Tabela - Total de Documentos Processados no GEAP (por tipo)

Ávaras de Soltura Analisados	2679	Ávaras de Soltura Cadastrados	2591
Ávaras de Soltura Prejudicados	87	Ávaras de Soltura Cadstrados pela Secretaria	1
Mandados de Prisão Analisados	414	Mandados de Prisão Cadastrados	386
Mandados de Prisão Prejudicados	28		
Total de documentos processados no GEAP: 6.186			

Visando estruturar apoio às Secretarias de Órgãos Julgadores, diante da necessidade de processar os expedientes pendentes de lançamento no Sistema do Banco Nacional de Mandados de Prisão, foi criado o Grupo Emergencial de Auxílio Programado aos Órgãos Julgadores, denominado GEAP-SECRETARIAS, por meio do Ato Executivo TJ nº 221/2019, alterado pelo Ato Executivo 43/2021.

Em 12/04/2021, foram reiniciados os trabalhos do GEAP-SECRETARIAS, tendo sido regularizado o acervo de documentos pendentes de lançamentos no BNMP 2.0, nas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com a participação de 17 servidores.

O Grupo contou com apoio técnico da DGTEC, da coordenação e monitoria da DGJUR objetivando o acompanhamento dos trabalhos e supervisão técnica exercida pelo secretário do órgão julgador.

Tabela - Dados GEAP-C

Órgãos julgadores	Alvarás de soltura analisados	Alvarás de soltura cadastrados	Alvarás de soltura prejudicados	Alvarás de soltura cadastrados pela secretaria	Mandados de prisão analisados	Mandados de prisão cadastrados	Mandados de prisão prejudicados
1ª Câmara Criminal	197	190	7	0	0	0	0
2ª Câmara Criminal	22	19	2	1	0	0	0
3ª Câmara Criminal	348	341	7	0	20	20	0
4ª Câmara Criminal	21	19	2	0	370	344	26
5ª Câmara Criminal	1.031	992	39	0	0	0	0
6ª Câmara Criminal	1.008	979	29	0	0	0	0
8ª Câmara Criminal	52	51	1	0	24	22	2
Total	2.679	2.591	87	1	414	386	28

Fonte: DGJUR

Por fim, ainda em 2021, criou-se a GEAP-SECRETARIAS, com atribuição de regularização de processamento dos feitos oriundos da 3ª Vice-Presidência, na 6ª Câmara Criminal e na 27ª Câmara Cível, com respaldo no constante do artigo 12, do Ato Executivo 221/2019, alterado pelo Ato Executivo 43/2021.

Tabela - Resultados GEAP

Órgãos julgadores	Total de processos movimentados
6ª Câmara Criminal	357
27ª Câmara Cível	4.151

Fonte: DGJUR

Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais

Em 2021, a COGEP deliberou a continuidade de desenvolvimento do projeto de Aprimoramento da Gestão Organizacional nas Câmaras Cíveis e Criminais.

Considerada a relevância das atividades prestadas pelos Órgãos Julgadores, definiu-se como propósito do projeto a criação de metodologias e/ou procedimentos padronizados que facilitem o processamento e o aumento de produtividade, melhorando a imagem institucional e a da gestão das unidades organizacionais

As unidades organizacionais de segunda instância apresentam procedimentos diferenciados que devem ser alinhados de acordo com a legislação em vigor, atos normativos oficiais e as melhores práticas de gestão, de modo a gerar maior transparência e segurança aos clientes internos e externos. A implementação do SIGA e/ou outros programas e práticas de gestão visa organizar a gestão das unidades organizacionais do TJRJ, mediante o estabelecimento e a implementação de políticas, estratégias, objetivos e indicadores de desempenho para promover o melhor desenvolvimento das atividades. Nesta esteira, deu-se a continuidade a realização de reuniões relativas ao Grupo de Trabalho das Câmaras Cíveis e Criminais.

Foram concluídas as etapas de levantamento das práticas de gestão, movimentos e fases processuais no eJUD, relatórios do eJUD normalmente utilizados, e levantamento de pontos mais importantes, segundo as câmaras, para realização de gestão mais adequada. Durante os trabalhos para estudo e criação de metodologia padronizada, verificou-se a importância de consolidar em um glossário a definição de critérios utilizados nos relatórios estatísticos pelo Tribunal de Justiça pelo CNJ, visando o registro destes dados e acompanhamento ao longo do tempo.

GEAP Processo Eletrônico

O Ato Executivo 134/2021 criou o Grupo Emergencial de Auxílio Programado para a transformação dos processos físicos em eletrônicos GEAP – PROCESSO ELETRÔNICO, iniciando as atividades em 01 de setembro de 2021.

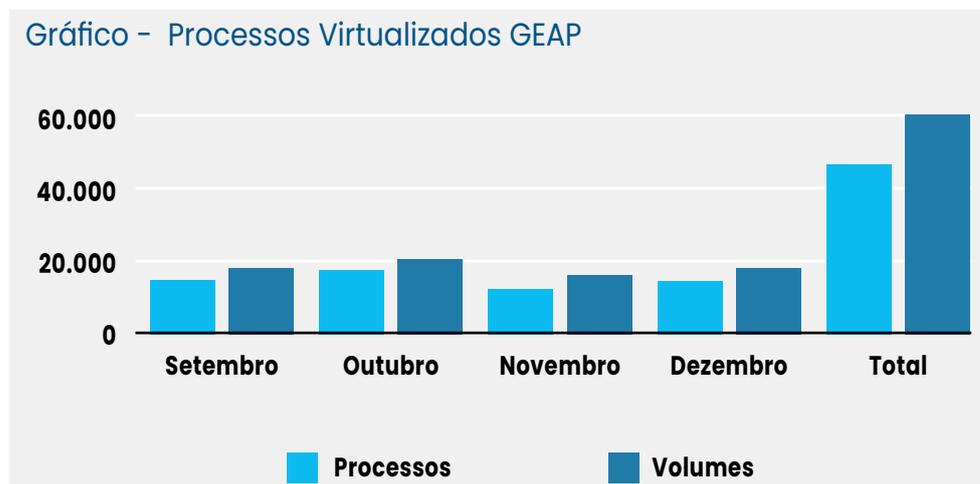
Na sua criação, o escopo inicial era atender os Avisos 16 (NUR 01) e 20 (NUR 04), fazendo a revisão dos processos indexados pelas Centrais de Indexação Cível e Criminal. Contudo, o escopo foi expandido e, hoje, atua indexando/revisando em outras Serventias/Comarcas, como exemplos: Aviso Conjunto 21/2021 – Varas Criminais Capital, Aviso Conjunto 23 – NUR 10 e Aviso Conjunto 24 (Criminais)

O GEAP é constituído por três coordenadores, 10 monitores e 270 colaboradores, e mensalmente gera uma média de 9.637 horas extras. Atualmente está atuando, indexando e/ou revisando, em 86 serventias.

Tabela - DGJUR/GEAP – Grupos 01/08

MESES	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
PROCESSOS	11.308	13.629	8.108	10.325	43.370
VOLUMES	13.957	16.623	12.437	14.098	57.115

Fonte: DGJUR

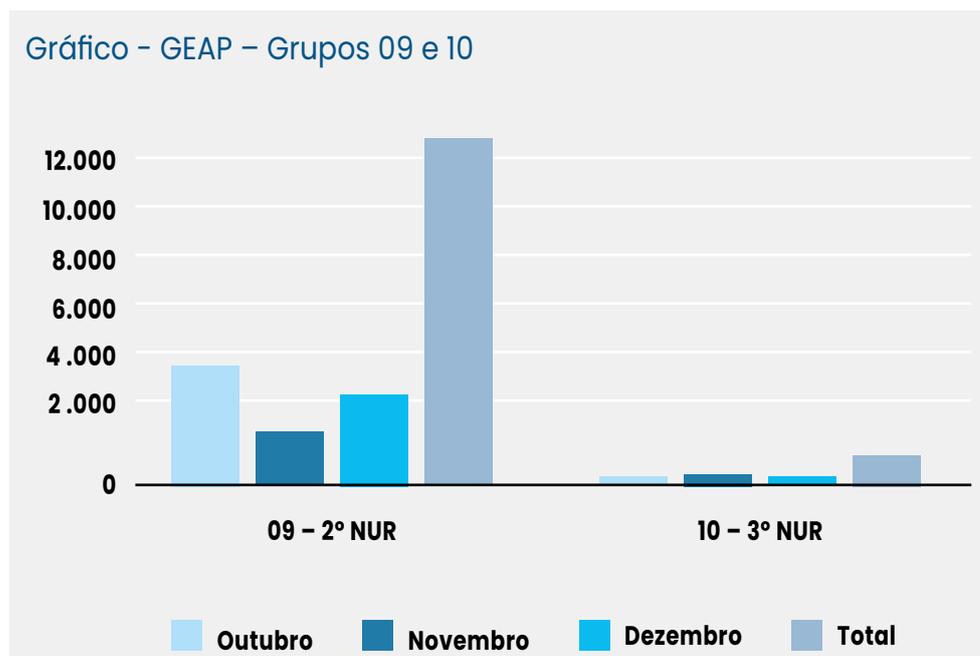


Fonte: DGJUR

Tabela - DGJUR/GEAP – Processos virtualizados (Onedrive)

GRUPO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
09 – 2º NUR	4.824	2.804	3.862	11.490
10 – 3º NUR	311	334	307	952

Fonte: DGJUR



Fonte: DGJUR

Total geral de processos virtualizados nos GEAPs 01 a 10: **55.816**

Incentivo no Apoio e Cumprimento das Metas Nacionais Jurisdicionais

O projeto consiste na implementação de uma ferramenta que auxilie os juízos de primeiro grau e os órgãos julgadores a identificar e promover a gestão do acervo de processos que estejam impactando as metas a serem cumpridas, tanto pela respectiva unidade jurisdicional, como pelo TJRJ no cenário nacional, visando atingir o patamar estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça. Assim, focando na melhoria dos índices de cumprimento das metas, foi estabelecido um modelo de e-mail encaminhado mensalmente aos magistrados pela COMAQ, a fim de alertar/informar sobre os processos da respectiva serventia que estejam impactando o cumprimento das metas. Do mesmo modo, os e-mails destinados ao segundo grau serão encaminhados pelo próprio sistema, com a situação das metas. O sistema está em desenvolvimento pela empresa contratada, com previsão de entrega no primeiro trimestre de 2022.

Idealizado como ferramenta de auxílio aos juízes e desembargadores, com foco no monitoramento das Metas 1 e 2 do CNJ, o projeto permite melhor gestão do acervo processual pendente nas referidas metas e o devido direcionamento de esforços e de recursos humanos para atingir graus mais elevados.

Aliado à divulgação dos graus de cumprimento, via e-mail, é realizada a veiculação de materiais explicativos sobre as Metas Nacionais, manuais de utilização de relatórios e ferramentas de consulta preexistentes, como o “Processômetro”, que tornam mais acessíveis, claros e familiares os modos de monitoramento desses resultados diretamente pelos cartórios, gabinetes e secretarias. O intuito da disseminação de conhecimento aos magistrados e servidores é construir a cultura definitiva de monitoramento das Metas Nacionais, capacitando-os de forma perene e possibilitando a obtenção de melhores desempenhos neste ano, e nos seguintes.

Além disso, o projeto traz revelações gerenciais sobre as Metas do CNJ, permitindo que a Administração acompanhe seu andamento, identifique possíveis pontos a serem aprimorados, melhorando a prestação jurisdicional e, conseqüentemente, alcançando melhores pontuações nos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade.

Pode-se destacar que o cenário de pandemia prejudicou o desempenho nas metas ao limitar o número de atos presenciais, a exemplo das audiências nos Juizados Especiais Cíveis. Os reflexos foram percebidos após os meses de maior restrição, com a queda do número de julgamentos. Além disso, o número mínimo de sentenças exigido pela atividade de cumulação de magistrados encontra-se reduzido, contribuindo para a redução do número de julgamentos obtidos em 2021, em contraponto à normalização da entrada de processos novos.

Cabe acrescentar que o projeto aponta para resultados melhores em 2022, ano em que as ações poderão ser plena e integralmente realizadas,

desde que superadas eventuais dificuldades ocorridas no ano de 2021, decorrentes do avanço da implantação do sistema PJe em maior número de serventias e pela falta de comunicação entre as bases de dados, essencial para a obtenção e divulgação.

Núcleo de Cooperação Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (NUCOOP)

Diante do teor da Resolução nº 350 do CNJ, que constituiu procedimentos para cumprimento de atos processuais sem burocracia, proporcionando mais celeridade em suas práticas no âmbito da Administração Pública, foi aprovada pelo Órgão Especial a Resolução nº 8/2021, que dispôs sobre a criação do Núcleo de Cooperação Judiciária – NUCOOP, publicada em 11/05/2021. O propósito é a formação de uma rede nacional integrada pelos núcleos de cooperação de juízes atuantes nos tribunais estaduais e federais.

Por meio da Portaria nº 1519/2021, foram nomeados os magistrados para compor o NUCOOP, sendo designado o desembargador Alexandre Antônio Franco Freitas Câmara para presidir o núcleo e atuar como juiz de segunda instância.

Os órgãos públicos podem manifestar o interesse na cooperação para o cumprimento de ato processual, mediante preenchimento de formulário disponível no site do Tribunal de Justiça, sendo a DGJUR o setor que proporciona o atendimento, atuando e movimentando os processos instaurados.

Podemos verificar o crescimento dos pedidos de auxílio em 2021, constatando que a cobrança do cumprimento de cartas precatórias é a matéria em que há o maior número de solicitações de auxílio.

Estima-se que o procedimento oferecido pelo NUCOOP aponta tendência de crescimento de 100% no total de requerimentos de outros órgãos em 2022.

Com relação aos tribunais que solicitam auxílio, o TRT 1 foi o órgão externo mais acionado pelo TJRJ, em decorrência de execuções trabalhistas de empresas que se encontram em recuperação judicial.

Diante do quantitativo de processos paralisados em fase de cumprimento de sentença, foi criado o Núcleo de Justiça 4.0, conforme Resolução TJ/OE nº 20/2021, de acordo com as Resoluções CNJ 385 e 398/2021, pela instalação do “2º Núcleo de Justiça 4.0” do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na forma do artigo 2º da Resolução, com a finalidade de acelerar os processos em fase de cumprimento de sentença.

Gráfico - Matérias demandadas (NUCOOP - 2021)



Fonte: DGJUR

Movimentação processual e indicadores*

Tabela - Movimentação processual

Movimentação Processual - Dez/2021	
Ações e recursos novos:	92.365
1º Grau	48,24%
2º Grau	13,07%
JE	34,26%
TR	4,43%
Execuções Novas:	152.900
1º Grau	5,69%
JE	1,75%
Fiscais	92,57%
Ações e recursos pendentes (não inclui as execuções fiscais)	3.908.011
1º Grau	84,13%
2º Grau	3,68%
JE	11,67%
TR	0,52%
Ações e recursos baixados:	149.507
1º Grau	67,04%
2º Grau	9,31%
JE	21,50%
TR	2,15%

Taxa de Congestionamento	
Fase de conhecimento	
1º Grau	70,76%
2º Grau	41,28%
JE	41,35%
TR	21,75%
Fase de Execução	
1º Grau	80,80%
JE	50,42%

*Relatório elaborado com indicadores desenvolvidos antes da mais recente parametrização do CNJ. Seus valores poderão ser atualizados quando finalizada a implantação da parametrização no TJRJ. Os dados de Juizados não estão contemplando os processos que foram distribuídos pelo Pje.

Fonte: DGJUR

Tabela - Distribuição de Serventias TJRJ

Comarcas	Regionais	Juizados Especiais: 149
81	14	
Câmaras: 35		
Cíveis: 27		Juizados Especiais Cíveis (73) e adjuntos (54) = 127
Criminais: 8		Juizados Especiais Criminais (15) e adjuntos (1) = 16
Total de Varas = 525		
Cível: 198		Juizado da Fazenda Pública = 5
Família: 89		Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro(Adjunto) = 1
Criminal: 88		Juizados de Violência contra a Mulher e JECRIM (03) e adjuntos (74): 77
Vara Única: 37		Juizados de Violência contra a Mulher = 11
1ª Vara: 20		Turmas Recursais: 9
2ª Vara: 20		Cível: 5
Fam. Inf. Juv. e Id.: 19		Criminal: 2
Fazenda Pública: 17		Fazenda Pública: 2
Inf. Juv. e Id.: 14		Turma de Uniformização: 1
Órfãos e Sucessões: 9		
Empresarial: 7		
Execuções Penais: 1		
Auditoria Militar: 1		
Inf. e Juv.: 1		
Registros Públicos: 1		
Execuções e Medidas Socioeducativas: 1		
Vara Criminal Especializada: 1		

Fonte: DGJUR

Indicadores Estratégicos / Taxa de Congestionamento

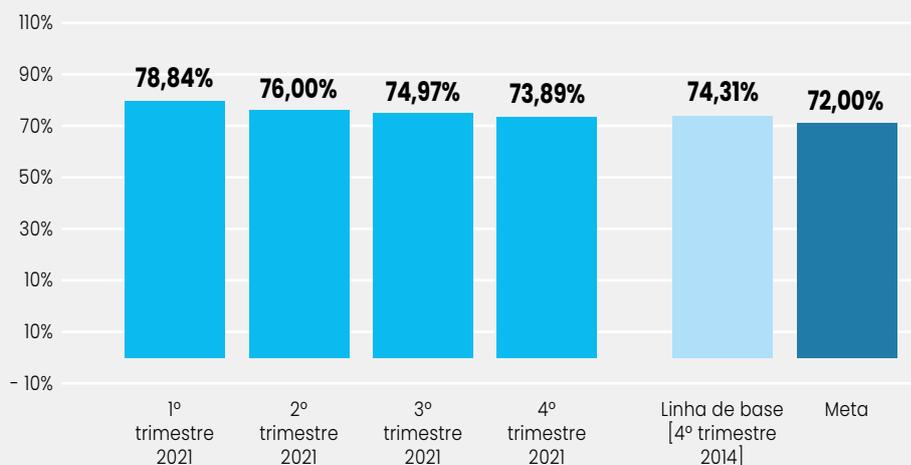
Taxa de Congestionamento no Primeiro Grau

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico, considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau.

O ano de 2021 começa o 1º trimestre com um percentual de 78,84%. No 2º trimestre há uma redução no indicador para 76%. A queda se mantém nos trimestres seguintes, atingindo 74,97% no 3º e 73,89% no 4º trimestre. Para Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. Apesar de a meta não ter sido alcançada, há tendência de diminuição (queda de 5 pontos percentuais ao longo do ano.) A meta continuará sendo monitorada ao longo de 2022.

Gráfico - Congestionamento na Fase de Conhecimento no 1º Grau*

META 2021: REDUZIR PARA 72%, NO 4º TRIMESTRE



OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.

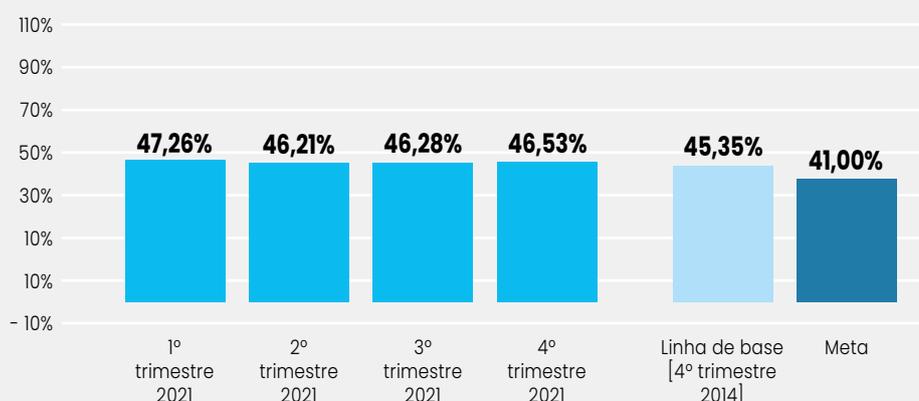
Fonte: DGJUR

Congestionamento na Fase de Conhecimento dos Juizados Especiais

No 1º trimestre de 2021, a taxa da fase de conhecimento dos juizados atinge 47,26%; no 2º trimestre, temos uma redução no indicador para 46,21%. O percentual de 46% se manteve nos trimestres seguintes, sendo o 4º trimestre 46,53%. A meta ainda não foi alcançada, mas continuará sendo monitorada ao longo de 2022.

Gráfico - Congestionamento na Fase de Conhecimento (Juizados Especiais)

META 2021: REDUZIR PARA 19% NO 4º TRIMESTRE



OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.

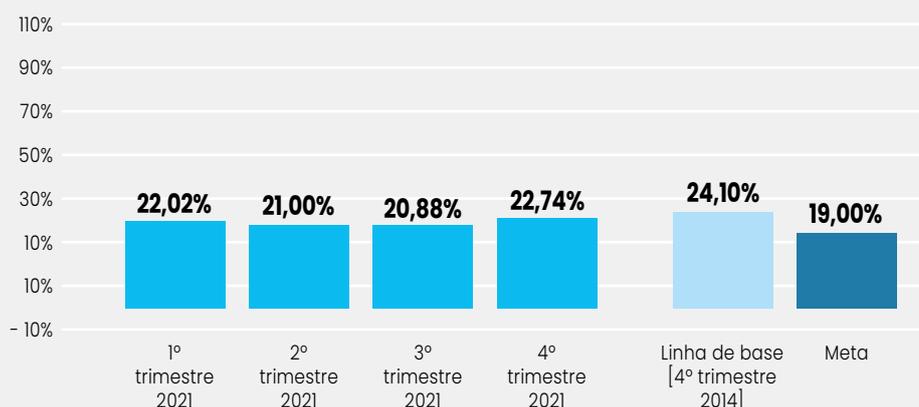
Fonte: DGJUR

Congestionamento nas Turmas Recursais

No ano de 2020, a taxa de congestionamento das turmas recursais encerrou em 21,57%, no primeiro trimestre de 2021, a taxa é de 22,02%. No 2º trimestre, atinge 21%. No 3º trimestre, 20,88% e finalmente no último trimestre atinge 22,74%. A meta ainda não foi alcançada, mas continuará sendo monitorada ao longo de 2022.

Gráfico - Congestionamento nas Turmas Recursais

META 2021: REDUZIR PARA 19% NO 4º TRIMESTRE



OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.

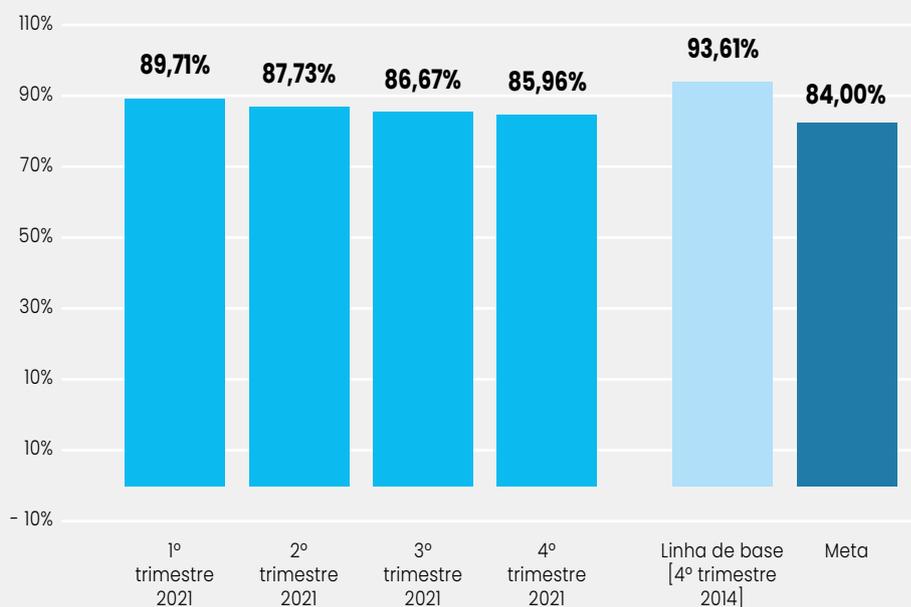
Fonte: DGJUR

Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL)

No 4º trimestre de 2020, o congestionamento era de 84,85%. O ano de 2021 começa, no primeiro trimestre, com um percentual de 89,71%. No 2º trimestre há redução, com congestionamento de 87,73%. No 3º trimestre, 86,67% e finalmente no último trimestre atinge 85,96%. Meta não alcançada, mas há tendência de queda. Deve-se ressaltar redução de 4 pontos percentuais ao longo dos trimestres.

Gráfico - Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL)

META 2021: ALCANÇAR 84%, NO 4º TRIMESTRE



OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.

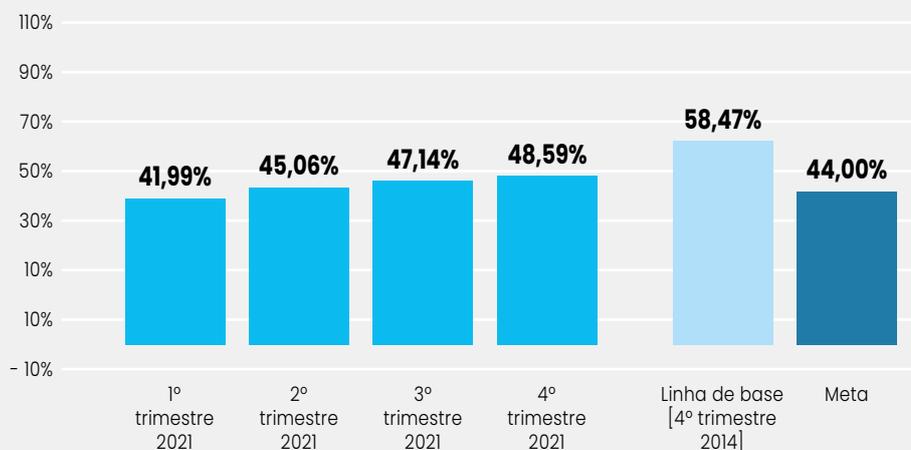
Fonte: DGJUR

Congestionamento na Fase de Execução nos Juizados

No ano de 2021, o resultado do 1º trimestre foi de 41,93%. Houve aumento para 45,06% no 2º trimestre (dados reprocessados). A tendência de alta se mantém dos trimestres seguintes, com 47,14% no 3º e 48,59% no 4º trimestre. Vale lembrar que os valores de Total de Processos de Execução Baixados no Juizado Especial e Casos Pendentes de Execução no Juizado Especial são influenciados pelo cadastramento do início da Execução nos processos. Meta não alcançada, com tendência de aumento da taxa.

Gráfico - Congestionamento na Fase de Execução (Juizados Especiais)

META 2021: REDUZIR PARA 44%, NO 4º TRIMESTRE



OBS: Dados estatísticos com critérios antigos. A nova parametrização do CNJ está em revisão.

Fonte: DGJUR

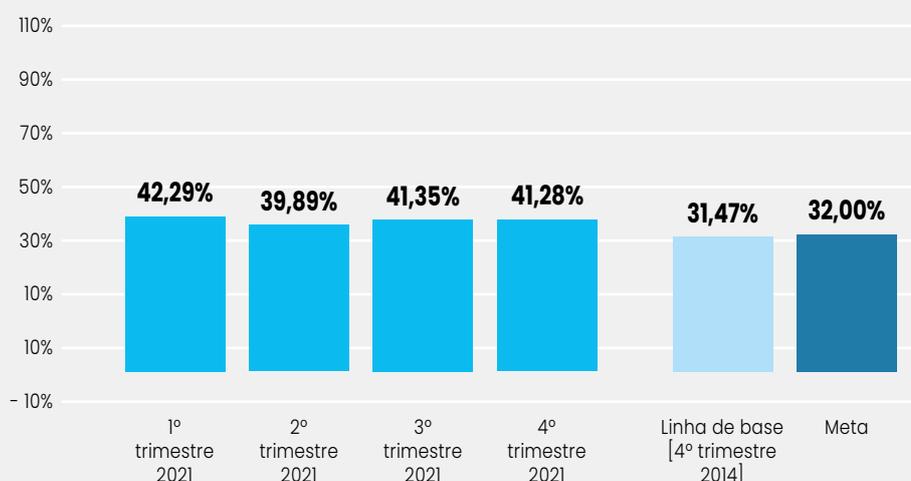
Taxa de Congestionamento no Segundo Grau

No penúltimo trimestre de 2020, o resultado do indicador foi de 39,66%, distante da meta estipulada de 32%.

O comportamento do indicador nos meses de outubro e novembro de 2020 foi descendente, passando de 39,66% para 39,36%, apontando que a melhoria será alcançada com maior número de processos baixados. Meta não alcançada.

Gráfico - Congestionamento no Segundo Grau

META 2021: ALCANÇAR 32% DE TAXA DE CONGESTIONAMENTO AO FINAL DO ANO



Fonte: DGJUR

Atendimento a demanda

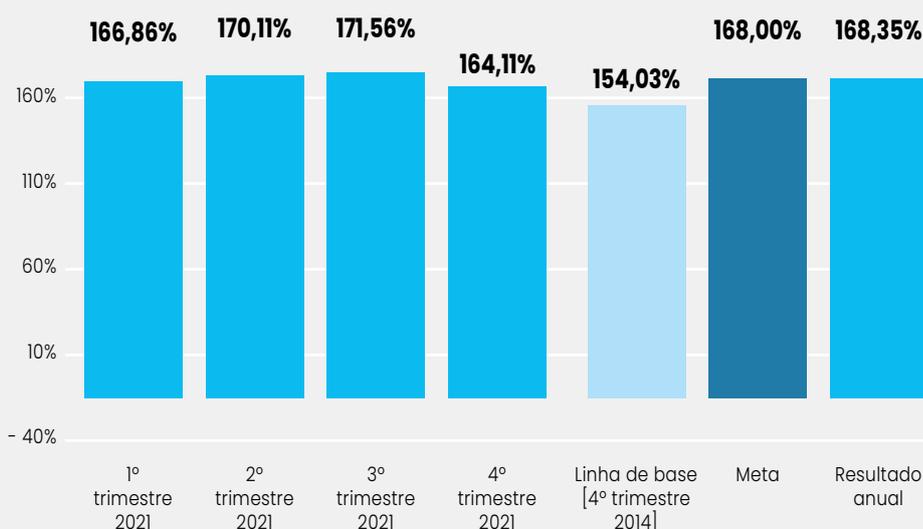
Índice de Atendimento à Demanda no 1º grau (CONHECIMENTO)

O Índice de Atendimento a Demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos. Se a quantidade de processos baixados for superior à quantidade de processos que entram, o comportamento do indicador será positivo. Este estudo específico concentra-se na fase de conhecimento do 1º grau.

Para a verificação da meta, são contabilizados os resultados dos quatro trimestres. O ano de 2020 apresentou um resultado consolidado de 199,61%. O primeiro trimestre de 2021 atingiu 166,86%, o 2º, 170,44%, o 3º trimestre, 171,56% e o último, 164,11%. O acumulado em 2021 foi de 168,35%. Meta alcançada. Mantendo-se a tendência de alta, a meta deverá ser reavaliada.

Gráfico - Índice de Atendimento à Demanda no 1º grau (Conhecimento)

META 2021: ALCANÇAR 168% EM 31/12/2021



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Fonte: DGJUR

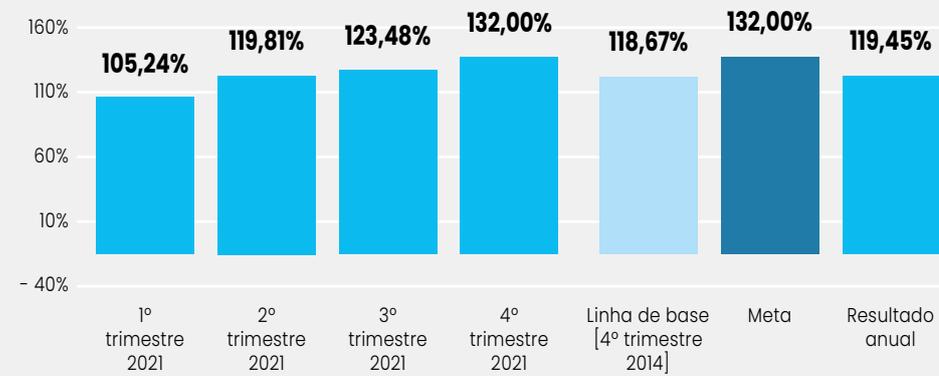
Índice de Atendimento à Demanda nos Juizados Especiais (CONHECIMENTO)

A meta estipulada foi reduzida para 132%. O resultado do 1º trimestre foi de 105,24%; no 2º, de 119,81% (dados reprocessados), no 3º, 123,48% e no 4º, 132%. O total, somando-se os meses fechados de 2021, foi de 119,45%.

Devemos acompanhar se a tendência de melhoria se consolida ao longo dos trimestres de 2022. Meta não alcançada, apesar do percentual ter sido atingido no último trimestre isolado.

Gráfico - Índice de Atendimento à Demanda no TJRJ (Conhecimento nos Juizados Especiais)

META 2021: ALCANÇAR 132% NO 4º TRIMESTRE



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Fonte: DGJUR

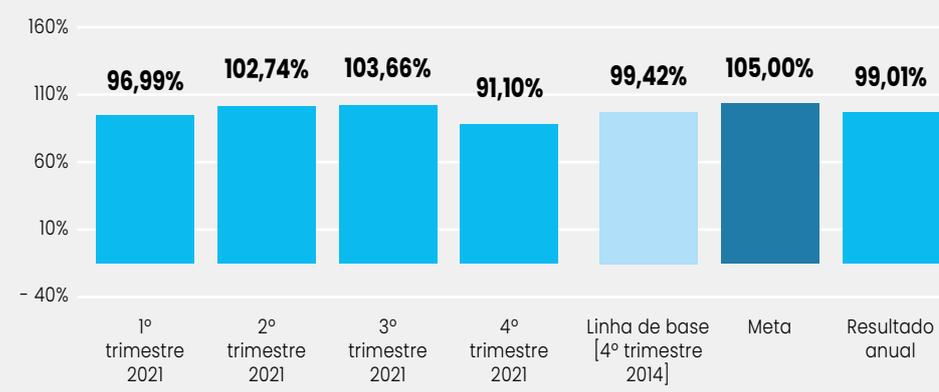
Índice de Atendimento à Demanda - Turmas Recursais

A meta foi reajustada para 105%. O resultado do 1º trimestre foi de 96,99%; no 2º, de 102,74%, no 3º, 103,66% e no 4º, 91,10%.

O total, somando-se os meses fechados de 2021, foi de 99,01%. Meta não alcançada.

Gráfico - Índice de Atendimento à Demanda (Turmas Recursais)

META 2021: ALCANÇAR 105% NO 4º TRIMESTRE



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

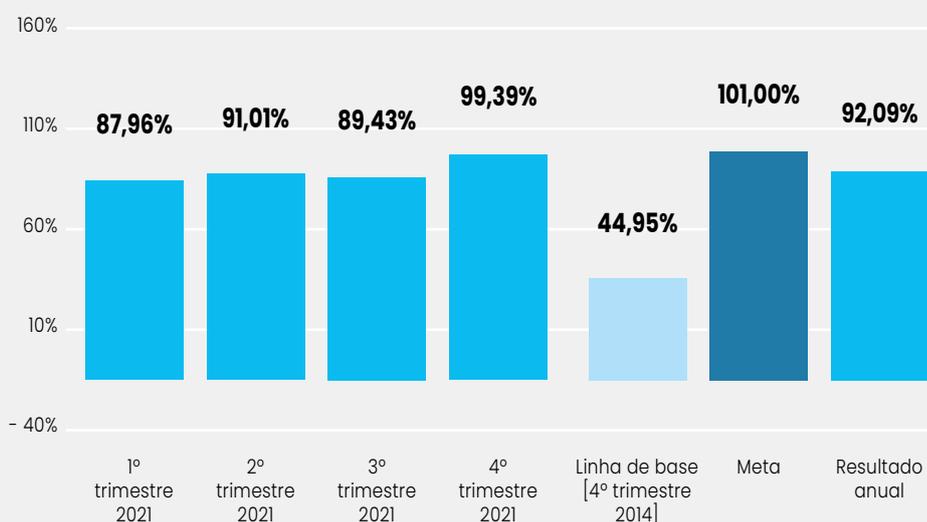
Fonte: DGJUR

Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUTIVOS FISCAIS)

A meta estipulada foi reajustada para 101%. O resultado do 1º trimestre foi de 87,96%; no 2º, de 91,04%; no 3º, de 89,43% e no 4º, 99,39%. O total somando-se os meses fechados de 2021 foi de 92,09%. Meta não alcançada. O cumprimento da meta continuará sendo monitorado durante o ano corrente.

Gráfico - Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau (sem execução fiscal)

META 2021: ALCANÇAR 101% EM 31/12/2021



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação

Fonte: DGJUR

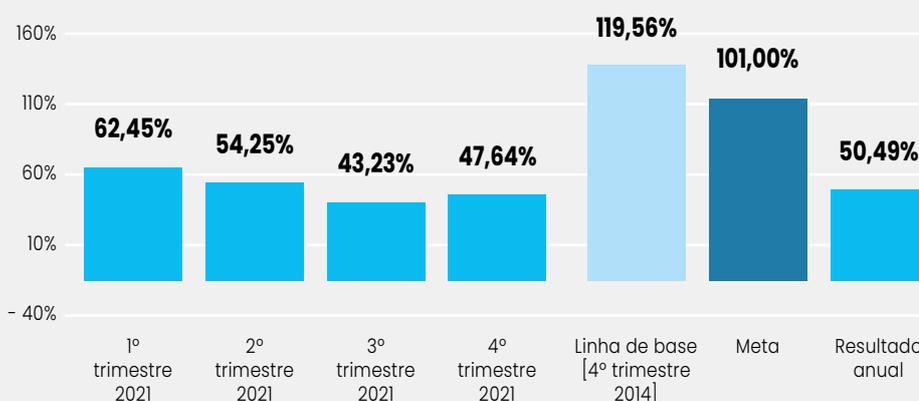
Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais

Os valores de Total de Processos Baixados e Total de Casos Novos são influenciados pelo cadastramento do início da Execução nos processos.

A meta foi reajustada para 101%. O resultado do 1º trimestre foi de 62,45%; no 2º, de 54,25%; no 3º, 43,23% e no 4º, 47,64%. O total, somando-se os meses fechados de 2021, foi de 50,49%. Meta não alcançada, mas que continuará sendo acompanhada em 2022 e deverá ser reavaliada ratificando as variáveis de Execução dos Juizados.

Gráfico - Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais

META 2021: ATINGIR NO MÍNIMO 101%, EM 31/12/2021



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

Fonte: DGJUR

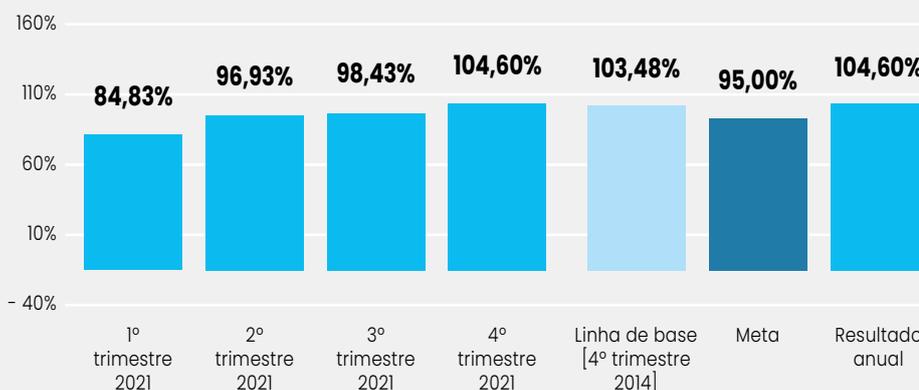
Atendimento à Demanda no 2º Grau

O índice de atendimento a demanda é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos. Se a quantidade de processos arquivados for superior a quantidade de processos novos, o comportamento do indicador será positivo.

Para a verificação da meta é contabilizado o resultado dos semestres. Considerando que o indicador nos últimos trimestres de 2021 superou as expectativas, e fechou o ano com percentual de 104,60%, conclui-se que a meta foi alcançada. Resultado anual de 104,60%.

Gráfico - Atendimento à Demanda no TJRJ – 2º Grau

META 2021: ALCANÇAR O ÍNDICE DE 95% DE ATENDIMENTO À DEMANDA



Fonte: DGJUR

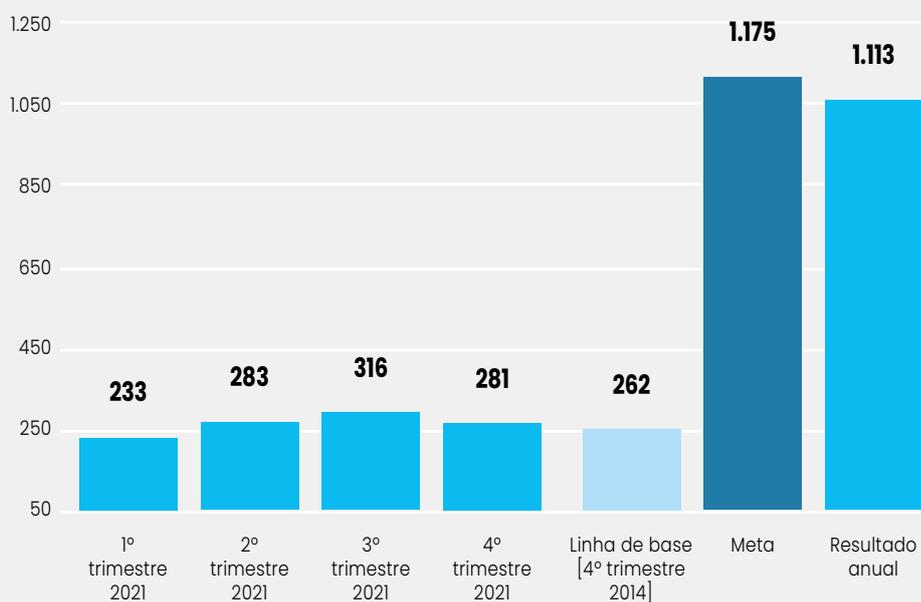
Produtividade do Magistrado

Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juizes do 1º grau na fase de conhecimento foi estipulada a meta de 1.175 sentenças/magistrado.

Gráfico - Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau

META 2021: TOTALIZAR 1.175 SENTENÇAS DE CONHECIMENTO/JUIZ, EM 31/12/2021



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação. Contabilização de magistrados extraída do Justiça em Números 2020.

Fonte: DGJUR

Este indicador registra a totalização das sentenças proferidas ao final do ano. Em 2020, foram 1.045/magistrado. Em 2021, até o mês de dezembro, foram proferidas 1.113 sentenças/magistrado das 1.175 necessárias para cumprimento da meta, que será monitorada em 2022. Meta não alcançada.

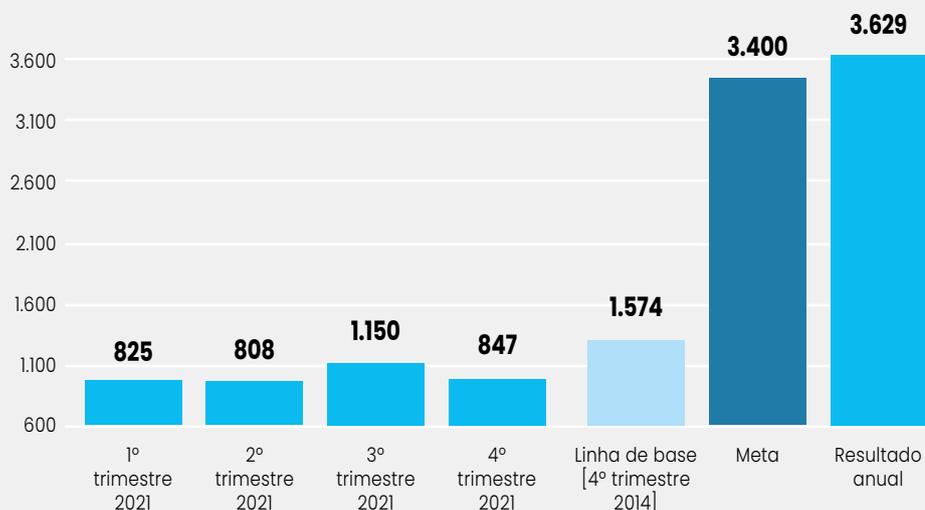
Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais

Para a produtividade dos juizes dos juizados na fase de conhecimento, foi reajustada a meta para 3.400 sentenças/magistrado.

Este indicador consiste na totalização das sentenças proferidas. Até o final de 2021 foram proferidas 3.629 sentenças/magistrado das 3.400 necessárias para cumprimento da meta. Meta alcançada.

Gráfico - Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais

META 2021: TOTALIZAR 1.175 SENTENÇAS DE CONHECIMENTO/JUIZ, EM 31/12/2021



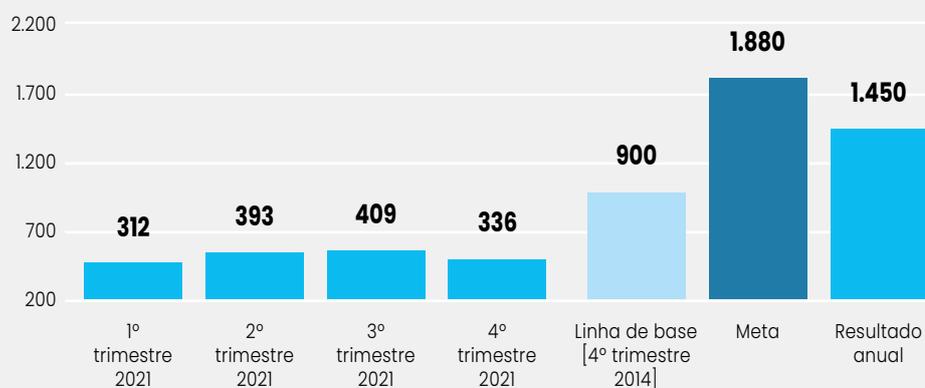
OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação. Contabilização de magistrados extraída do Justiça em Números 2020

Fonte: DGJUR

Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais

Gráfico - Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais

META 2021: TOTALIZAR 1.880 DECISÕES EM 31/12/2021



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação. Contabilização de magistrados extraída do Justiça em Números 2020.

Fonte: DGJUR

A Produtividade do Magistrado contabiliza as sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juizes das turmas recursais, foram consideradas as decisões. A meta foi reajustada para 1.880 decisões/magistrado.

Este indicador é a totalização ao final do ano das decisões proferidas, que em 2020 foram 1.431/magistrado. Em 2021 foram proferidas 1.450 decisões/magistrado, das 1.880 decisões necessárias para cumprimento da meta, que será monitorada em 2022. Meta não alcançada.

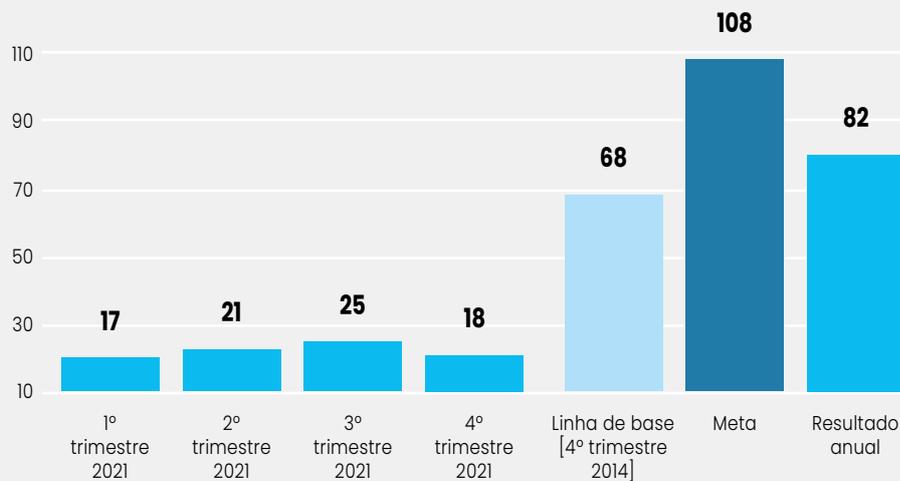
Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados Especiais

Para a produtividade dos juizes dos juizados na fase de execução, foi reajustada para 108 a meta de sentenças/magistrado. Os valores são influenciados pelo cadastramento do início da execução nos processos.

Este indicador é a totalização das sentenças proferidas ao final do ano. Em 2021, foram proferidas 82 sentenças/magistrado das 108 necessárias para cumprimento da meta, que será monitorada em 2022. Meta não alcançada.

Gráfico - Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados

META 2021: TOTALIZAR 108 SENTENÇAS NA FASE DE EXECUÇÃO POR MAGISTRADO EM 31/12/2021



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação. Contabilização de magistrados extraída do Justiça em Números 2020.

Fonte: DGJUR

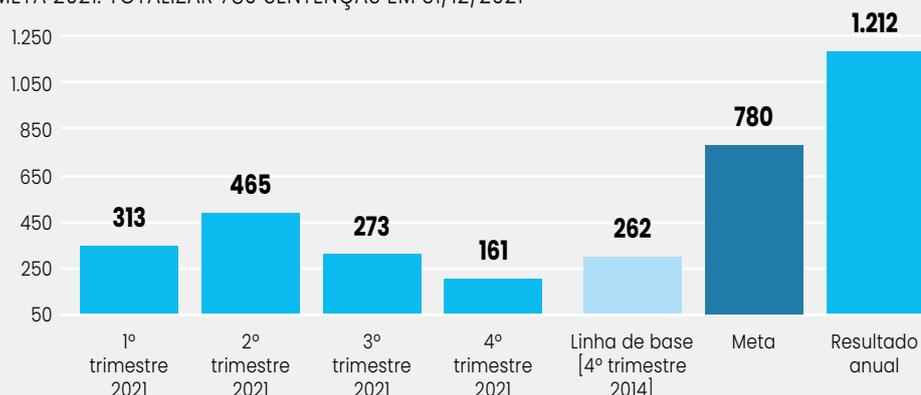
Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º grau (COM EXECUÇÃO FISCAL)

A produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores de sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juizes do 1º grau na fase de execução, incluindo a execução fiscal, foi estipulada a meta de 780 sentenças/magistrado. Devemos considerar a influência positiva das ações implementadas pela Comissão da Dívida Ativa (CODAT) na execução fiscal.

Este indicador é, efetivamente, a totalização das sentenças proferidas ao final do ano, que em 2020 foram 3.773/magistrado. Nos 4 trimestres de 2021, foram proferidas 1.212 sentenças/magistrado das 780 necessárias para cumprimento da meta. Meta alcançada. Consolidada a tendência de alta, a meta deverá ser reavaliada.

Gráfico - Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º grau (COM EXECUÇÃO FISCAL)

META 2021: TOTALIZAR 780 SENTENÇAS EM 31/12/2021



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação. Contabilização de magistrados extraída do Justiça em Números 2020.

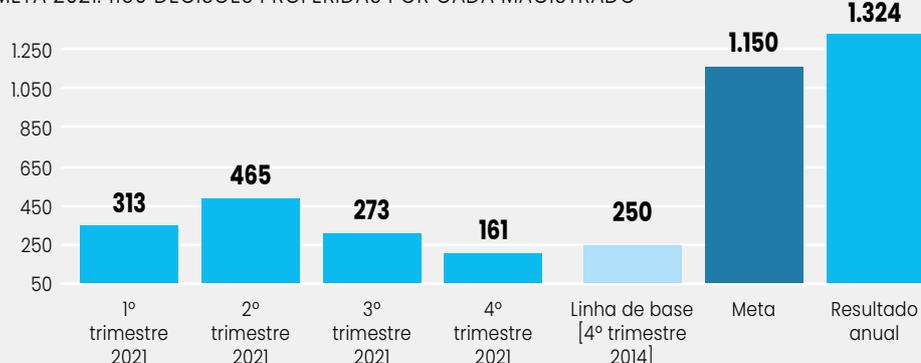
Fonte: DGJUR

Produtividade do Magistrado no Segundo Grau

Este indicador tem o objetivo de monitorar os processos julgados por cada Desembargador no 2º grau. O ano de 2021 fechou com 244.931 decisões proferidas. Sendo assim, temos uma produtividade média de 1.324 decisões por Magistrado. Meta alcançada.

Gráfico - Produtividade do Magistrado no 2º Grau

META 2021: 1150 DECISÕES PROFERIDAS POR CADA MAGISTRADO



OBS: Dados estatísticos com critérios da parametrização mais recente do CNJ. Alguns indicadores estão em revisão para retificação/ratificação. Contabilização de magistrados extraída do Justiça em Números 2020.

Fonte: DGJUR

Metas nacionais do CNJ - 2021

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça iniciou a parametrização da metodologia para aferição e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, com as variáveis estatísticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009, que servem de base para a elaboração do Relatório Justiça em Números.

As Metas Nacionais 2021 tiveram seus critérios aprovados no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, de forma virtual.

Seguem os resultados das Metas no TJRJ em 2021*:

Meta 1: 92,40%

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados).

Meta 2: 1º grau – 94,54% / 2º grau – 124,71% / JE e TR – 74,44%

(Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos: no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017; no 2º grau, 80% dos distribuídos até 31/12/2018 e; nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, 90 % dos processos distribuídos até 31/12/2018).

Meta 3: 78,34%

(Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2020).

Meta 4: 1º grau – 95,33% / 2º grau – 141,88% / JECRIM e TR Crim. – ND (no Painel do CNJ)

(Identificar e julgar, até 31/12/2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão).

Meta 5: 95,90%

(Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processos de conhecimento em relação a 2020. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%).

Meta 6: 1º grau – 99,73% / 2º grau – 142,61%

(Identificar e julgar, até 31/12/2021, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º Grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2019 no 2º Grau).

*Historicamente, os dados de Metas dos Relatórios Anuais são extraídos do próprio sistema do CNJ (painel). Em razão de indisponibilidades momentâneas, tanto internas quanto do CNJ, alguns dados foram captados do Processômetro, e a Meta 1 tem como fonte planilha extraída pela DGTEC, de forma a incluir a base de dados do PJe.

**Meta 8: 1º Grau: 101,59% 2º Grau: 222,22% (Feminicídio);
1º Grau: 118,85% 2º Grau: 198,59% Violência Doméstica)**

(Identificar e julgar, até 31/12/2021, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2019 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019).

Meta 9: 53,50%

(Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030).

Meta 11: 106,71%

(Alcançar 93% no índice de processos eletrônicos, indicador que computa percentual de processos ingressados eletronicamente).

Meta 12: 168,55%

(Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2020).

Estudo elaborado com indicadores desenvolvidos antes da mais recente parametrização do CNJ. Seus valores poderão ser atualizados quando finalizada a implantação.

Outras iniciativas para a agilidade na prestação jurisdicional na estrutura administrativa

Secretaria-Geral Judiciária

Criada pela Resolução TJ/OE/RJ nº 07/2021, de 3 de maio de 2021, a Secretaria Geral Judiciária e seus Departamentos (Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, Departamento de Processos do Conselho da Magistratura e Departamento de Processos da Seção Cível) reúne órgãos de alta importância nos julgamentos da Corte, sob uma única coordenação.

Merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas ao longo de 2021 pelo novo setor:

- Estudo para a atualização do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em relação à competência do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura;
- Readequação do leiaute da estrutura física da Secretaria;
- Realização de três sessões do Tribunal Especial Misto, com oitivas de testemunhas, interrogatório e julgamento final do processo de *impeachment*.

No Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial Foram autuados 66 processos de competência do Presidente (Carta de Ordem CPC: 17; Carta de Ordem Criminal: 5; Carta Precatória CPC: 27, Carta Precatória Criminal: 10. Dissídio Coletivo de Greve – 1ª fase: 7), com média mensal de 5,5. Foram distribuídos 2.974 (2.865 cíveis e 109 criminais), com média mensal de 247,83.

No Órgão Especial foram realizadas 81 sessões, sendo (41 híbridas e 40 virtuais), e 2.760 processos julgados em sessão (sessão virtual: 2.421 e sessão híbrida: 339).

Em 2021, foram deliberadas as seguintes matérias administrativas no Órgão Especial:

- 26 Resoluções aprovadas e publicadas;
- 6 anteprojeto de lei aprovados;
- 14 promoções de juízes a cargos de desembargador;
- 5 remoções de desembargador;
- 1 posse de desembargador do quinto constitucional da classe do Ministério Público

No Tribunal Pleno foram realizadas as seguintes sessões:

- Sessão do dia 05/02/2021: Solenidade de posse da Administração;
- Sessão do dia 01/03/2021: Eleição para as seguintes vagas para o TRE:
- 1 vaga de Membro Titular – Classe Desembargador;
- 2 vagas de Membro Titular – Classe Juiz de Direito;
- 1 vaga de Membro Suplente – Classe Juiz de Direito;
- Sessão do dia 30/08/2021: Composição de lista tríplice para o preenchimento de 1 vaga de Membro Substituto do TRE – Classe Jurista;
- Sessão do dia 03/12/2021:
- Proposta de Alteração de Competência das Câmaras Cíveis;

- Eleição para as seguintes vagas do TRE: 1 vaga de Membro Titular – Classe Desembargador; 2 vagas de Membro Substituto – Classe Desembargador;
- Escolha de lista tríplice para o preenchimento de 1 cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça – vaga do quinto constitucional destinada a membros do Ministério Público;
- Indicação da Desembargadora Monica Maria Costa di Piero para o Conselho da Magistratura.

Em atendimento ao recomendado pelo Conselho da Nacional de Justiça, no que se refere ao Ranking da Transparência, foram disponibilizadas, no site do TJRJ, as atas das sessões de julgamento virtuais e híbridas realizadas pelo Conselho da Magistratura.

1ª Vice-Presidência

Merecem destaque as seguintes atividades desenvolvidas pela 1ª Vice-Presidência:

- Dentre os pontos passíveis de melhorias nas distribuições processuais, foi publicada, em 26/02/2021, a Portaria nº 01/2021, que alterou os horários de distribuição de feitos cíveis para que a última distribuição diária, realizada às 16 horas e 30 minutos, incluísse somente os agravos de instrumento e os demais feitos urgentes. Tal medida aumentou agilidade e capacidade de monitoramento de feitos urgentes pela Primeira Vice-Presidência, Câmaras Cíveis e advogados.
- Observou-se, também, como ponto de relevante melhoria, a criação de um novo espaço no portal do TJRJ, onde a sociedade tem acesso às estatísticas de distribuição em tempo real. Com o formato analítico, dados detalhados são exibidos, permitindo saber para qual câmara foi distribuído o processo, seu relator e o horário da distribuição. Tal projeto deu ganho de transparência e agilidade na obtenção desses dados relevantes. Diferentes etapas de aperfeiçoamento já ocorreram. Na última, ainda em andamento, será possível escolher um período específico para a geração do relatório.
- Com relação às ações conjuntas relevantes, destaca-se também importante trabalho de monitoramento da estabilidade e qualidade do sistema de tecnologia da informação que é alimentado pelo setor de autuação e distribuição de processos cíveis de segunda instância.

Foi realizado estudo técnico, obtendo como resultado dados de extrema relevância para a manutenção e aperfeiçoamento da infraestrutura.

Ainda sobre integração, destaca-se a criação de dias e horários adicionais de distribuição, especificamente para agilizar e garantir celeridade na distribuição dos acervos de processos de desembargadores eventualmente afastados ou aposentados recentemente. A exemplo, cabe mencionar outras publicações importantes, tais como as Portarias 03/2021 e 04/2021, que dispuseram sobre a redistribuição de processos de relatoria de desembargadores afastados e/ou aposentados, especificamente, da 19ª CC e 12ª CC.

Seguem, ainda, em andamento diferentes estudos e projetos de aperfeiçoamentos gerenciais, dos quais passível de destaque a primeira consolidação de normas da 1ª Vice-Presidência. A hipótese em estudo objetiva consolidar todas as normas vigentes em instrumento único, garantindo ganho expressivo para todos que dependem de consultas frequentes a tais conteúdos, uma vez que se encontram dispersos em inúmeros instrumentos normativos com datas de publicação distantes e variada gama temática.

3ª Vice-Presidência

Na 3ª Vice-Presidência, merece ser destacada a implementação de uma equipe interdisciplinar que iniciou sua atuação, em fevereiro de 2021, quando havia um acervo acumulado de 40.053 recursos. A medida adotada resultou na redução deste acervo para 4.697 recursos, em 31/12/2021, o que representa um decréscimo de mais de 88% dos recursos, além da redução de solicitações/reclamações recebidas por correio eletrônico de 856, em fevereiro/2021, para 150, em 31/12/2021, o que denota uma redução de 82%.

Atualmente, as intimações das decisões proferidas nos processos enviados à Divisão de Comunicação Externa são realizadas no dia seguinte ao seu recebimento e os processos são remetidos às Cortes Superiores, tão logo expire o prazo para interposição de embargos de declaração.

Pela primeira vez, a 3ª Vice-Presidência indicou para o Superior Tribunal de Justiça recursos especiais como representativos de controvérsias, visando a afetação das matérias indicadas e revisão de teses. O Superior Tribunal de Justiça acolheu os representativos e, em 16/11/2021, afetou os REsp's 1.937.887/RJ e 1.937.891/RJ para revisão da tese firmada no Tema Repetitivo 414/STJ, quanto à forma de cálculo da tarifa progressiva dos serviços de fornecimento de água e de esgoto sanitário em unidades compostas por várias economias e hidrômetro único, após a aferição do consumo.

Em 25/02/21 foi solicitada a celebração de convênio de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de desenvolver e transferir tecnologia voltada à Inteligência Artificial, visando ao aprimoramento dos fluxos de processos judiciais e de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à justiça.

O TJRJ testou a ferramenta Athos em 2 mil processos e verificou a compatibilidade com o nosso sistema interno. No dia 29/09/21, em Brasília, foi formalizado entre o Superior Tribunal de Justiça e o TJRJ um Termo de Acordo de Cooperação Técnica para a implementação do sistema Athos. Nesse sistema de inteligência artificial será possível realizar buscas por núcleos determinados, o que, fará diferença para a execução do trabalho da 3ª Vice-Presidência, seja na realização de juízo de admissibilidade, seja para a indicação de representativos de controvérsia.

O acervo dos processos eletrônicos sobrestados – arquivados temporariamente – se somavam aos recursos em trâmite nas mesas das divisões, sobrecarregando o sistema e tornando mais lenta a movimentação dos feitos. A concentração dos processos no **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes** (NUGEP) resultou em mais agilidade para o trabalho.

O novo portal do **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes** está na fase final de elaboração e terá uma apresentação mais moderna, com facilidades para a utilização do usuário. Haverá possibilidade de consultar temas, *links* com as Cortes Superiores, disponibilização de Boletins Informativos com a movimentação dos temas e recursos paradigmas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC) do TJRJ.

Ficarão disponíveis também Notas Técnicas sobre os temas com aplicabilidade na Justiça Estadual. Já existindo, nos dias de hoje, mais de 100 Notas Técnicas elaboradas pelo Núcleo.

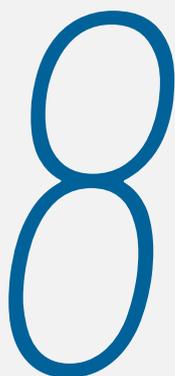
Na 3ª Vice-Presidência, muitos processos eram sobrestados por mais de um tema. Quando um tema transita em julgado e o outro não, o feito permanece no arquivo provisório até o trânsito de todos os temas a ele relacionados. Assim, os processos eletrônicos ou físicos permaneciam no arquivo sem a baixa do tema já transitado, o que implicava em número não fidedigno no relatório dos processos sobrestados.

Atualmente, quando um tema transita, independentemente da possibilidade de o feito retornar ao seu trâmite normal, o sobrestamento do feito é lançado no sistema, referente ao tema julgado. Inúmeros processos físicos e eletrônicos foram desarquivados para a retirada da anotação do tema no sistema, em que pese a necessidade da sua manutenção no arquivo provisório por outra matéria afetada.

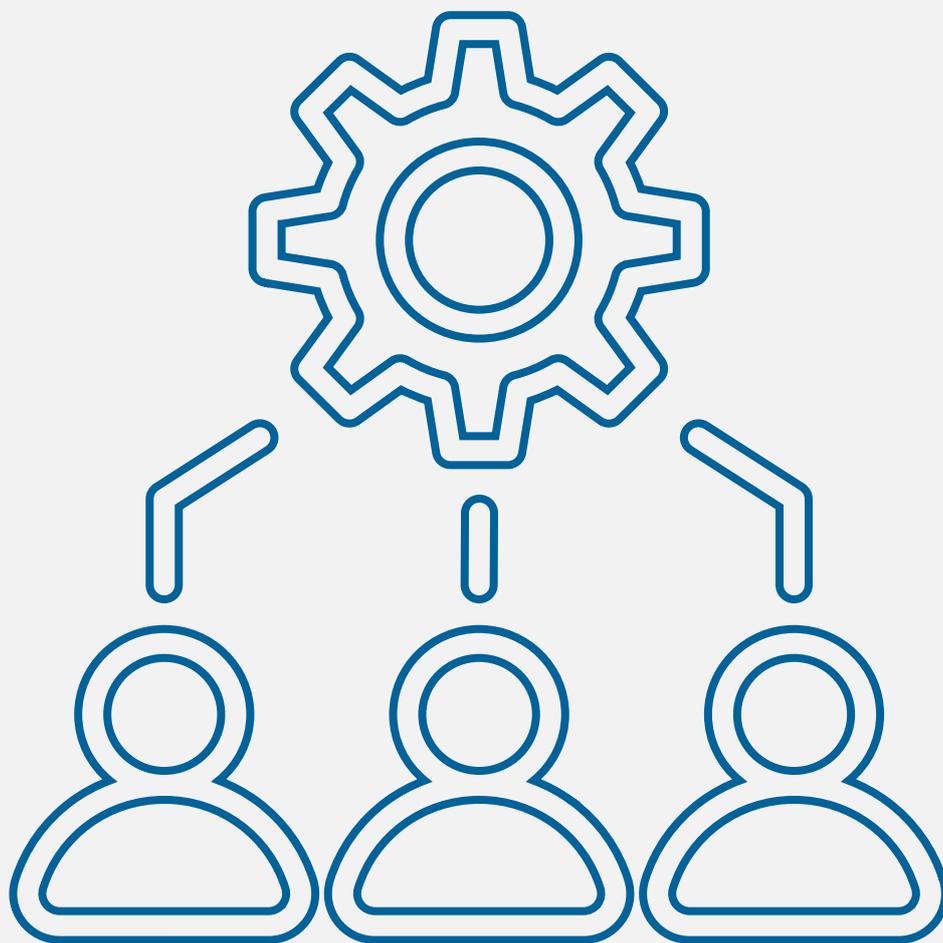
No início de 2021, o tempo médio de autuação do agravo em recurso especial e do agravo em recurso extraordinário era de 13,2 dias. Atualmente a autuação se dá, em média, em três dias. A média de autuação dos recursos especiais e dos extraordinários, em dezembro de 2021, foi de 4,6 dias.

A Divisão de Processamento manteve os altos níveis de produtividade e reduziu o seu acervo em 7,24%.

No ano de 2021, foram enviados 32.130 recursos às Cortes Superiores, o que representou um acréscimo de 265,80%, uma vez que em 2020 foram enviados 12.088 recursos. O acervo atual de processos eletrônicos, aferido em 31/12/2021, é de 26.596 processos, sendo que 14.190 encontram-se sobrestados em razão da afetação das matérias neles tratadas aos regimes dos recursos repetitivos, ou da repercussão geral perante as Cortes de superposição, de tal forma que o acervo em movimentação da 3ª Vice-Presidência é de 12.406 processos. Considerando que, em janeiro de 2021, o acervo era de 37.440 processos eletrônicos e no momento é de 26.596, houve uma redução de 10.844 processos eletrônicos, o que equivale a 28,96%.



Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e Governança Judiciária



8. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

No que diz respeito à construção do conhecimento necessário ao desempenho das atividades do Tribunal, na área jurisdicional e administrativa, a governança da instituição envolve documentação e manutenção permanente dos processos de trabalho dos seus órgãos e a implementação de sistemas de gestão, além do planejamento estratégico que detalha a estratégia para desenvolvimento dos objetivos institucionais. Pelo exercício coordenado dessas atividades, promove-se o alinhamento estratégico dos órgãos, potencializando os recursos e ações em prol do atingimento das metas postas pela Administração.

Modificações na estrutura administrativa

Desde o início da gestão, algumas medidas para modernização da estrutura administrativa foram tomadas. Foram aprovadas as seguintes Resoluções: Resolução TJ/OE n. 03/2021, Resolução TJ/OE n. 07/2021, Resolução TJ/OE n. 19/2021 e Resolução TJ/OE n. 23/2021.

Foram criados ou desmembrados inúmeros setores, na busca de melhor focar no atendimento às necessidades da atividade-fim. Podem ser citados:

- Secretaria-Geral Judiciária;
- Assessoria-Geral de inovação e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados;
- Diretoria-Geral de Contratos e Licitações;
- Departamento de Conformidade, Integridade Institucional e Governança de Dados, do Gabinete da Presidência.

Na Corregedoria-Geral da Justiça:

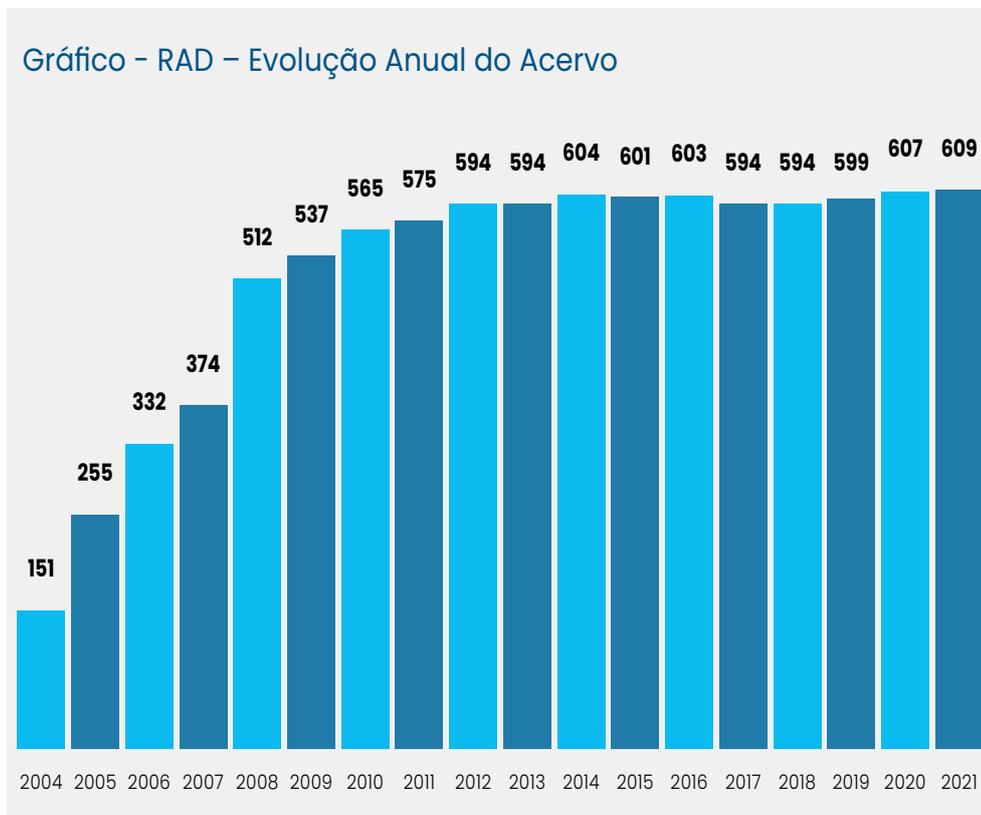
- Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria-Geral de Justiça;
- Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal.

Rotinas administrativas (RAD)

As rotinas administrativas (RADs) são resultado do mapeamento dos diversos processos de trabalho do TJRJ, documentando-os detalhadamente. As RADs permitem a compreensão de cada etapa do processo, interações com outras áreas, padronização do procedimento a ser executado, transparência, treinamento de novos servidores, uso dos processos modelados como base para a construção de sistemas computadorizados, estudos para automação de sistemas de gestão, criação e mensuração de indicadores das atividades para melhor monitoramento e controle dos processos de trabalho da Instituição.

Até dezembro de 2021, o TJRJ somava 609 processos de trabalho documentados em Rotinas Administrativas (o maior número de processos de trabalho documentados na história do TJRJ), o que, juntamente com formulários e manuais de procedimentos, totalizam 1.585 documentos controlados.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do sistema documental da Instituição, desde a sua implantação.



Fonte: DEGEP

O gráfico indica uma estabilização da documentação de processos, cabendo, no entanto, destacar que o percentual de rotinas administrativas revisadas em 2021 atingiu, aproximadamente, 41%.

Em 2021, destacam-se:

- Redesenho e publicação dos processos de trabalho “Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos de Prestação de Serviços”, da Diretoria-Geral de Contratos e Licitações (DGCOL);
- Elaboração do fluxograma de processo de trabalho e rotina administrativa “Receber e Processar Requisições Relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP)”;
- Mapeamento, desenho e elaboração das rotinas administrativas do processo de trabalho “Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos de Obras do TJRJ, do Departamento de Engenharia da Diretoria-Geral de Logística”;
- Mapeamento e modelagem dos fluxos do processo de trabalho de Varas Cíveis para a implementação do sistema PJe;
- Mapeamento e modelagem dos fluxos do processo de trabalho de Varas Criminais para a implementação do sistema PJe.

- Mapeamento, redesenho e elaboração de rotinas administrativas da Ouvidoria;
- Mapeamento e elaboração de rotinas administrativas da Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria Geral da Justiça;
- Mapeamento e elaboração de rotinas administrativas da Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal da CGJ.

Sistema Integrado de Gestão (SIGA)

O Tribunal põe à disposição das unidades administrativas e jurisdicionais de 2ª instância o Sistema Integrado de Gestão (SIGA), com o objetivo de trabalharem a gestão organizacional de forma efetiva, para conquistarem os resultados planejados.

Em 2021 foi mantida a forma de ingresso voluntário para as unidades organizacionais no SIGA, isto é, por livre adesão das unidades de Segunda instância e das Diretorias-Gerais do TJRJ. Em caso extraordinário, a Administração Superior pode determinar a implementação do SIGA em determinadas unidades.

Vale ressaltar que o SIGA, até agosto de 2021, trabalhava com as unidades administrativas e jurisdicionais de 1ª instância, totalizando 257 unidades, destas, 245 jurisdicionais.

A Resolução TJ/OERJ nº 19/2021 alterou as atribuições e os serviços de apoio ao SIGA jurisdicional foram extintos, situação ratificada pelo AVISO nº 140/2021 que limitou a atuação do SIGA às unidades administrativas e jurisdicionais de segunda instância.

Dessa forma, foi iniciada a implementação do SIGA em sete unidades administrativas do TJRJ, pertencentes à Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria-Geral de Justiça e em uma unidade jurisdicional de 2ª instância, a 19ª Câmara Cível.

Concluindo as alterações da citada Resolução, foram criados os serviços de Apoio à Gestão de Risco e de Coordenação das Práticas de Governança, em funcionamento.

Coordenação de práticas de governança

Como início das atividades do serviço, foram realizados os mapeamentos referentes à pesquisa de experiências de governança no TJRJ, pesquisa de normatizações CNJ, pesquisa de normatizações demais instituições e TJ, análise dos dados sobre pesquisa de governança no PJ e elaborações textuais.

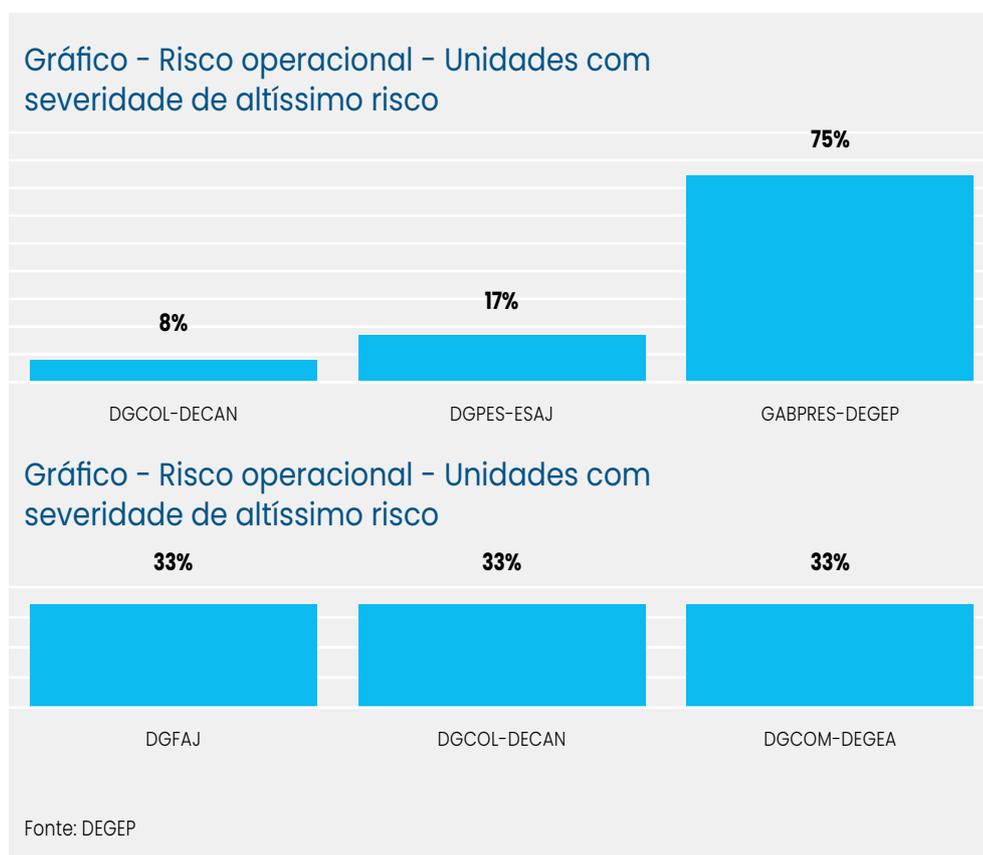
Para prosseguimento do plano de ação realizado, foi elaborado o Mapa Mental sobre Referencial Básico de Governança do TCU. Também teve início a elaboração do Portal da Governança. Realizou-se o Início do trabalho de alimentação do CONNECT JUS – Notícias TJRJ e, ao final de 2021, foi realizado o levantamento de dados – Inventário LGPD em todas as Diretorias-Gerais do TJRJ, com entrevista de 21 unidades.

Gestão de riscos em processos de trabalho operacionais

Foi definido o escopo inicial do serviço para a gestão 2021/2022 da seguinte forma: o apoio à implementação da gestão de risco em unidades do SIGA e em unidades de acordo com o cronograma do NAI, e monitoramento da eficácia das ações de controle das unidades com gestão de risco.

Dessa forma, foram levantados todos os riscos determinados pelas unidades que trabalham com o tema “gestão de risco no TJRJ”, com análises de pertinência entre as ações de controle e risco determinados, como também análises das severidades encontradas para apresentação à Comissão de Governança, Gestão Estratégica e Planejamento, conforme determinação do departamento.

Seguem os gráficos referentes à análise das severidades encontradas em todos os riscos identificados pelas unidades que implementaram a gestão de riscos:



Ao final de 2021, houve o levantamento de dados – Inventário LGPD – em todas as Diretorias-Gerais do TJRJ, entrevistando diretamente os gestores de 21 unidades. Tal trabalho, além de aprimorar o inventário dos processos que utilizam dados pessoais, permitirá a elaboração de um mapa (estima-se que cerca de 40% dos processos de trabalho do TJRJ ainda não foram mapeados), além da identificação dos processos de trabalho críticos e dos que não são informatizados. A conclusão está prevista para fevereiro/2022.

Tabela - Unidades com Certificação ISO

Unidades	
Vice-Presidência	1. IVP/DECIV
Escolas	2. EMERJ
	3. ESAJ
Diretorias	4. DGFAJ
	5. DGFEX
Departamentos	6. DECAN
	7. DECOP
	8. DEDEP
	9. DEGEA
	10. DEGEP
	11. DEIOP
	12. DELFA
	13. DESEP
14. DECON	
Câmara Cível	15. 18CCIV

Fonte: DEGEP

As unidades aderentes aos sistemas de gestão, conforme a Norma NBR ISO 9001, estão apresentadas na tabela ao lado. Os sistemas de gestão são avaliados por auditorias, uma forma de aferir a efetividade dos sistemas adotados pelo Tribunal. Permitem identificar o grau de eficiência da própria operação e, também, identificar oportunidades de melhoria. Nos sistemas de gestão certificados de acordo com a norma ISO 9001, as auditorias externas foram conduzidas pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, e, as internas, contaram com a atuação de profissionais contratados.

Em 2021, foram realizadas 24 auditorias internas e 31 auditorias externas, com o objetivo de verificar a conformidade com a Norma ISO 9001.

Visando à melhoria da avaliação dos sistemas de gestão, foram alteradas as diretrizes estabelecidas para realização das auditorias internas no TJRJ. Com base na experiência adquirida, as auditorias internas serão conduzidas, em sua maioria, pela equipe do Departamento de Governança, Estratégia e Planejamento (DEGEP), ressalvadas aquelas cujo dimensionamento ultrapassar 2HDs (homem/dia). Além disso, auditores internos contratados deverão atuar nas auditorias do GAPPRES/DEGEP, uma vez que estão impedidos de auditarem o próprio trabalho.

Nesse sentido, foi realizada a capacitação de nove servidores no *Curso de Formação de Auditores Líderes de Sistemas de Gestão da Qualidade – ISO:9001:2015*, ministrado pela HGB e reconhecido pelo RAC (Registro de Auditores Certificados), de acordo com o SBAC (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade).

O curso foi desenvolvido a fim de atender aos requisitos do RAC para certificação de auditores líderes e os concluintes se tornam aptos a conduzir au-

ditorias. Tal medida, além de estimular a capacitação dos servidores, levará a uma economia estimada de 61% nos contratos de auditoria a partir de 2022.

Atuação dos colegiados administrativos

Os Órgãos Colegiados Administrativos atuam auxiliando a Presidência do TJRJ no alcance dos objetivos estratégicos traçados para o biênio 2021-2022, como a promoção da responsabilidade socioambiental; o aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI e dos sistemas institucionais; o incremento das políticas de priorização das atividades de 1º Grau; o aprimoramento do modelo de gestão das Execuções Fiscais, entre outros.

Até o final de dezembro de 2021, o Tribunal possuía 101 colegiados instituídos pela Presidência. Desses, 59 tiveram atividades medidas em outubro, novembro e dezembro de 2021.

Houve um aumento no percentual da participação dos Órgãos Colegiados na Gestão Administrativa do Tribunal, de 56,36% para 58,42%, quando comparado à primeira medição da atual Gestão, levando em consideração que as medidas de isolamento social causadas pela Covid-19 impactaram a realização de atividades por alguns Colegiados. Em contrapartida, os grupos intensificaram suas atividades de maneira remota, por meio de reuniões virtuais pelo aplicativo Teams. Importante destacar a excelente adaptabilidade dos Colegiados às reuniões via acesso remoto, o que poderá ser mantido a partir do próximo ano, na medida da necessidade do TJRJ ou da conveniência das comissões.

Movimentação processual da Presidência

No ano de 2021, o TJRJ encaminhou seis mensagens à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

No 1º semestre, foram elaboradas as seguintes mensagens:

- Mensagem 01/2021 - Projeto de Lei nº 4023/2021, em tramitação na Casa Legislativa;
- Mensagens 02 e 03/2021, que deram origem, respectivamente, às Leis Estaduais nº. 9.270/21 e nº.9.354/21.

No 2º semestre, foram apresentadas as Mensagens nº 04, 05 e 06 que tratam, respectivamente, das regras gerais de reenquadramento dos servidores efetivos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, atingidos pela ADI nº 3782, em razão da determinação do Supremo Tribunal Federal por alterações na Lei Estadual nº 4.620, de 11 de outubro de 2005, sem aumento de despesa. Finalmente, a Mensagem 06/2021 dispõe sobre a alteração da LODJ, Lei nº 6.956, de 13 de janeiro de 2015, e do quadro anexo das Regiões Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 5.971/11), para elevar as Comarcas de Barra Mansa e Resende à Entrância Especial.

As Mensagens 04, 05 e 06/2021 deram origem às Leis Estaduais nº. 9393/2021, nº 9401/2021 e nº 9509/2021. Finalizando o ano de 2021, ressalte-se a promulgação da Lei nº 9507/2021, originada pela Mensagem 01/2021.

Movimentação de magistrados

No ano de 2021, foram publicados 18 Editais: Justiça 4.0, Plantão Noturno, Custódia, Promoção e Remoção de Desembargador, resultando na promoção de 16 juízes de Entrância Especial ao cargo de desembargador.

Foram realizados o acompanhamento e registro de 13 permutas de desembargadores.

Está em andamento a digitalização de todo o acervo físico existente no Departamento de Movimentação de Magistrados.

Precatórios

O sistema web utilizado pelo Departamento de Precatórios (Sistema Hólos) foi aprimorado com várias atualizações no sistema, e o Portal de Precatórios, no sítio do Tribunal de Justiça, foi reformulado para tornar a consulta mais didática e intuitiva.

Foram autuados mais de 22.900 precatórios no ano.

Em cumprimento à legislação em vigor, em especial à Resolução CNJ nº 303/2019, foram realizadas as constrições necessárias, inclusive sequestro de repasses aos entes devedores inadimplentes com o pagamento de precatórios.

Foram homologados 50 planos de pagamento dos entes devedores abarcados pelo regime especial, para o ano de 2022 e intimados os Municípios e Estado para procederem ao depósito mensal, conforme o plano de pagamento anual para abatimento da dívida consolidada com quitação prevista para 2029, após promulgação da EC 109/2021.

Deu-se continuidade aos pagamentos de precatórios judiciais de responsabilidade dos entes devedores inseridos no regime geral (comum), e os que estão inseridos no regime especial de pagamento de precatórios, introduzido pela EC nº 62/2009 e posteriores emendas, que incluem o Estado do Rio de Janeiro e outros 57 municípios, sendo pago aos credores mais de R\$ 1,4 bilhão em 2021.

Houve publicação de dois Editais de Convocação para credores interessados em quitação de seus precatórios, por meio de Acordo Direto com o Município de Niterói, efetivamente homologados os acordos realizados.

Foi realizada, em 06/07/2021, a primeira reunião do Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, composto pelos Tribunais, TJRJ, TRT-1ª Região e TRF- 2ª Região, com a presença dos juízes gestores dos respectivos Tribunais.

Foi celebrado novo acordo de cooperação entre o TJRJ, Tribunal Regional Federal e Tribunal Regional do Trabalho, para rateio constitucional dos entes em regime especial, para os próximos cinco anos, dos recursos administrados pelo TJRJ.

Seguem informações referentes ao apoio prestado pela Assessoria para assuntos do CNJ no ano de 2021:

- Foram movimentados para processamento e resposta e/ou informações 645 processos, incluídos os processos em curso e os novos (físicos e eletrônicos). Desse total, foram autuados 262 novos processos.

- 76 Processos ajuizados no CNJ pelo PJe;
- Arquivamento/Conclusão de 441 processos administrativos (físicos e eletrônicos), que cumpriram a sua finalidade e/ou tiveram seu arquivamento definitivo determinado pelo CNJ no procedimento próprio do Conselho, gerador de nosso PA;
- Um total de 1.319 informações, despachos e decisões foram elaboradas.

Tabela - Atividades de cerimonial em 2021

Fonte: ASCER

MÊS	DIA	EVENTO
Janeiro	25	Sessão Solene de Posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes Alexandre Eduardo Scisínio e Fernanda Fernandes Coelho Arrábida Paes no cargo de Desembargador
	27	Cerimônia de Entrega dos Certificados do Programa de Formação Integral de Gestores (FIG)
Fevereiro	1	Solenidade de Posse dos Juízes selecionados para compor as Turmas Recursais
	5	Sessão Solene de Posse da Nova Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
	22	Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Otavio Rodrigues
Março	1	Cerimônia de Lançamento da Plataforma Digital do Poder Judiciário e Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica do Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos
	15	Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Jesse Torres Pereira Junior
	22	Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Antonio Jose Ferreira Carvalho
Abril	6	Cerimônia de Entrega das Comendas do Colar do Mérito Judiciário 2020
	20	Cerimônia de Assinatura Simbólica do Termo de Compromisso para Regularização da Cota Legal de Aprendizagem
Maio	13	Cerimônia de Assinatura do Termo de Cessão de Área para Construção do NAI – Núcleo de Atendimento Integrado
	17	Sessão Solene de Posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes João Batista Damasceno, Luiz Umpierre de Mello Serra, Luiz Eduardo Cavalcanti Canabarro e Paulo César Vieira de Carvalho Filho no cargo de Desembargador.
	18	Celebração da Páscoa da Justiça.
	26	Cerimônia de Assinatura da Resolução Conjunta para a Criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.
Junho	30	Cerimônia de Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica e Material para a Implementação de Estrutura Básica para a Realização da Audiência de Custódia nas Dependências da Secretaria de Administração Penitenciária.
Julho	15	Cerimônia de Inauguração do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada, na Central de Audiências de Custódia de Benfca
	16	Cerimônia de Repactuação do Plano Executivo Estadual do Programa Fazendo Justiça
Agosto	11	Cerimônia de Encerramento da 1ª fase da Campanha do Fluxo da Dignidade Menstrual, impulsionada pelo COGEN/TJRJ
	17	Cerimônia de Assinatura do Contrato de Desenvolvimento de Sistema com uso de Inteligência Artificial Voltada à Mediação e Conciliação Pré-processual

Agosto	25	Apresentação do Programa Mais Gestão
	30	Sessão Solene de Posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes Marcius da Costa Ferreira, Andrea Maciel Pachá, Maria Celeste Pinto de Castro Jatahy, Fábio Uchôa Pinto de Miranda Montenegro, Renato Lima Charnaux Sertã, Mafalda Lucchese, Nadia Maria de Souza Freijanes e Carlos Gustavo Vianna Direitono cargo de Desembargador desta Corte
Setembro	14	Cerimônia de Assinatura de Protocolo de Intenções do Projeto Novos Rumos
	15	Cerimônia de Inauguração da Galeria de Retratos dos Presidentes da 6ª Câmara Criminal
	17	Cerimônia de Assinatura do Convênio de Cooperação para o encaminhamento de jovens indicados pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Petrópolis, objetivando que sejam contratados como jovens aprendizes
	21	Reunião de Apresentação do Projeto Turismo com o Judiciário
	24	Um Dia com Presidente
Outubro	15	Cerimônia de Assinatura de Protocolo de Intenções entre o PJERJ, Governo do Estado, Município de Miguel Pereira e Secretaria de Estado da Casa Civil
	18	Cerimônia de Inauguração da Exposição “Nos tempos das Pandemias – Mostra de Documentos Judiciais”
	22	Cerimônia de Inauguração do Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais
	27	Cerimônia de Assinatura de Convênio de Cooperação Técnica e Material entre o PJERJ e Município de Nova Friburgo
		Cerimônia de Assinatura Simbólica de Convênio entre o PJERJ, Governo do Estado, CEDAE e Secretarias Estaduais da Casa Civil e Administração Penitenciária com a Fundação Santa Cabrini, em adesão ao Programa “Replantando Vidas”
Novembro	17	Cerimônia de Inauguração das Novas Instalações do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC
	22	Sessão Solene de Posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes Eduardo Antônio Klausner e Luiz Márcio Victor Alves Pereira no cargo de Desembargador desta Corte
	24	Cerimônia de Assinatura de Convênio de Cooperação Técnica e Material entre o PJERJ e Município de Três Rios, visando implantar o Programa de Conciliação de Débitos Fiscais – CONCILIA
	26	Cerimônia de Entrega do Selo “Responsabilidade Social” junto à Comissão de Articulação de Programas Sociais, na promoção de inclusão e acesso ao trabalho de adolescentes em situação de vulnerabilidade social
		Convocação – Precedentes, Prova, Prisão Cautelar, Superpopulação Carcerária e Desafios na Visão do Superior Tribunal de Justiça
	29	Sessão Solene de Outorga da Medalha do Mérito da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro
Dezembro	7	Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação que visa à redução dos litígios judiciais de que a Fazenda Pública estadual seja parte
		Reunião sobre Governança Corporativa e Programa de Compliance do Banco do Brasil
	8	Comemoração do Dia da Justiça
	8, 9 e 10	2º Congresso Mundial de Direito Ambiental
	9	Cerimônia de Assinatura do Protocolo de Intenções objetivando a ressocialização do adolescente e jovem com a sua alocação em cursos e no mercado de trabalho pelo Programa Jovem Aprendiz
	10	Sessão Solene de Posse da Administração do TRE-RJ
		Sessão Solene de Posse do Excelentíssimo Doutor Promotor de Justiça Paulo Wunder de Alencar no cargo de Desembargador desta Corte
	16	Confraternização de Natal com a entrega de cestas de natal aos participantes do Projeto Jovens Mensageiro
	17	Cerimônia de Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento e implantação do “Restaurante Escola SENAC TJRJ

Aprimoramento das políticas de controle interno

Na área de Controle Interno, foram oferecidos os seguintes cursos em 2021:

- Orçamento Público – público alvo: Área Judiciária;
- Orçamento Público – público alvo: Área Administrativa;
- Noções de Controle Interno – público alvo: todos os servidores efetivos.

Em 2021, foi instituído o Programa de Qualidade de Auditoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (PQA). A normatização de um Programa de Qualidade agregará maior valor ao trabalho do Núcleo de Auditoria Interna na busca do atendimento dos objetivos da unidade e do próprio Tribunal, especialmente quanto ao aperfeiçoamento da gestão administrativa.

O referido Programa de Qualidade de Auditoria – PQA, em conformidade com as Resoluções CNJ 308/2020 e 309/2020, foi instituído pelo Ato Normativo nº 21/2021 (Processo SEI nº 2021-0683399).

Outro ponto de grande relevância no aprimoramento das políticas de controle interno foi a criação do Departamento de Conformidade, Integridade Institucional e Governança de Dados, vinculado à Presidência e instituído pela Resolução TJ/OE nº 23/2021.

Ainda em relação ao fortalecimento das políticas de controle interno, cabe destacar que o TJRJ aderiu ao Plano Nacional de Combate à Corrupção (PNPC), desenvolvido pela Estratégica Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), sob a coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Foi aprovado o Manual de Prestação de Contas relativas às parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil, com o objetivo de facilitar a compreensão da harmonização das normas que disciplinam as parcerias firmadas com a administração pública, além do aprimoramento da operacionalização das prestações de contas das parcerias entre OSC's firmadas com o TJRJ, viabilizando a plena e regular execução em garantia da necessária transparência que deve reger as relações.

Destaque-se ainda que, com a edição da Resolução CNJ nº 410, de 23/08/2021, sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade do Poder Judiciário foi elaborada pesquisa junto a diversos Tribunais do país, com o intuito de auxiliar na implementação do Programa de Integridade do TJRJ, que faz parte do escopo do projeto estratégico "Implementação de Política de Governança no TJRJ".

Houve participação de representantes do TJRJ no I Encontro Nacional sobre Integridade no Poder Judiciário, e do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário – Edição 2021, ambos realizados pelo referido Conselho, por meio de videoconferência.

Foi instituído pelo Ato Normativo nº 16/2021, publicado em 23/06/2021, o Estatuto de Auditoria Interna Governamental do TJRJ, devido à necessidade de

uniformização dos procedimentos de auditoria interna no TJRJ, em decorrência das crescentes inovações e aprimoramentos na área de auditoria.

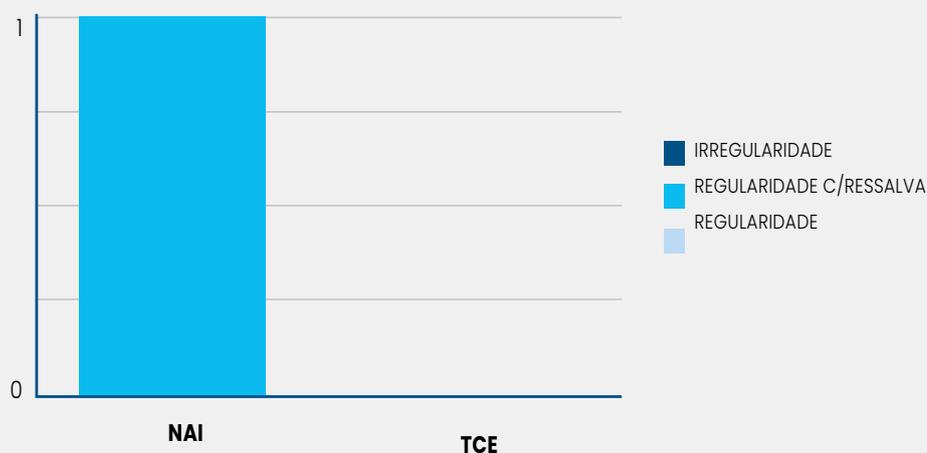
No Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2021, com atualização publicada no Diário Oficial Eletrônico – DJERJ, em 4 de agosto de 2021, foram previstas 21 ações/atividades distribuídas entre suas divisões, sendo estas classificadas em oito auditorias de conformidade, duas auditorias de gestão, uma auditoria coordenada pelo CNJ, cinco auditorias, duas ações/atividades de consultoria, uma ação/atividade de monitoramento e dois levantamentos.

Os encontros para a realização das auditorias foram realizados por meio de videoconferência, atendendo ao previsto no Ato Normativo Conjunto TJ/ 2VP/ CGJ nº 01/ 2021 e alterações posteriores, sendo enviado por e-mail, ou por processo eletrônico, o material que necessitasse ser respondido pelos auditados.

Considerando as ações previstas no PAA, com atualização publicada no DJERJ de 4 de agosto de 2021, as ações de controle do NAI alcançaram 100% das diretorias-gerais.

Em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/17 c/c Portaria SGE nº 03/18, o TJRJ encaminhou à Egrégia Corte de Contas um processo de PCA do ordenador de despesas do TJRJ – as demais PCAs não foram selecionadas para envio. A PCA foi autuada sob o número Proc. SEI nº 2021/0636343 (ORDENADOR DE DESPESA TJ – REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS). A referida Prestação encontra-se em tramitação no TCE-RJ.

Gráfico - Prestações de contas anuais de gestão - PCA encaminhadas ao TCE/RJ



Fonte: NAI

Os trabalhos de auditoria realizados tiveram como objetivo a apresentação de oportunidades de melhoria, além da atuação na atividade pedagógica e de

consultoria, buscando o fortalecimento do ambiente de controle institucional e a padronização dos procedimentos das unidades técnicas em atenção às normas vigentes.

Aprimoramento da governança de TIC

Além de proporcionar um alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, a Governança de TIC passou a ser estratégica, realizando a gestão e controle da área mais impactante para o processo de transformação digital do TJRJ: a área de tecnologia da informação e comunicação de dados.

Neste sentido, algumas ações estão sendo implementadas sob a coordenação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

1. Elaboração e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC 2021/2022), alinhado com os objetivos estratégicos do TJRJ, condição fundamental para planejar e executar as ações de forma coordenada;
2. A implantação de solução de gestão de serviços gerenciados de TIC, que está sendo contratada, proporcionará uma otimização de recursos e serviços com metas e indicadores, possibilitando a melhoria da qualidade;
3. IGOV – medição anual realizada pelo CNJ, com o objetivo de identificar o nível de maturidade de governança de TIC de cada tribunal. No segmento estadual, o TJRJ melhorou o índice, ficando em sétimo lugar;
4. Projeto de Business Intelligence (BI) – Realizado com a empresa TOCCATO – Implantação de solução de análise de dados e gestão de serventias;
5. O TJRJ adquiriu a ferramenta Qlik, já utilizada por vários Tribunais e pelo CNJ. O objetivo é atender as equipes de estatística e proporcionar às serventias que já utilizam o PJe uma gama de informações para auxiliar na gestão e controle de suas atividades.

9

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal



9. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

2ª Vice-Presidência

Considerando os termos da Resolução OE/TJRJ nº 01/2021, alterada pela Resolução OE/TJRJ nº 03/2021, a 2ª Vice-Presidência, além das atribuições estabelecidas na legislação pertinente (autuação e distribuição dos recursos criminais e autuação e processamento dos recursos ordinários constitucionais), abarcou novas atribuições relacionadas à gestão da justiça criminal e socioeducativa, além de autuação, processamento e admissão dos recursos especiais e extraordinários criminais, execução dos processos criminais originários do Órgão Especial, prestação de informações em Habeas Corpus impetrados nas Cortes Superiores e recambiamento de presos.

No período de 05 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021:

- Foram autuados e processados 1.132 recursos ordinários constitucionais (ROC), sendo 976 de natureza criminal e 156 de natureza cível;
- Foram prestadas pela Assessoria de Informações e Processamento, em matéria criminal, 2.227 informações em diversos habeas corpus, observado o prazo médio de quatro dias, efetivados 262 recambiamentos e proferidas 1.872 decisões;
- O Departamento de Autuação e Distribuição Criminal efetivou 35.258 autuações e distribuições, sendo 16.909 apelações, 13.358 habeas corpus, 1.667 agravos em execução, 1.161 recursos em sentido estrito, 506 revisões criminais, 476 agravos de instrumento criminal, 454 conflitos de jurisdição, 270 embargos infringentes e de nulidade, 112 mandados de segurança, 103 correições parciais, entre outros.

No período de 08 de fevereiro a 17 de dezembro de 2021, no Departamento de Exame de Admissibilidade Recursal, foram autuados 4.202 recursos, sendo 2.169 recursos especiais (51,6%), 579 recursos extraordinários (13,8%), 1.205 agravos em recurso especial (28,7%) e 249 agravos em recurso extraordinário (5,9%).

Na gestão da justiça criminal e socioeducativa, de 05 de fevereiro a 19 de dezembro de 2021, foram realizadas as seguintes ações estruturantes, administrativas e jurisdicionais:

- Ampliação das audiências de custódia para toda modalidade de prisão, com início em fevereiro de 2021;
- Expansão da estrutura para ampliação do sistema direcionado à realização de audiências criminais por videoconferência, com a cessão da capacidade de links para a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), além de instauração de procedimento, já em fase de conclusão, para cessão de 59 notebooks, a fim de criar salas virtuais nas próprias unidades prisionais;
- Criação da Central de Audiências Virtuais no complexo de Gericinó para evitar o deslocamento dos custodiados;

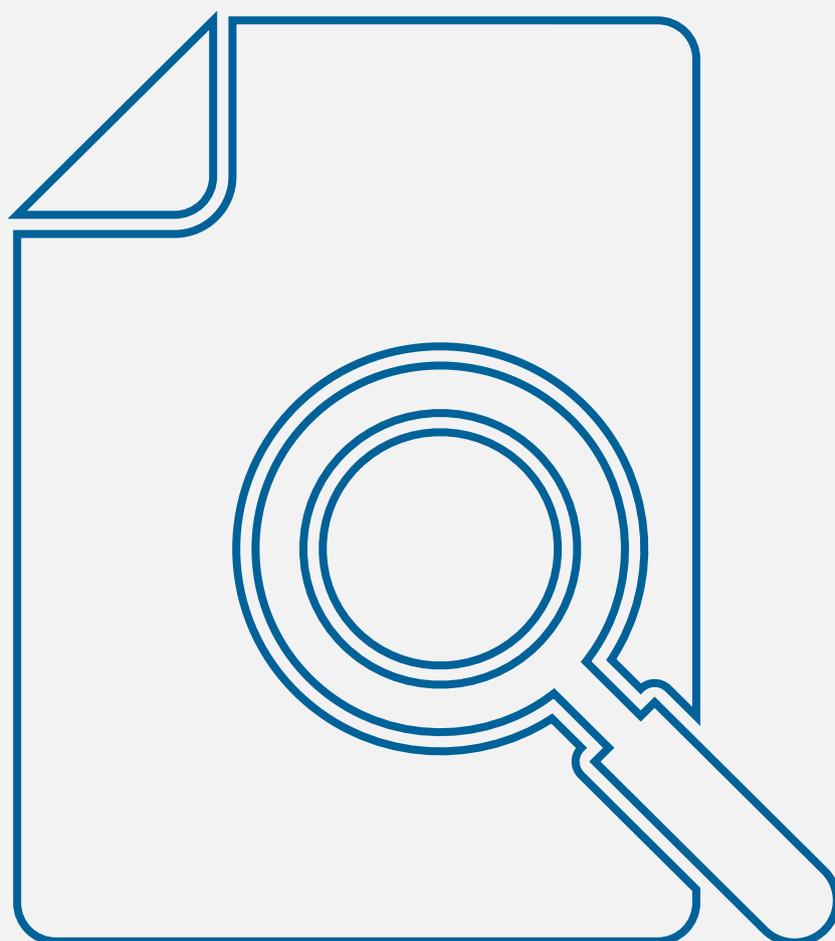
- Estruturação eletrônica do ANPP pelo sistema de informática SEEU para a VEPEMA (Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas);
- Adoção de medidas internas para que sejam evitadas fraudes no cumprimento de alvará de soltura pela SEAP/RJ;
- Elaboração do fluxo automatizado para implantação do PJE nas varas criminais;
- Repactuação do acordo de cooperação entre o TJRJ e a SEAP, para ampliação do espaço cedido no entorno das unidades prisionais que se prestam como porta de entrada do sistema carcerária, aumentando a capacidade das Centrais de Audiências de Custódia, o que permitirá maior humanização no acolhimento do preso, com o aumento do número de carceragens, ampliação da circulação de ar nos locais de encarceramento, maior espaço dos banheiros e fornecimento de água. Criação de salas de negociação para realização do ANPP nas próprias centrais de audiências de custódia e de sala destinada à Defensoria Pública para atendimento dos familiares dos presos;
- Projeto já bem avançado para permitir a interface dos sistemas de informática da Polícia Federal e TJRJ, a fim de que haja a distribuição dos APFS lavrados pela PF, de competência da justiça estadual, diretamente para as CEACS, permitindo a realização de audiência de custódia do preso com maior celeridade;
- Instauração do SEI nº 2021-0636485 - dar cumprimento à Resolução CNJ nº 253/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 386/21, cujo regramento determina aos Tribunais instituir, dentre outras medidas, os Centros Especializados de Atenção às Vítimas – ainda em implementação;
- Condução das tratativas para implementação do acordo de cooperação entre o Tribunal e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, objetivando o intercâmbio de dados para que haja a implantação do sistema SISCOR, antigo SISCINTPM, junto às serventias judiciais do Tribunal, como ferramenta de agendamento de apresentação de policiais militares em sede de juízo. Já estabelecido o projeto-piloto;
- Restabelecimento do Comitê Interinstitucional para adoção de medidas de enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19. Vacinação integral de todos os internos no sistema carcerário. Atualmente, o comitê atua em busca da vacinação de todos os adolescentes em não conformidade com a lei, internados em unidades socioeducativas;
- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica, com o objetivo de estabelecer regime de mútua cooperação técnica e científica entre o TJRJ e o IPUB/UFRJ, para o treinamento de residentes multiprofissionais no cenário de prática da Central de Audiências de Custódia (CEAC), em Benfica, para acompanhamento de psiquiatras residentes aos custodiados que passam pelo atendimento da equipe técnica;
- Proposição de 10 ações estruturantes em reunião interinstitucional com o MP, a DP e o juiz da VEP, para enfrentamento da superlotação carcerária;

- Programa Jovem Aprendiz – 110 vagas na COMLURB – para alocação de adolescentes infratores que se encontrem em unidades de semiliberdade;
- Celebração do Acordo de cooperação técnica entre o TJRJ e a Superintendência Regional da Polícia Federal, a implantação, treinamento e utilização do Portal de Acesso ao Sistema de informática do Tribunal para o 1º Grau – DCP, instrumento de transmissão eletrônica dos autos da prisão em flagrante, lavrados pela Polícia Federal, que envolvem os crimes de competência da justiça estadual distribuídos às Centrais de Audiências de Custódia;
- Elaboração do Ato Normativo que altera e dá nova redação ao artigo 2º do Ato Normativo n.º 21 de 2020, reavaliando a limitação quantitativa de requisição diária para a apresentação de réus presos em audiências presenciais, além de salientar o prazo mínimo de antecedência entre a requisição do custodiado e a realização da audiência, estabelecido no artigo 5º da RES TJ/OE n.º 45 de 2013;
- Elaboração do Ato Normativo que estabelece critérios para a realização das Audiências de Custódia no TJRJ para as pessoas presas cautelarmente (prisão preventiva e temporária), por prisão civil por dívida alimentar e por decisão definitiva;
- Elaboração de Ato Normativo Conjunto que dispõe sobre a realização de audiências de custódia por videoconferência, quando não for possível a realização de forma presencial pelo estado de calamidade pública, em razão da pandemia da Covid-19 e em decorrência da decretação de *lockdown*;
- Elaboração de Aviso Conjunto TJ/2ªVP/CGJ para uniformizar o procedimento de execução da pena privativa de liberdade e restritiva de direitos, com a fixação das condições para distribuição da CES;
- Elaboração do convênio de cooperação a fim de implementar a estrutura básica para o funcionamento da audiência de custódia nas dependências do TJRJ, contando com apoio logístico da DPGE, SEPOL, SEAP e MPRJ;
- Realização de audiência remota com juízes lotados ou em exercício nos Tribunais dos Júris das Comarcas da Capital e do Interior, para tratar das dificuldades enfrentadas para realização das sessões plenárias em tempos de pandemia;
- Adoção de medidas estruturantes para impedir a realização de fraude na expedição no ato de cumprimento do alvará de soltura pelo OJA, tais como a necessária troca de senha de todos usuários para acesso ao BNMP 2.0 e a inserção de QR-Code nos alvarás de soltura expedidos pelo 2º Grau pelo sistema E-jud, além da criação de fluxo, juntamente com a CGJ, para cumprimento dos respectivos alvarás;
- Informações prestadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a cadeia pública Jorge Santana, que se encontra acima de sua capacidade de ocupação;
- Elaboração do Ato Executivo sobre a alienação cautelar de veículos custodiados em pátios da PF e vinculados a processos criminais do TJ;

- Elaboração do Ato Executivo que regulamenta e estabelece critérios para realização das audiências por videoconferência em processos penais;
- Tratativas e elaboração do termo de cessão de uso do plenário da Câmara Municipal de Seropédica para realização dos Tribunais dos Júris na Comarca;
- Elaboração do Ato Normativo Conjunto TJ/2ªVP/CGJ que disciplina a padronização a ser adotada pelos juízos com competência infracional para expedição de mandados de liberação em audiência de apresentação, busca e apreensão, internação provisória, internação sanção e definitiva, de desinternação e de contramandado de busca e apreensão;
- Elaboração da Resolução Conjunta SEEDUC/2ªVP sobre a criação e regulamentação da Central de Vagas no Estado do Rio de Janeiro, em cooperação com o Poder Judiciário, sendo de competência do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE – sua criação, implantação e execução;
- Participação na audiência pública realizada no bojo da ADPF 635, que tem como objeto a discussão de estratégias de redução da letalidade policial no Estado do Rio de Janeiro;
- Atuação junto ao CNJ para extração de relatório do sistema SEEU de todos os feitos que tramitam na VEPEMA, para reconhecimento de possível prescrição. O relatório indicou todos os marcos interruptivos da prescrição e os termos de cômputo dos prazos prescricionais;
- Restabelecimento do Comitê Interinstitucional de Combate à Pandemia que havia sido extinto. A medida resultou na viabilidade de vacinação de todos os internos do sistema prisional, funcionários da SEAP e todos os que trabalham no sistema de audiências de custódia, além da vacinação dos jovens que se encontram no sistema socioeducativo;
- Ampliação da estrutura da Central de Audiências de Custódia da Capital, com a cessão do espaço destinado ao patronato em Benfica, a fim de permitir a instalação de sala para atendimento dos familiares dos presos, novos parlatórios, salas de negociação para o ANPP e instalações dos juízos para o juiz das garantias;
- Proposição de nove ações estruturantes para enfrentamento da superlotação carcerária, dentre elas: o não retorno dos beneficiados com saídas extramuros no período de pandemia com a concessão de prisão domiciliar, remição ficta por trabalho, etc;
- Elaboração do Acordo de Cooperação Técnica que estabelece regime de mútua cooperação técnica e científica entre o TJRJ e o IPUB/UFRJ para o treinamento de residentes multiprofissionais no cenário de prática da Central de Audiências de Custódia (CEAC), em Benfica, para acompanhamento de psiquiatras residentes aos custodiados que passam pelo atendimento da equipe técnica.

10

Enfrentamento da Corrupção e da Improbidade Administrativa



10. ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO E DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A questão da corrupção, além de macrodesafio estratégico imperativo aos Tribunais pelo CNJ, vem sendo tratada como meta específica há vários anos. O TJRJ atua com rigor em relação ao tema, com destaque para a atuação dos desembargadores da 15ª Câmara Cível, que mantiveram, por unanimidade de votos, a indisponibilidade de bens e a quebra do sigilo fiscal e bancário da Total Med.

A ação civil pública por atos de improbidade administrativa apura irregularidades nas contratações emergenciais de respiradores, medicamentos, EPI's e testes rápidos para detecção do coronavírus realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde.

Em julho, a 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio já havia mantido o bloqueio dos bens do ex-secretário estadual de Saúde do Rio, Edmar Santos, na mesma ação.

No acórdão, o desembargador Gilberto Matos ressalta que há fortes indícios de que os contratos entre o Estado do Rio e a Total Med tenham causado danos ao erário e que a quebra dos sigilos fiscais e bancários é imprescindível para investigar os preços negociados e a margem de lucro obtida.

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 20/08/2021

Em outra importante medida, o juiz Rodrigo Rocha de Jesus, da 1ª Vara de Miracema, no Noroeste Fluminense, condenou o ex-prefeito do município, Juedyr Orsay Silva, ao ressarcimento do erário pela contratação irregular de 400 servidores durante sua gestão. O valor do ressarcimento será apurado na liquidação da sentença, além de multa de dez vezes mais a remuneração recebida por Juedyr como prefeito em 2014, época da contratação dos servidores.

O magistrado determinou também a perda da função pública do ex-prefeito, se ainda exercer alguma, com a suspensão dos direitos políticos por três anos.

De acordo com a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público por improbidade administrativa, a contratação de servidores ocorreu sem concurso público ou processo seletivo, sem qualquer justificativa para situação de exceção. No mesmo período em que ocorreram as contratações, a Prefeitura de Miracema realizou concurso com a aprovação de candidatos na recomposição do seu quadro de servidores nos níveis fundamental, médio e superior.

O resultado final do concurso foi homologado através de decreto municipal, assinado pelo ex-prefeito.

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 07/06/2021

Também merece destaque a atuação do juiz Rodrigo Pinheiro Rebouças, da Vara Única de Italva, no Noroeste fluminense, que determinou a suspensão dos direitos políticos, por cinco anos, do ex-prefeito Joelson Gomes Soares. Ele é acusado de cometer irregularidades na realização de cirurgias cesarianas no hospital do município.

A ação de improbidade administrativa foi proposta pelo Ministério Público. De acordo com informações do processo, Joelson Gomes era o responsável por autorizar as cirurgias. Além disso, as gestantes deveriam comprovar serem eleitoras do município, sob pena de terem o procedimento médico negado.

“Constata-se que o próprio réu, então Prefeito de Italva, autorizava (diretamente ou por intermédio de pessoa de sua confiança) a prestação de serviço público de caráter universal, sendo nítido o seu favorecimento, em ofensa ao princípio da impessoalidade. Os fatos narrados caracterizam corrupção eleitoral e improbidade administrativa, na medida em que consistem na utilização indevida da máquina pública em benefício de um único candidato”, escreveu o juiz em sua decisão.

O magistrado destacou a gravidade dos fatos apurados:

“O agente, que aqui se reconhece como ímprobo, era a autoridade máxima do executivo do município e agiu, traindo a confiança depositada pela população, com finalidade de subverter o regime democrático, fraudando o processo eleitoral, usando a máquina pública para fins espúrios e, se isso tudo não bastasse, ainda se valeu de mulheres grávidas, em final de gestação (completamente indefesas tanto física quanto psicologicamente) para alcançar seu objetivo. Os fatos são abjetos e demonstram total falta, até mesmo, de empatia para com outro ser humano em situação de vulnerabilidade, o que faz com que eles devam ser valorados de forma mais grave possível”.

O ex-prefeito também terá de pagar multa correspondente a cem vezes o valor de sua última remuneração, quando esteve à frente da prefeitura de Italva.

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 01/03/2021

Impeachment do Governador Wilson Witzel

Em decisão histórica no Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal Especial Misto (TEM) – composto por cinco desembargadores e cinco deputados estaduais – julgou, por unanimidade, procedente a denúncia contra o governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, por crime de responsabilidade. Com a condenação, Witzel perde o cargo de governador e fica inabilitado para o exercício de função pública pelo prazo de cinco anos.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e do TEM, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, conduziu a sessão de julgamento, que teve início no dia 30/04/21, por volta das 9h30, e durou mais de 10 horas. Para o desembargador, o Estado do Rio supera com

serenidade um momento difícil e conturbado, iniciado com o processo de impeachment.

“O nosso Estado passa por essa dor de mortes, danos e malefícios, mas a administração pública conseguiu hoje acabar com um mal que nos prejudicava tanto. Hoje, o Estado do Rio de Janeiro deu exemplo, dando um rotundo não à corrupção”, declarou o presidente do TJRJ e do TEM ao término do julgamento.

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 30/04/2021

Cabe destacar que foi a primeira vez na história do Estado do Rio de Janeiro que um governador sofreu um processo de impeachment e foi a primeira vez que houve necessidade de criação do TEM (Tribunal Especial Misto). O TJRJ definiu, desenhou e regulamentou seu fluxograma de funcionamento.

Logo após o julgamento, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, rejeitou o pedido ajuizado pelo ex-governador do Rio, Wilson Witzel, e manteve o resultado do julgamento e da condenação por crime de responsabilidade na gestão de contratos na área de saúde do Estado do Rio de Janeiro. O ex-chefe do Executivo fluminense alegava ter sido julgado por um tribunal de exceção, uma vez que o parágrafo 3º do artigo da Lei do Impeachment, sobre a composição do Tribunal Especial Misto, não teria sido acolhido pela Constituição Federal de 1988 e seria incompatível com o princípio da impessoalidade.

O ministro Alexandre de Moraes considerou que não existiu violação às decisões do STF apontadas por Witzel, porque o juízo natural para o processo e julgamento de crime de responsabilidade praticado por governador de estado é o Tribunal Especial Misto. Na visão do ministro, em respeito ao processo legal e ao princípio do juízo natural, o STF já declarou expressamente a recepção da norma referente à formação do tribunal para o julgamento de governadores. Alexandre de Moraes descartou qualquer violação aos princípios da impessoalidade ou imparcialidade.

Notícia publicada pela Agência Brasil em 23/07/2021



11

Promoção da Sustentabilidade



11. PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

O TJRJ monitora as ações relativas ao Plano de Logística Sustentável (PLS), conforme Res. 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça, além de desenvolver projetos socioambientais.

Em 2021, foi realizada a análise de desempenho da 1ª edição do PLS para o período 2015-2020, destacando a redução de consumo de papel, energia, água, telefonia, etc. Apesar da pandemia da COVID-19, o resultado dos indicadores também foi fruto das seguintes iniciativas:

- Implementação do processo judicial e administrativo eletrônico – redução do gasto com papel e impressão;
- Substituição de lâmpadas de LED e *chillers* (aparelho de ar condicionado com sistema baseado no resfriamento de água) por equipamentos mais eficientes, visando à economia de energia;
- Renegociação dos contratos de telefonia fixa;
- Implantação da lavagem a seco pelo Departamento de Transporte;
- Realização de vistorias diárias com troca e reparo, se necessário, em torneiras e válvulas de descarga, para evitar o desperdício de água.

Em 2021, foi publicado o Ato Executivo 130/2021 que aprovou a revisão do PLS para o exercício de 2021-2023, alinhado à Agenda 2030, constituída de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em complementação, foi publicada a Portaria 2467/2021, que estabelece as diretrizes para cumprimento do PLS, além de definir as unidades responsáveis pela elaboração do plano de ação para cada iniciativa proposta e pelos resultados das metas fixadas.

Além disso, foram realizadas as seguintes ações de capacitação e sensibilização:

Semana do Meio Ambiente

Palestra (*live*) com a Conselheira Maria Tereza Uille Gomes e o ex-presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) Sergio Besserman, cujo tema foi o mapeamento feito pelo CNJ sobre o desmatamento nacional, seja em área pública ou privada, e as consequências para o clima e desastres naturais.

Cerimônia para iluminação especial verde da imagem do Cristo Redentor com a participação do presidente do TJRJ, a convite do reitor do Santuário e responsável pela paróquia São José da Lagoa, Padre Omar.

A mesma iluminação especial foi adotada durante todo o mês de junho na fachada do Museu da Justiça.

Bosque da Memória

Cerimônia em homenagem aos servidores, colaboradores e estagiários falecidos em decorrência da COVID-19, como forma de transformar o sentimento de tristeza em esperança, com o plantio de uma muda de pau-brasil, representando a solidariedade da instituição às famílias enlutadas.

Justiça do Rio abraça campanha em homenagem às vítimas da Covid-19 e de recuperação da Mata Atlântica

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 09/09/2021 15:25



Homenagem: placa que registra plantio da muda de pau brasil

Com o objetivo de plantar árvores, recuperar florestas e realizar um gesto simbólico em homenagem às vítimas da Covid-19 e um agradecimento aos profissionais de saúde do país, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por iniciativa da Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (Cosus) e através do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape), aderiu à campanha Bosques da Memória e, no último sábado (4/9), participou de uma cerimônia que transformou o sentimento de tristeza em esperança com o plantio de uma muda de Pau Brasil na Mata Atlântica.

O tributo, que homenageou os servidores, colaboradores e estagiários da Justiça fluminense que faleceram em decorrência da Covid-19, foi realizado na Alameda Sandra Alvim, o primeiro Bosque da Memória do Rio de Janeiro e que conta com um corredor verde de mais de um quilômetro de extensão localizado no bairro do Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste da capital. O ato contou com as presenças do presidente da Cosus, desembargador Heleno Pereira Nunes, da diretora do Deape, Rosi Di Masi Palheiro, e da diretora e da coordenadora da Divisão da Gestão Ambiental (Digam), Mariza Campbell e Claudia Schkrab, respectivamente.

Existente em mais de 50 cidades pelo país, a campanha Bosques da Memória, criada em dezembro de 2020, é uma promoção conjunta da Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e do pacto pela Restauração da Mata Atlântica, que se uniram e idealizaram um projeto de alento e solidariedade às famílias enlutadas. No município do Rio, o projeto conta ainda com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Fundação Parques e Jardins.

A iniciativa é apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e marca o início da Década da Restauração de Ecossistemas 2021-2030 declarada pela ONU. O programa promove uma série de atividades no Brasil tendo como objetivo a mobilização de todos os setores da sociedade no fomento da agenda da restauração, buscando, assim, construir um movimento global para um futuro sustentável.

Fotos: Divulgação
IA/MB

Divulgação do Bosque da Memória no Portal do TJRJ

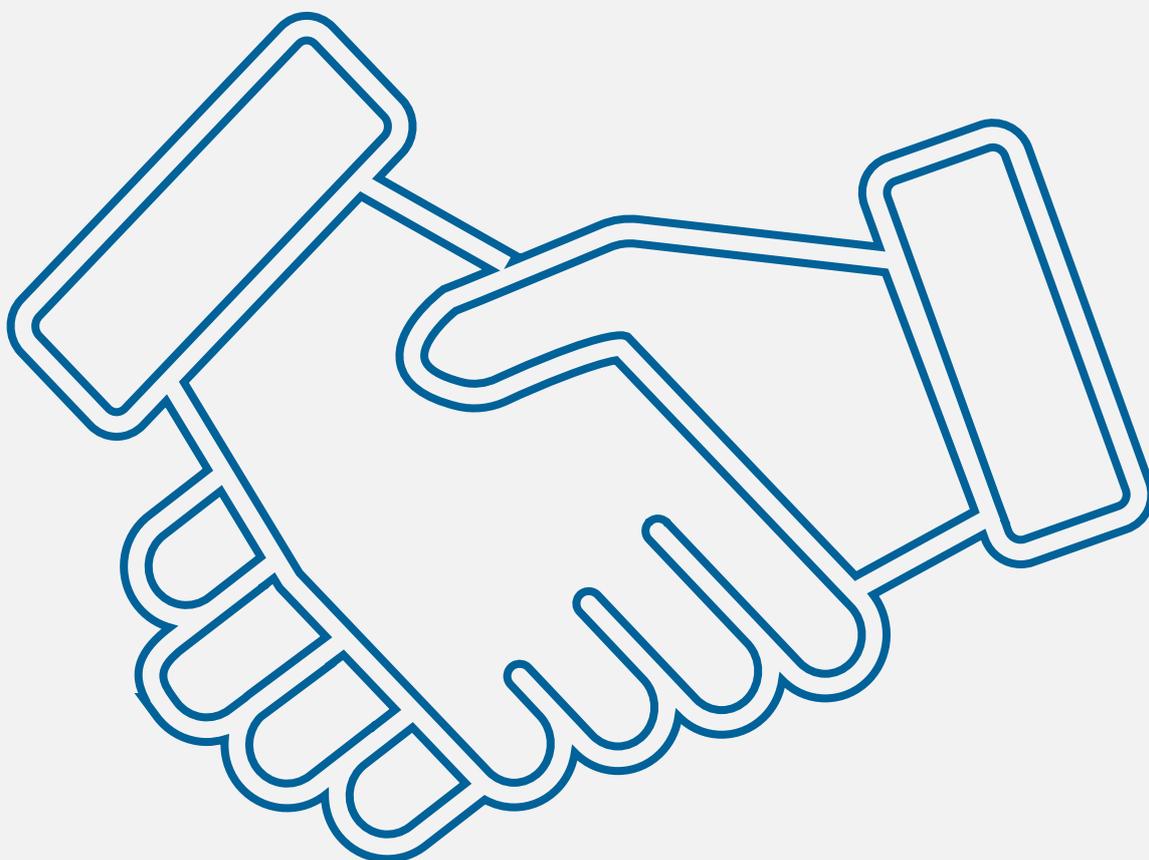
Exposição “Absurdos Insustentáveis”

“A Arte como Agente Transformador na Preservação do Meio Ambiente”: foi realizada *live* com a participação do presidente do Tribunal de Justiça do Estado Rio de Janeiro, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira e do prefeito de Niterói, Axel Graef.

Palestras (*lives*)

- “Falar é a melhor opção. Você pode salvar uma vida” – 462 participações
- “Prevenção ao suicídio de adolescentes e crianças” – 555 participações.
- “Servidores e seus talentos: integração entre o trabalho e a arte para a qualidade de vida” – 409 participações.
- “COP 26 – WEBNÁRIO – Entenda dos desafios da Conferência do clima” – 270 participações.

12 **Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos**



12. PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Dentre os muitos deveres e compromissos do Poder Judiciário estão a pacificação e a resolução de conflitos. Com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais terna, mais uma vez o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) se destacou na resolução de litígios de forma rápida e eficiente.

Atualmente, o NUPEMEC tem 33 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), onde se realizam as sessões de mediação e conciliação. O Núcleo credenciou 22 câmaras privadas de resolução de conflitos, que englobam a realização de arbitragem, mediação e conciliação e compõem, juntamente com os CEJUSCs, uma multiplicidade de instâncias de acesso à Justiça.

Em casos judiciais, os CEJUSCs realizaram mais de três mil audiências até setembro de 2021. Em casos pré-processuais, foram realizadas 268 sessões. O número evidencia que o método tem se tornado cada vez mais aceito para os jurisdicionados e advogados.

“Apesar das dificuldades enfrentadas, o momento propiciou o avanço na disponibilização das plataformas de resolução de conflitos *on-line*, conhecidas pelo termo ODR (*online dispute resolution*), consolidando-as como ferramenta adequada para resolver conflitos de interesses. As plataformas de videoconferência permitem às partes, ainda que distantes, a possibilidade de dialogar e participar ativamente da resolução de seus conflitos”, exaltou Cláudia Ferreira de Souza, coordenadora-geral do NUPEMEC.

Nos casos judiciais, a maior parte das audiências foi de competência das Varas de Família, Juizado Especial Criminal e Varas Cíveis, com assuntos como fixação de pensão alimentícia, regulamentação de visita, guarda, lesão corporal leve, ameaça e injúria. As audiências pré-processuais também foram, em sua maioria, nas áreas de Família e Cível, e uma empresarial com assuntos de dissolução de casamento, danos morais e materiais, fixação de alimentos e direito de vizinhança.

A essa robusta estrutura para atendimentos se aliou o uso da tecnologia. Já presente no cotidiano do órgão desde a sua criação, em 2011, as ferramentas digitais se tornaram ainda mais importantes e imprescindíveis desde o ano passado, com a pandemia da Covid-19.

Os mediadores contaram inicialmente com a disponibilização da Plataforma Emergencial de Videoconferência e Atos Processuais Cisco Webex, cedida pelo CNJ, entre abril e dezembro de 2020. Em sequência, o TJRJ disponibilizou a plataforma Teams, utilizada pelo NUPEMEC e CEJUSCs para a realização de sessões de mediação e conciliação e das Oficinas de Parentalidade.

O uso das plataformas de videoconferência nas sessões de mediação e conciliação viabiliza e facilita o encontro entre as partes. As audiências são conduzidas por um mediador que não tem poder decisório e, lançando mão

de ferramentas de comunicação e procedimentos que incentivam a participação e o protagonismo dos envolvidos no conflito, atua para chegar a uma solução justa e adequada para todos.

A atuação do mediador exige habilidades específicas, tanto em relação às tecnologias utilizadas, como nas práticas da mediação em ambiente virtual, com o objetivo de conduzir com segurança as sessões. Dessa forma, a Diretoria-Geral de Tecnologia (DGTEC) do TJRJ realizou a capacitação de centenas de mediadores cadastrados no NUPEMEC, habilitando-os para as audiências. Foi também elaborado um guia para a participação nas mediações on-line, voltado tanto para mediadores quanto para as partes, orientando quanto a procedimentos e condutas para otimizar as interações.

As mudanças têm surtido um efeito tão grande, alcançando os objetivos do núcleo de conciliação do Tribunal de Justiça do Rio, que mais novidades e inovações serão preparadas em 2022. O TJRJ firmou convênio com a PUC-Rio para desenvolver uma plataforma de resolução de conflitos com uso de inteligência artificial, elaborada especificamente para casos na esfera consumerista e de conflitos com baixo grau de complexidade.

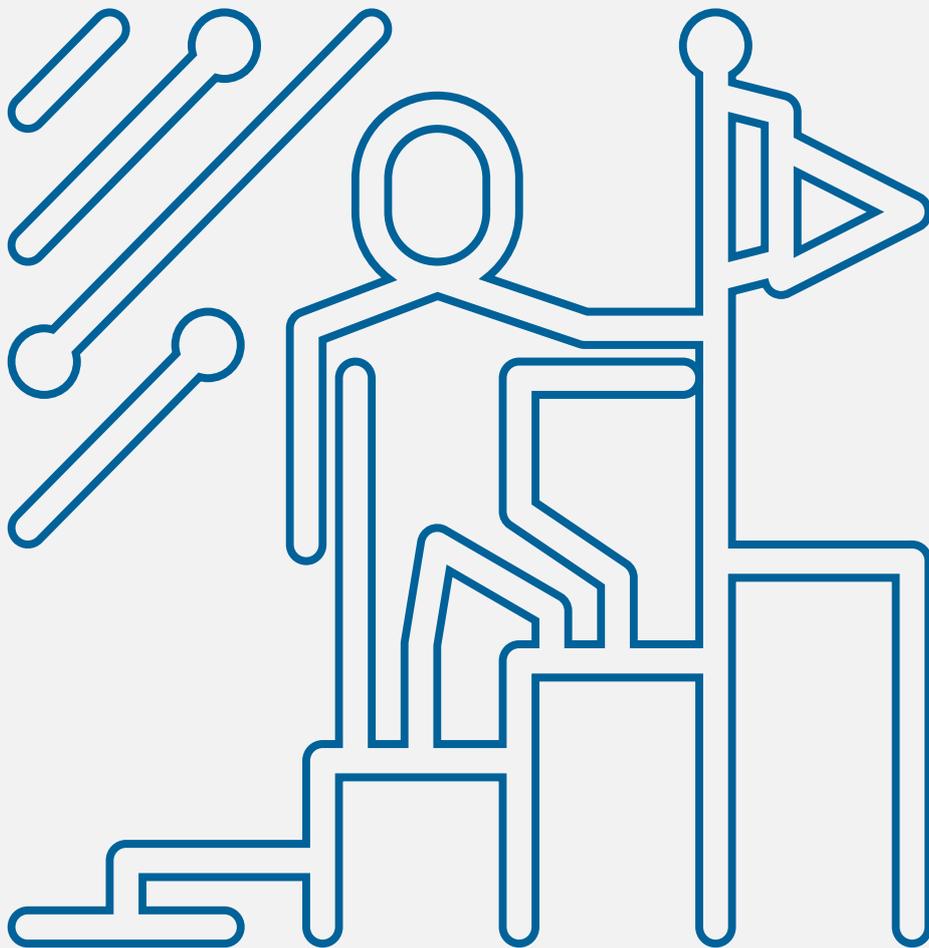
Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 29/12/2021



Divulgação da parceria com a PUC-Rio no Portal do TJRJ

13

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



13. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Principais iniciativas de proteção ao Covid-19

Em 2021, novos atos sobre a organização interna do Tribunal de Justiça em razão da pandemia foram instituídos, seguindo as orientações das autoridades de saúde, nos quais foi determinado o retorno gradual dos servidores às atividades de forma presencial.

Tal medida veio acompanhada da implementação de protocolo de biossegurança para retorno das atividades, com medidas preventivas e de combate à COVID-19 em suas instalações. Novos investimentos foram feitos, com incremento de materiais, equipamentos e atuação permanente para redução da circulação do vírus. Houve redobrada atenção nos cuidados e rotinas de garantia sanitária dos ambientes do TJRJ. A limpeza foi intensificada com técnicas que garantem maior intensidade de preservação dos ambientes, complementada com desinfecções pontuais, conforme o surgimento de peculiaridades surgidas ao longo do período.

As diretrizes adotadas também abrangeram medidas coletivas e individuais, como manter, sempre que possível, portas e janelas abertas para ventilação do ambiente e lavar as mãos com água e sabão ou higienizar com álcool em gel 70%.

Foram criadas novas comunicações afixadas nas lixeiras (descarte de máscaras); nos elevadores; (não ultrapasse a faixa – respeite o distanciamento – capacidade de passageiros); portarias e garagens (higienização das mãos – medição de temperatura), além do alerta para o distanciamento com faixas para o piso e cartazes distribuídos internamente e externamente, em todos os prédios da Instituição.

Ações Diretas de Enfrentamento à Pandemia

- Recomposição do quadro de servidores da área da saúde, com contratação, no mês junho, de Enfermeira do Trabalho;
- Requisição de médica Infectologista para atuar no contexto pandêmico;
- Abertura de canal de recebimento de e-mails (desau@tjrj.jus.br) para fornecer orientações sobre aspectos do contexto pandêmico, quarentena de viajantes, afastamento por adoecimento, rastreamento de contactantes, recebimento de documentação para enquadramento em grupo de risco, dúvidas sobre vacinação e suas possíveis contraindicações, com mais de mil e-mails respondidos;
- Continuidade do Programa de Monitoramento Ativo Covid-19 para assistir remotamente e orientar os servidores, magistrados e estagiários acometidos pela virose e rastrear seus contactantes. Iniciativa altamente significativa para subsidiar o retorno ao trabalho presencial dos envolvidos, com segurança biológica, segundo o critério clínico epidemiológico do Ministério da Saúde.

Tabela - Casos de Covid-19

Ano	Monitorados
2020	1.195
2021	1.267

Fonte: DGPES

Principais realizações em administração de pessoal

Promoções por temporalidade

Com a edição da Lei Estadual nº 8.627, de 19 de novembro de 2019, os critérios de desenvolvimento funcional dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro foram alterados. Com a vigência da lei, os servidores passaram a progredir na carreira a cada dois anos, sem necessidade de aguardar vacância nos padrões superiores.

Dessa forma, em 2021, foi possível realizar a promoção/progressão automática dos servidores do Quadro Único do TJRJ, com o desenvolvimento de mais de 3.400 servidores nas carreiras.

Reajuste de Benefícios

Buscando valorizar o trabalho desenvolvido pelos servidores, a Administração Superior do TJRJ implementou reajustes nos benefícios, conforme tabela a seguir:

Tabela - Benefícios

Benefício	Percentual de reajuste
Auxílio Alimentação / Refeição	9,32%
Auxílio Locomoção	11,11%
Auxílio Saúde	14,72%

Fonte: DGPES

Conversão de Saldo de Férias e Licença prêmio em pecúnia

É necessário destacar a concessão aos servidores do direito de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada (até 180 dias) e o saldo de férias não gozado (até 60 dias).

Além do benefício financeiro concedido aos servidores, a medida trouxe elevado incremento na produtividade, visto que os servidores deixaram de se afastar pelos períodos que tinham disponíveis.

A tabela a seguir representa o total de servidores beneficiados pela medida, e o saldo total de dias convertidos:

Tabela - Conversões

	Licença-Prêmio	Férias
Servidores que converteram saldo	9.205	2.205
Dias Convertidos	1.245.223	65.390
Média de dias por servidor	135,3	29,7

Fonte: DGPES

Avaliação Especial de Desempenho

Em 2021, foi realizada a primeira reunião com os novos membros da Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho (CPAED), onde foram apresentados o histórico, a legislação e os processos de trabalho pertinentes à Avaliação Especial de Desempenho (AED).

Concluindo o 2º semestre, o indicador de servidores disponibilizados para avaliação atingiu 94,55%, ficando os remanescentes para serem avaliados à medida que forem retornando ao trabalho.

O curso AED, durante o ano de 2021, foi oferecido somente no módulo à distância (videoaula), como medida de prevenção ao contágio pela Covid-19. Concluíram a videoaula 65 gestores e servidores e foram avaliados 392 servidores em estágio probatório.

Assim, fechando o ano de 2021, há 393 servidores em estágio probatório, já descontados os 23 que solicitaram exoneração.

Principais realizações em capacitação de servidores

A capacitação de servidores foi marcada pelo prosseguimento e adequação da modalidade de ensino a distância (EaD), destacando-se as seguintes ações:

- Pesquisa realizada, mediante disponibilização de formulário FORMS a todos os servidores de todas unidades administrativas e judiciárias, para detectar as reais necessidades de capacitação;
- Confecção de página para a Escola de Administração Judiciária (ESAJ) no site do Tribunal de Justiça;
- Criação de contas de Facebook e Instagram;
- Idealização de uma nova ESAJ, comprometida com a transparência das ações, além da difusão de conhecimentos interdisciplinares, com cursos disponibilizados aos servidores e ao público em geral, além de matérias, entrevistas, currículos dos instrutores;
- Realização de entrevistas para exposição de conteúdo interno do TJRJ;
- Convênio entre ESAJ/TCE: em parceria com o TCE: realização do 1º Seminário de Gestão Pública, com horas para servidores do TJRJ e do TCE-RJ;
- Planejamento das novas ações de capacitação de modo inclusivo e totalmente acessíveis;

- Tratativas para aquisição de uma nova ferramenta tecnológica (Zoom);
- Acompanhamento do cronograma de implantação do PJE nas serventias do TJRJ, desenvolvendo e oferecendo capacitação de qualidade e eficaz às serventias que já utilizam o novo sistema;
- Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais gerenciais (FIG);
- Planejamento do 1º PIF - EaD para os novos servidores em 2022;
- Planejamento de ações de capacitação para os instrutores;
- Planejamento de ações de capacitação para GESTORES (Formação Integral de Gestores - FIG - em processo de REDEFINIÇÃO);
- Desenvolvimento de novas formas de captação de instrutores para desenvolvimento de ações de capacitação, além do banco de instrutores.

Principais realizações em saúde de magistrados e servidores

Ao longo de 2021 foram realizadas diversas ações de promoção de saúde e educação continuada.

Ações em parceria com Amil

- Campanha Preventiva de Vacinação contra a Influenza (H1N1), disponibilizada na rede privada por clínicas de imunizações, pelo sistema de reembolso Amil.
- Semana do Servidor:
No mês de outubro foram realizadas três *lives* pela plataforma Teams com convidados de expressiva competência:
 - Lições de Pandemia – 25/10/2021;
 - Saúde Mental e Relacionamentos – 26/10/2021 – apoio Amil. Público Participante: 672 servidores;
 - Saúde Mental e Felicidade – data: 27/10/2021 –apoio Amil. Público Participante: 542 servidores.
- Outras *lives* pelo Teams vinculadas à saúde de Magistrados e Servidores:
 - O enfrentamento do estresse e *burnout* no ambiente de trabalho (09/03/2021);
 - Covid-19: cenário atual e vacinas (13/04/2021);
 - O teletrabalho compulsório e seus impactos sobre a saúde mental (13/04/2021);
 - Pandemia e o momento atual (06/05/2021);
 - Os impactos e os desafios para magistradas e servidoras no trabalho em home office (27/05/2021);
 - A importância da campanha vacinal (29/06/2021);
 - Saúde mental: conversando sobre depressão e ansiedade (01/09/2021);
 - Prevenção ao suicídio de adolescentes e crianças (16/09/2021);
 - O código de ética e conduta na Corregedoria Geral de Justiça e a Ergonomia (17/09/2021);

- Saúde da mulher e prevenção ao câncer de mama (15/10/2021);
- Lições da pandemia (25/10/2021);
- Saúde mental e relacionamentos (26/10/2021);
- Saúde mental e felicidade (27/10/2021);
- Os desafios do retorno presencial para a mulher trabalhadora do TJRJ (09/12/2021);

#SetembroAmarelo



PALESTRA
Saúde mental: conversando sobre depressão e ansiedade

Abertura da Campanha
Setembro Amarelo no TJRJ
Mês de prevenção ao suicídio

1º SET | QUARTA-FEIRA | 15h às 16h30 

PALESTRANTE



Denise Gonçalves
Psicóloga, focada no desenvolvimento emocional e profissional do indivíduo, especializada em Psicologia Analítica e Gestão de Recursos Humanos. Mais de 30 anos de atuação profissional desenvolvidos no ambiente corporativo, na gestão de processos da área de Recursos Humanos e Assessoria na gestão de carreira de profissionais e executivos, e na prática clínica no atendimento a jovens e adultos.

MEDIADORAS



Juíza Leidejane Gomes
Titular da Vara Única da Comarca de Natividade-Varró-Sai e em exercício na Comarca de Parolândia, dirigente do 10º NUR e membra da COEM e do COGEN.



Márcia Valéria Guinancio
Psicóloga da Equipe Técnica do JUDFM/Niterói, Especialista em Psicologia Jurídica – UERJ, Especializanda em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade – Fiocruz.

O Departamento de Saúde (DGPES-DESAU) e o Comitê de Promoção da Igualdade de Gênero, de Apoio às Magistradas e Servidoras e de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (COGEN) realizam a Campanha **Setembro Amarelo no TJRJ**, em prevenção ao suicídio por meio da conscientização e discussão do tema.

O suicídio é uma questão de saúde pública, ainda permeada por tabus e que está vinculada à presença de transtornos mentais, como a depressão e ansiedade. Por isso, conversar sobre saúde mental contribui para disseminar informações, quebrar preconceitos e sensibilizar para a importância de buscar ajuda.

Participe da palestra! Aguardamos você!

Para entrar no evento, [clique aqui](#) no dia e horário marcados.

Não há necessidade de se inscrever previamente. Serão concedidas horas de atividade de capacitação pela Escola de Administração Judiciária, respeitando o limite de 30 horas anuais, aos servidores que participarem do evento no dia e horário marcados (01/09/2021 às 15h), concluintes, com a frequência mínima exigida, nos termos do Art. 1º, inciso III da Resolução nº 02/2020 do Conselho da Magistratura. Os participantes devem usar o e-mail individual corporativo para entrar no evento e não necessitam solicitar a atribuição de horas, pois a mesma será concedida através da lista dos e-mails cadastrados para acessar o evento importada pelo Teams.

Apio:  Realização:  DESAU - Departamento de Saúde  Diretoria Geral de Gestão de Pessoas 

Peça de divulgação de ações para servidores



LIVE 

SEMANA DO SERVIDOR

Saúde Mental é real

Os 3 encontros serão das **15h30** às **16h30**

25 OUT >>
ENCONTRO 1: **Lições da Pandemia**

PALESTRANTES



Dra. Yara Azevedo Prandi
Mestrado em Psiquiatria (USP). Especializada em Psiquiatria no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (USP)



Dr. Ricardo Ouchi
Médico psiquiatra e diretor da Linha de Cuidado Mental da Amil

MEDIADORA

Carolina Lorenzatto
Diretora executiva de Comercial e Produtos da Amil

26 OUT >>
ENCONTRO 2: **Saúde Mental e Relacionamentos**

PALESTRANTE



Leandro Karnal

MEDIADORES

Carla Cravo
Diretora Comercial Regional RJ e MG Amil

Charles Al Odeh
CMO United Health Group Brasil

27 OUT >>
ENCONTRO 3: **Saúde Mental e Felicidade**

Peça de divulgação de ações para servidores

14

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



14. FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Na área da Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados, buscou-se viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia, objetivando contribuir para celeridade, eficiência e eficácia do TJRJ, merecendo destaque:

Aprimoramento da infraestrutura institucional de TIC

Atualização do parque tecnológico do TJRJ

Trata-se de uma ação contínua exercida pela DGTEC, mas é considerada estratégica, porque, pelas aquisições programadas, o TJRJ mantém sempre todos os equipamentos, incluindo os centrais da Sala Cofre, tais como servidores, *storages*, balanceadores de cargas, computadores e equipamentos para os usuários finais, adequados com as últimas tecnologias de mercado, permitindo melhor desempenho dos sistemas.

Em 2021 foram instalados novos *switches* no data center, dois equipamentos para detecção e prevenção contra invasão à rede (IDPS) e 162 *switches* de acesso foram substituídos no complexo do Fórum da Capital. Outros 238 serão substituídos ao longo do primeiro semestre de 2022.

Também está prevista no mesmo período a instalação de novos equipamentos de segurança da rede do data center (*firewall*) e balanceadores de carga de aplicações.

Em 2021, houve substituição de 4.500 microcomputadores, abrangendo Capital e 13º NUR. Em 2022, está prevista a aquisição de 1.000 scanners e mais 3.400 computadores.

Estudo de Contingência

Está sendo feita a aquisição dos equipamentos que ficarão alocados em outro espaço. Um novo *storage* será entregue no primeiro trimestre de 2022. O Termo de Referência (TR) da locação do espaço está em elaboração, em busca de informações sobre procedimentos internos do TJRJ para controle de patrimônio em instalações externas e necessidade de seguro.

Outras atividades de aprimoramento da infraestrutura

Com viés na segurança, podem ser citadas: atualização da infraestrutura do Malote Digital; implementação do bloco de endereçamento IPv6 com a operadora *Datacorpore*; *hardening* no *Active Directory* (AD) e na autenticação de usuários de sistemas de domínio (LDAPS); atualização do serviço de DHCP; atualização do sistema de virtualização (*VMware*); atualização do ambiente *JBoss*; atualização do sistema operacional de 610 *switches* de acesso Cisco 3850 e atualização da infraestrutura do SAR (SAR2020).

Segurança das estações de trabalho

Esta atividade recebe atenção contínua, pois os ataques cibernéticos se aproveitam, em grande parte, de vulnerabilidades existentes nas estações de trabalho. Desse modo, são homologadas, distribuídas e aplicadas imediatamente todas as atualizações de sistema operacional, aplicativos e de segurança – inclusive antivírus – disponibilizadas pelos fabricantes.

Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas

Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe

Em 2021, o PJe foi implantado em 87 Juizados Cíveis, mas sua expansão foi temporariamente suspensa para que funcionalidades e integrações importantes fossem desenvolvidas, antes de prosseguir com a implantação nos 40 Juizados Especiais Cíveis restantes.

No primeiro semestre, houve a necessidade da realização de reuniões com a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES), onde foram mapeadas as principais necessidades das serventias, destacando-se a simplificação de alguns fluxos.

Destaca-se a expansão do PJe na competência de Infância e Juventude com a implementação em 76 das 80 serventias em 2021, restando as da Capital que não foram finalizadas por solicitação do Ministério Público, para que houvesse condições de o órgão realizar os ajustes necessários nos seus sistemas.

Também houve significativos avanços nas competências Cível, Criminal e Dívida Ativa. A competência Cível contou com a criação de um grupo de trabalho, onde foram mapeadas as atividades relevantes para definir e codificar os fluxos de trabalho no PJe. Após a realização de uma série de testes, o PJe foi implantado, em outubro, nas serventias de Bangu e Pavuna.

A etapa de expansão do PJe será realizada ao longo de 2022, com início programado para o mês de janeiro.

Outra frente foi aberta na competência Criminal. Ao mesmo tempo, foi formado um grupo de trabalho para definir o fluxo PJe. Após várias reuniões, o fluxo foi definido e está em fase de levantamento técnico e codificação.

Ao mesmo tempo, estão sendo realizadas reuniões com órgãos externos (Ministério Público, Defensoria Pública e Polinter) com a finalidade de tratar das integrações necessárias para a adequada utilização do PJe.

Outra integração importante interligará o PJe ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). A estimativa é que uma serventia piloto, provavelmente do interior, possa realizá-la no primeiro trimestre de 2022.

Quanto à Dívida Ativa, uma iniciativa capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com expressiva participação do TJRJ e mais cinco Tribunais da Federação. Os fluxos já existentes foram avaliados e houve definição pelo TRFI para servir de base e ser adaptado para os Tribunais Estaduais.

Tal adaptação está na fase final, assim como as alterações necessárias no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) para essa competência. Tão logo as atividades sejam finalizadas, serão necessários testes com as Procuradorias, além da criação de um Grupo de Magistrados do TJRJ para validação da solução e posterior implantação de uma serventia piloto.

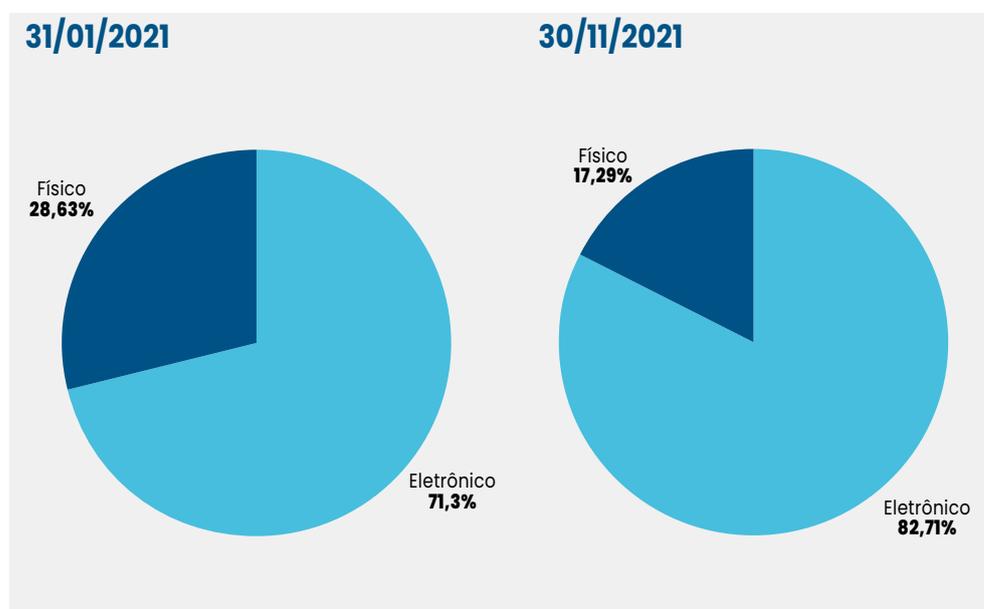
Digitalização do acervo de processos judiciais

Tabela - Acervo geral em trâmite TJRJ

Tipo de processo	Quantidade	
	31/01/2021	30/11/2021
Físicos	2.057.199	1.118.276
Eletrônico	5.128.994	5.350.472
Total	7.186.193	6.468.748

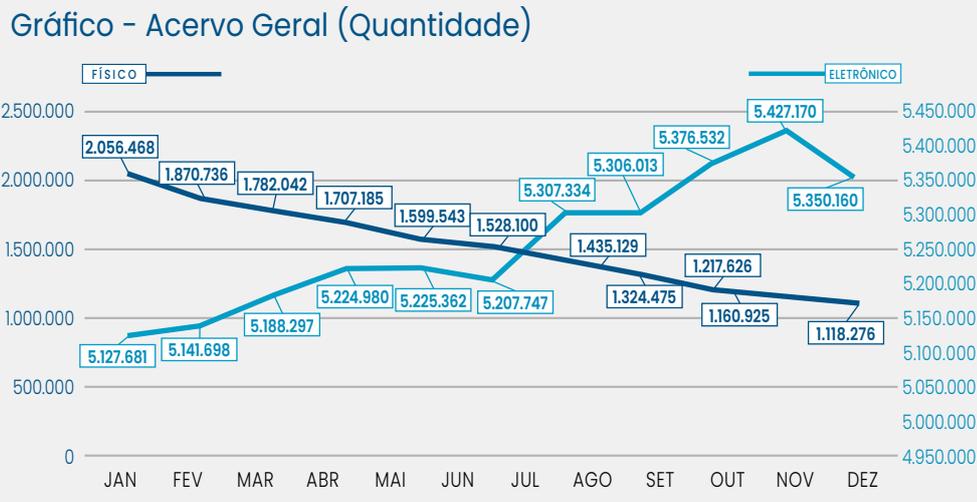
Fonte: DGTEC

Gráfico - Acervo Geral

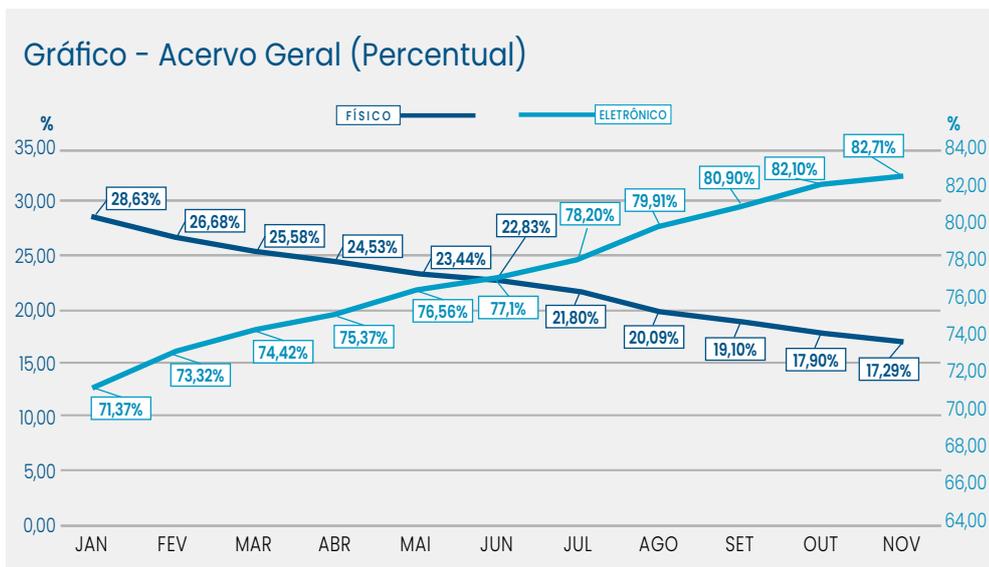


Fonte: DGTEC

Evolução da virtualização em 2021:



Fonte: DGTEC



Fonte: DGTEC

Justiça 4.0

O Justiça 4.0 é um programa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que viabiliza a transformação digital dos tribunais. O TJRJ está desenvolvendo os seguintes projetos para atender ao programa:

- **Núcleo 4.0** – Projeto que adequa o TJRJ às Resoluções 385/21 e 398/21 do CNJ. Os núcleos 4.0 foram desenvolvidos para tratarem os processos judiciais de forma totalmente eletrônica, sem necessidade de trabalho presencial ou espaço físico para a entrega jurisdicional. O projeto de adequação dos sistemas para a realidade 4.0 foi concluído no final de outubro de 2021. Em 01/11/2021 foi instalado e implantado o núcleo 4.0 - propriedade industrial/intelectual. Em 15/11/2021 foi instalado e implantado o núcleo 4.0 - centralização das execuções contra times de futebol;

- **Juízo 100% Digital** – Nesse modelo, o juízo pode optar por trabalhar dessa forma. O advogado pode, ao distribuir o processo, solicitar que seu processo seja trabalhado 100% online. O juízo então, com o “de acordo” das outras partes interessadas, pode optar por manter o processo nessa modalidade.
- **Acesso à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)** – O CNJ disponibilizou aos Tribunais uma plataforma digital que deverá ser acessada por diversos sistemas, para padronizar e dispor de mais benefício para todos, pelo compartilhamento de funcionalidades. Dessa forma, caberá ao TJRJ realizar a interligação dessa plataforma pelo novo sistema PJe e pelos sistemas legados DCP (1º grau) e eJUD (2º grau).
Os acessos à plataforma PDPJ deverão ser efetuados ao longo do primeiro semestre de 2022;
- **Balcão Virtual** - Projeto para viabilizar o atendimento de cartórios e de magistrados de forma virtual, sem a necessidade de comparecimento físico.
O projeto foi desenvolvido na ferramenta TEAMS, em parceria com a empresa fornecedora Microsoft.
A implantação da primeira versão do Balcão Virtual dos cartórios ocorreu em 07 de abril de 2021. A segunda versão e o Balcão Virtual dos gabinetes de magistrados seguiram estas datas:

Tabela - Implantação do Balcão Virtual

Tipo	Data Live	Data Implementação
Balcão Virtual – Cartório	26/07/2021	29/07/2021
Balcão Virtual - Gabinetes 52 Varas Cíveis da Capital	27/07/2021	02/08/2021
Balcão Virtual - Gabinetes Capital - NUR 01	02/08/2021	06/08/2021
Live extra - Balcão Virtual – Serventias	02/08/2021	–
Balcão Virtual - Gabinetes Interior - NUR 12 e NUR 13	09/08/2021	13/08/2021
Balcão Virtual – Gabinetes Interior - NUR 02 e NUR 04	16/08/2021	20/08/2021
Balcão Virtual – Gabinetes Restante TJRJ 1º Instância	23/08/2021	27/08/2021
Balcão Virtual – Gabinetes 2º Instância	30/08/2021	03/09/2021

Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos

O TJRJ sempre utilizou o acesso aos seus sistemas corporativos de forma controlada, com uma solução desenvolvida internamente, garantindo mais confiabilidade e correta identificação de quem está acessando determinado sistema, além de delimitar o acesso dos usuários exclusivamente às atividades inerentes ao seu trabalho, dificultando possíveis desvios.

Entretanto, a evolução tecnológica e o aumento significativo de sistemas corporativos fizeram com que o sistema atual ficasse defasado e sem as integrações necessárias para um funcionamento adequado, garantindo melhor segurança dos acessos. Assim, é estratégico para o TJRJ o desenvolvimento de uma nova solução que atenda aos requisitos.

O projeto encontra-se em desenvolvimento com previsão de conclusão em maio de 2022.

Ampliação do acesso à tecnologia

Observa-se que, aprimorando-se a infraestrutura e os sistemas institucionais, amplia-se o acesso à tecnologia.

Os Projetos Estratégicos e as atividades desenvolvidas buscam viabilizar soluções sustentáveis de tecnologia, e, assim, contribuir para celeridade, eficiência e eficácia da Instituição.

Destacam-se, em especial, dois projetos fundamentais para manutenção e ampliação da infraestrutura necessária à transformação digital do TJRJ:

- Contratação da Nuvem (acesso a recursos virtuais de computação, rede e armazenamento por meio da internet);
- Rede de Transmissão de Dados.

Promoção da proteção de dados organizacionais

O ritmo acelerado da transformação digital desenvolvido pelo Poder Judiciário proporciona muitos benefícios, como a celeridade e confiabilidade de resultados, mas traz também os perigos do mundo cibernético, como ataques virtuais frequentes. Portanto, é imprescindível cuidar da segurança e proteção dos dados e informações processuais. As ações de segurança da informação estão sendo coordenadas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação, destacando-se:

- **Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados – atividades desenvolvidas:**
 - Criação de hot site específico com todas as informações necessárias para os usuários;
 - Designação de encarregado responsável pelo tratamento de dados, conforme determina a lei;
 - Aprovação de fluxo para atendimento de demanda dos usuários;
 - Realização de cursos e workshops sobre o assunto;

- Realização de levantamento de dados da área administrativa do TJRJ, para permitir a apresentação de ações adequadas ao tratamento dos respectivos dados.
- **Incremento da segurança no acesso às informações, reforçando-se contra ataques cibernéticos:**
 - Desenvolvimento de política para aumentar a segurança das senhas utilizadas no ambiente do TJRJ, com critérios, tais como número mínimo de caracteres, complexidade e bloqueio, em caso de erro.
 - Implementação de Múltiplo Fator de Autenticação, com exigência de etapas adicionais, para confirmação da identidade do usuário que acessará os recursos do Microsoft Office 365 utilizados no TJRJ, como e-mail e Teams;
 - Pesquisa e aplicação de ações de cibersegurança, resultado de análises permanentes de vulnerabilidades do ambiente (estações de trabalho e contas de usuários) e avaliação de novas tecnologias, utilizando, inclusive, o suporte Premier, contratado com a empresa Microsoft.

Em 2021 foram iniciadas:

- Remoção de protocolos e aplicativos vulneráveis;
- Ativação do *Firewall* do Windows;
- Proteção avançada contra *ransomware*;
- Proteção baseada em reputação – configurações que protegem o dispositivo contra aplicativos, arquivos e sites identificados como mal-intencionados ou potencialmente indesejados;
- Aplicação de soluções emergenciais para prevenir ataques *Zero-Day*, como o *Log4shell*, ocorrido em 10/12/2021.
- **Implementação de solução de segurança da informação institucional**
 - Contratação de serviços gerenciados para proporcionar maior segurança para o TJRJ, uma vez que a Instituição tem sido alvo de diversos ataques cibernéticos.

Outras realizações na área de Tecnologia da Informação

- **Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)** – Desenvolvimento dos sistemas legados;
- **Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DATAJUD)** – Projeto de saneamento dos dados estatísticos do TJRJ e envio destes para o CNJ, via plataforma DATAJUD;
- **Aplicativo do Escritório Virtual** – A fase de homologação foi dividida para facilitar a entrega do aplicativo. A 1ª fase, em desenvolvimento, prioriza a Primeira Instância, desde a distribuição, peticionamento e consulta processual até o término da homologação e correção dos erros identificados. Vale ressaltar a realização de reuniões semanais com as equipes envol-

vidas para acelerar o andamento do projeto. Ao término da primeira fase, será definido um piloto (MP, OAB e Defensoria Pública). A entrega está prevista para janeiro de 2022;

- **Custas dentro do Sistema Informatizado DCP** – Hoje temos a integração da ARRECINTEGRA como DCP para o controle de GRERJs Judiciais, cadastro e envio de certidão de débito para a unidade responsável pela gestão da arrecadação. Ressalte-se que já foi disponibilizado o Relatório de Guias Compartilhadas Pagas (convênios de dívida ativa);
- **Modificação na distribuição da Seção Cível** – A fim de atender à Resolução TJ/OE nº 16/2021, sobre regime de compensação a ser realizado em relação aos desembargadores designados para desempenho cumulativo de suas funções junto à Seção Cível, o Sistema de Movimentação Processual Eletrônica de Segunda Instância - eJUD - foi alterado para contemplar as novas regras de distribuição;
- **Cálculo de custas na página eletrônica do Portal Corporativo do TJRJ** Esta melhoria está em fase de desenvolvimento, sendo que o Ministério Público já encaminhou toda a documentação e o termo de cooperação encontra-se em fase de ajuste;
- **Projeto de Inteligência Artificial** – Desenvolvido em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio);
- **Novo Portal e Novo Visualizador de Processos** – Em desenvolvimento com a colaboração de advogados indicados pela Presidência e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). A fase de testes já foi concluída com intensa participação dos advogados;
- **Virtual Network Assistant (VIRNA)** – Aplicativo disponibilizado em tempo integral (24x7) pelo aplicativo *Microsoft Teams*, para que os magistrados solicitem serviços de Tecnologia da Informação diretamente às equipes solucionadoras, tornando o atendimento mais rápido e eficaz.
- **CHATBOT DO PJE (IETE - Instrutora Eletrônica de Treinamento)** – O projeto efetivou o desenvolvimento de ferramenta automatizada e interativa para respostas às dúvidas dos usuários sobre o sistema PJE, e teve seu nome designado (IETE) em homenagem à desembargadora Iete Bomilcar Ribeiro de Souza Passarella, primeira magistrada mulher do TJRJ. O projeto está finalizado em sua primeira fase (usuários internos do TJRJ) e já foi disponibilizado em algumas serventias. A expansão para as demais ocorrerá no início de 2022, devendo ser iniciado o desenvolvimento relativo à fase 2, que contemplará os usuários externos;
- **Sistema de Depósitos Judiciais (SIDEJUD NACIONAL)** – Com o apoio do CNJ, o sistema está sendo desenvolvido em conjunto com alguns Tribunais (TJPR, TJRJ, TJCE, TJSP, TJPE, TJMG), sob a gerência do TJMG. O objetivo principal do sistema é permitir controlar e manter as informações relativas aos depósitos judiciais de um Tribunal, apoiando magistrados, servidores, partes processuais e advogados na realização de operações como depósitos, acompanhamento de valores sob

a guarda do(s) banco(s) e as retiradas, que só podem ser feitas com ordem judicial.

O TJRJ está participando, através do desenvolvimento do módulo de Integração Bancária, sendo que em 2021 foram desenvolvidas as telas (*frontend*) do módulo e para 2022 pretende-se desenvolver o *backend*, ou seja, a parte da programação voltada ao funcionamento interno do módulo;

- **Domicílio Eletrônico** – O TJRJ está desenvolvendo a criação de um cadastro de pessoas jurídicas para envio de comunicações processuais de forma eletrônica. Tal cadastro tem por finalidade modernizar, agilizar e tornar mais eficiente o envio de citações a empresas de médio e grande porte, privadas e públicas, através de microsserviços. Em 2021 foi feita refatoração (processo de melhoria de código) da arquitetura do projeto para microsserviços, seguindo as diretrizes do CNJ para adesão à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário), além do desenvolvimento (*backend*) das APIs (interface de programação de aplicações) de Pessoa Jurídica, Grupo, Pessoa Física e Pessoa. Para o ano de 2022, pretende-se terminar a implementação para ter um microsserviço disponível para o resto do Poder Judiciário que queira aderir à PDPJ e o desenvolvimento de interface visual que interage com o usuário (*frontend*);
- **Painel do Usuário Externo (Portal de Serviços)** – Portal de serviços aderente à PDPJ, que permitirá a partes e atores processuais terem uma única porta de acesso ao Judiciário, permitindo consultar andamentos de processos, enviar petições, ajuizar novas demandas, controlar prazos e agendas, receber intimações/citações, entre outras funções. Em 2021, o TJRJ trabalhou para seguir a arquitetura definida pelo CNJ sob sua orientação e desenvolveu as telas (*frontend*) do Portal, conforme aprovação do grupo de trabalho, composto por membros do judiciário (CNJ, MP, DP, AGU, entre outros). Para 2022, a estimativa é desenvolver o *backend*, isto é, a programação voltada ao funcionamento interno do módulo, disponibilizando uma versão em produção;
- **Painéis QLIK** – Buscando uma solução de análise de dados e gestão de serventias, foi adquirida a ferramenta Qlik, já utilizada por vários Tribunais e até pelo CNJ. A efetivação dessa solução tem por objetivo atender, tanto às equipes de estatística e controle, como também proporcionar às serventias que já utilizam o PJe uma gama de informações para auxiliar na gestão e controle das suas atividades. A ferramenta foi apresentada oficialmente em novembro e já está disponível aos usuários que utilizam o sistema PJe. A próxima iniciativa será desenvolver os painéis relativos à competência Criminal.

Tratativas com o Ministério Público para maior integração via Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)

- **Implantação da esteira DEVOPS** em ambiente de desenvolvimento. Em andamento o ambiente de homologação e, após, o de produção;
- **API S3** - Novo repositório de documentos para os sistemas do TJ com interface para comunicação com o MinIO S3.

Área de Gestão de Pessoas - Atividades

- a. SDS - Sistema do Departamento de Saúde - Inclusão do atestado de saúde Ocupacional e atualização da declaração de conclusão do exame periódico, procurando adequação ao e-Social.
- b. GPES - Recadastramento dos Servidores e Magistrados e Prova de Vida de Aposentados e Pensionistas pelo Bradesco.
- c. SCIM - Sistema de Concurso para o Ingresso na Magistratura - Melhoria no cadastro de inscrições via VUNESP e inclusão dinâmica de questões por bloco.
- d. SCOLWEB - Migração dos relatórios de consulta de serventias do SHS para o novo sistema.
- e. GPES - Melhorias em adição de relatórios, relatório de situação atual do órgão, observações de dispensa do cargo de confiança.
- f. Alteração do sistema de Auxílio Educação para atender às regras estabelecidas pelo Ato Normativo nº 11/2017 e possibilitar a comprovação de despesas.
- g. RECADWEB - Recadastramento dos pensionistas e Prova de Vida de Aposentados e Pensionistas com auxílio do aplicativo gov.br (externo). Aguardando autorização para implantação em produção.
- h. SISCART - Reestruturação do sistema para emissão de Carteiras Funcionais.
- i. GPES - Integração DETRAN e Cadastro de benefício e processamento da comprovação.
- j. GPES - Servidores e Magistrados: Cadastro de Títulos, Cadastro de Grupos, Cadastro de Atividades e Cadastro de áreas de formação.
- k. GPES - Conversão em Pecúnia de Saldo de Licença Prêmio - Servidores.
- l. RECPECUNIA - Conversão de Férias em pecúnia - Magistrado.
- m. GPES - Declaração de Escolaridade da ADI 3782.
- n. GPES - Regras definitivas da promoção automática
- o. GPES - Mudança de Simbologia dos cargos de Confiança Funcionalidade para cálculo dos marcos de licença especial.
- p. RECPECUNIA - Conversão de Plantão em pecúnia - Magistrado.

Área Financeira - Atividades

- a. SISCOB - Novo sistema de Cobrança:
Módulo 2 - Intimações de cobrança dos débitos judiciais e extrajudiciais
- b. SATI - Melhorias na consulta de custas de Dívida Ativa e no envio de guias

compartilhadas. Criação de Relatórios (Guias Compartilhadas e Status) e Serviço no WS Externo para exibir os pagamentos para os municípios e melhorias no Relatório de Guias Pagas.

- c. RAC – Sistema de Rateio de Custos – Realização das cargas do ano 2019.
- d. GRP – A primeira e a segunda fases do novo Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças já estão em produção.
- e. Assinador de PDF – Criação do serviço para assinatura dos documentos a serem enviados para o PJE, SEEU, entre outros.
- f. Integração com o SEI – Integração dos sistemas administrativos com o sistema SEI e atualização para os 11 dígitos, permitindo o envio de documentos para esse sistema.
- g. SATI – Demandas de Gratuidade de Justiça, Dívida Ativa e DARJs Compartilhados, melhorias no parcelamento em atendimento a demanda dos municípios e possibilidade de cadastrar informações de cheque devolvido para guias virtuais, oriundas de cobrança compartilhada na tela de consulta.
- h. Arrecintegra Web – Módulo da GRERJ Eletrônica, Certidão de Débito para os sistemas Judiciais (DCP, EJUD, PJE).
- i. Migração JBOSS 7.3 (APIS/S3 e Portaria de Custas) – Migração tecnológica dos sistemas Java para o Jboss mais atual (7.3).
- j. SMR – Integração entre os sistemas SMR e Portaria de Custas.
- k. COBRANÇA – Implementação do Nome Social de acordo com a Resolução n.º 270 DO CNJ.
- l. SAF – Atualização Tecnológica dos módulos do SAF para JAVA com Angular.
- m. GRERJ Eletrônica – Atualização Tecnológica do sistema para JAVA com Angular.
- n. Arrecadação – Atualização Tecnológica do sistema para WEB.
- o. IDServerJus – Novo sistema para substituir o SEGWEB e implementar melhorias na autenticação dos sistemas.
- p. Cobrança – Envio de GRERJ via e-mail e Melhorias no Cadastro Manual de Processos e Emissão de GRERJ.
- q. GRERJ Eletrônica – Oracle Application Server (OAS) para JBoss 7.3/Java 11.
- r. GRERJ Eletrônica – Criação do novo tipo de GRERJ Judicial – Carta Precatória/Ordem (GRERJ Atual).
- s. Arrecintegra Web – Módulo de Certificação de Custas e Integração com o SEEU.
- t. Projeto de custas – Utilização da GRERJ no momento do pagamento.
- u. SCJ – Solicitação para que planilha de cálculo emitida pelo contador no sistema SCJ utilize a mesma tabela CMR da GRERJ ELETRÔNICA para facilitar o preenchimento da GRERJ.
- v. SCJ – Solicitação para melhoria no sistema SCJ para recebimento de processos eletrônicos oriundos do sistema eJUD (segunda Instância), nos mesmos moldes do recebimento dos processos de primeira instância (DCP).

- w. SCJ – Bloqueio de remessas de processos eletrônicos já remetidos e não retornados aos cartórios. Ainda são feitas sucessivas remessas sobre remessas em aberto, causando o descontrole sobre o número de processos efetivamente disponibilizados para cálculo.
- x. Nova Ferramenta de Cálculos Judiciais – SCJWEB, inclusive integração com o MPRJ.

Escola da Magistratura (EMERJ) - Atividades

- a. Relatório Diário de Aula – Implementação no SIEM INTERNET para o perfil Assistente de Turma criar registros de Relatório Diário de Aula On-line, para acesso e controle de aulas ministradas.
- b. Sistema de Pós-Graduação da EMERJ com acessibilidade – Funcionalidades do sistema adaptadas para serem interpretadas pelos leitores de tela utilizados por pessoas com deficiência visual.
- c. SIEM – Alteração em regras de geração da DIRF – Valor de desconto por dependente.
- d. SIEM – Internet – Mudança de regra para não habilitar o Ano Referência (ano atual) até que seja encerrado o Ano Calendário para o imposto de renda.
- e. SPGE – Melhorias nas funcionalidades de geração de certificado para o curso de extensão e de Pós-Graduação, tais como: Inclusão de filtros, opções de impressão, inclusão do verso do certificado, etc.
- f. SPGE/SPGEINSCRICAOWEB/SGEMERJ – Criação do módulo para inscrição nos Cursos de Pós Graduação, Extensão e PREMIERJ pela web com upload de documentos, geração de boleto e confirmação de pagamento.
- g. SIEM e SGEMERJ – Cadastro de Professores, Beneficiários e Colaboradores da EMERJ como insumo para o sistema GRP enviar eventos não periódicos;
- h. SIEM – Criar uma funcionalidade para registrar frequência em lote; Lançamento da presença manual na funcionalidade de frequência de alunos – Insumos para E-SOCIAL.
- i. SIEM/SIEM INTERNET – Melhorias nas funcionalidades afetadas pelo novo formato de avaliação de professores.
- j. SIEM INTERNET – Pesquisa Online de final de semestre.
- k. SIEM-EVENTOS – Criação do indicador de desempenho.
- l. SIEM – Inclusão do campo Atividade no Relatório de Professores que ministraram aula (HU feita pela G4F e APROVADA).
- m. SGEMERJ Web – Criação do controle de frequência no Módulo Colaborador e para atender aos quesitos do e-Social.
- n. SIEM INTERNET – Criação do Menu financeiro.
- o. SIEM Eventos – Desobrigação e Relatório ENFAM.

Área de Logística - Atividades

- a. Conta Vinculada (SISMAT) - Melhorias para um melhor controle da área de logística.
- b. Inventário 2021 - Melhorias e relatórios para a equipe de gestão de patrimônio controlar o inventário das unidades do TJRJ.
- c. SCOLWEB - Migração do SHF (MUMPS – consultas e relatórios).
- d. Novo sistema de Ouvidoria (eSOU) - Passando o sistema para web e desligando o sistema em MUMPS.
- e. Novo sistema LED - Passando o sistema para web e desligando o sistema em MUMPS.
- f. Integração dos sistemas de logística com o GRP, ainda em curso.
- g. SISMAT / SISPAT / SISLIC / SISLOGEM / SISCAN / SISRS – classificação de software como bem permanente intangível.
- h. Alteração nos modelos 37, 38 e 39 no SISIMOV para atender TCE.
- i. Migração para o GiT.
- j. SISPAT - alteração para controle de bens sob responsabilidade do DETEL.
- k. SISLIC – modelos de editais e contratos com edição pelo Word.
- l. EQUIPAMENTOS - novas funcionalidades e relatórios gerenciais para uma melhor gestão pela equipe de TI.
- m. CNTJ, EPROT e PORTALSISTEMAS, SISINVENT, SISLIC_WEB, SISMAT_WEB, COPAT (SISPAT) e GQUEST - Migração da camada de visualização dos sistemas em EXT NET.
- n. SISTRANSPWEB - Migração para JBoss 7.3.
- o. Migração de sistemas para uso do Portal Corporativo Seguro HTTPS.
- p. SISTRANSPWEB - Em desenvolvimento o módulo de leilão para o DETRA.
- q. SISLIC, SISRS e SISMAT – Adaptações emergenciais para contratações diretas em função da pandemia.
- r. PROT - Migração de funcionalidades do PROT para EPROT com o respectivo desligamento do sistema em MUMPS.

Portal Eletrônico do TJRJ

- a. Portal do Conhecimento – Aguardando priorização para o desenvolvimento da segunda fase.
- b. Portal NUGEP – Em homologação.
- c. Portal Intranet – em produção desde 10/12/2021.
- d. Portal Precatórios – projeto finalizado em 2021.
- e. Portal NUCOOP – Projeto finalizado e implantado em produção no dia 05/10/2021.
- f. Portal das Turmas Recursais – Finalização dos ajustes solicitados, homologação e planejamento para implantação.
- g. Portal da Governança – em fase de aplicação e homologação de leiaute.
- h. Portal de Atendimento ao Turista – Projeto finalizado em 2021.
- i. Portal de Acessibilidade – em fase de análise.

15

**Aperfeiçoamento da
Estrutura Predial,
Logística e Segurança**



15. APERFEIÇOAMENTO DA ESTRUTURA PREDIAL, LOGÍSTICA E SEGURANÇA

O TJRJ tem foco constante na promoção de sustentabilidade e economicidade, com vistas a contratações de compras, serviços, obras, dentre outros, merecendo destaque:

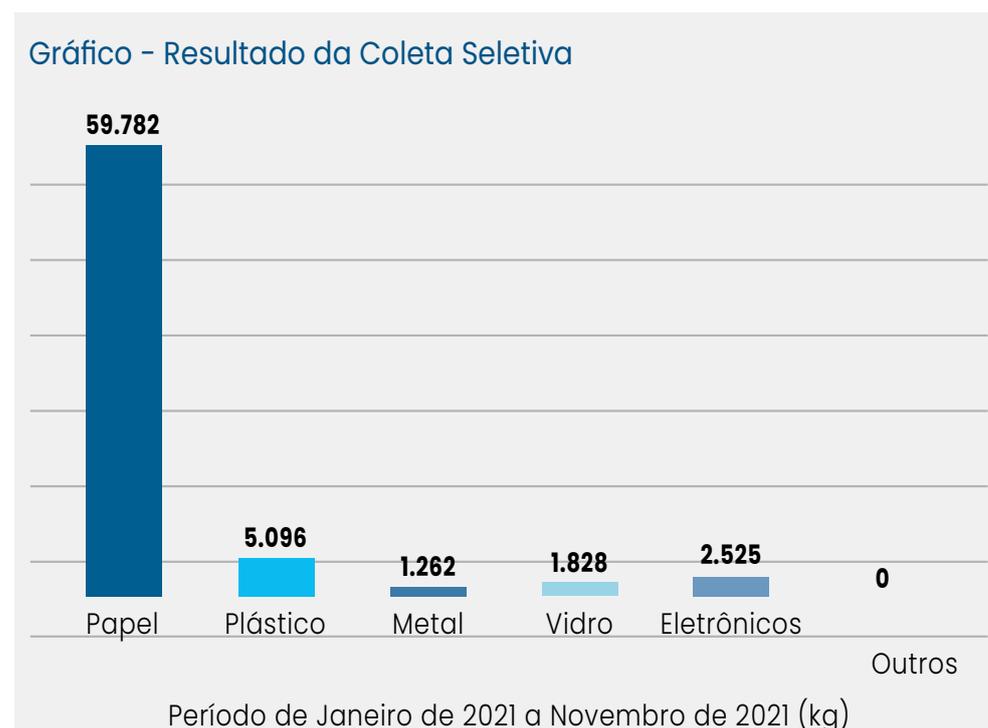
Alteração de metodologia de execução das instalações do subsistema de descida, na Reforma para modernização do sistema de proteção contra descargas atmosféricas do Fórum Central - Comarca da Capital, nas Lâminas I, II e Central.

A troca de metodologia na execução das instalações do subsistema de descida para barras chatas nas fachadas, através de sistema de alpinismo industrial, o que proporcionou redução do custo da obra.

Contrato firmado com a Empresa ZINNG, especializada em serviços de conservação de energia e eficiência energética, com a finalidade de representar o TJRJ perante às distribuidoras de energia para a submissão de projetos de eficiência energética a serem implementados, neste momento, nos prédios de Duque de Caxias, Barra da Tijuca, Niterói e Nova Iguaçu.

Resíduos

No período de janeiro a novembro de 2021, 62,3 toneladas de resíduos recicláveis deixaram de ser destinados aos aterros sanitários, contribuindo, assim, assim para o aumento da sua vida útil e para a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que abastecem as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgens.



Fonte: DGLOG

Os resíduos recicláveis são destinados às Cooperativas de Catadores que formalizaram termo de compromisso com o TJRJ, realizando a inclusão socioeconômica desses profissionais. Ao organizar a cadeia produtiva da reciclagem com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, o TJRJ propicia condições de trabalho adequadas, renda digna por seu trabalho e tem-se um exemplo de desenvolvimento sustentável, equilibrando-se as questões econômicas com justiça social e sustentabilidade ambiental.

E-carta

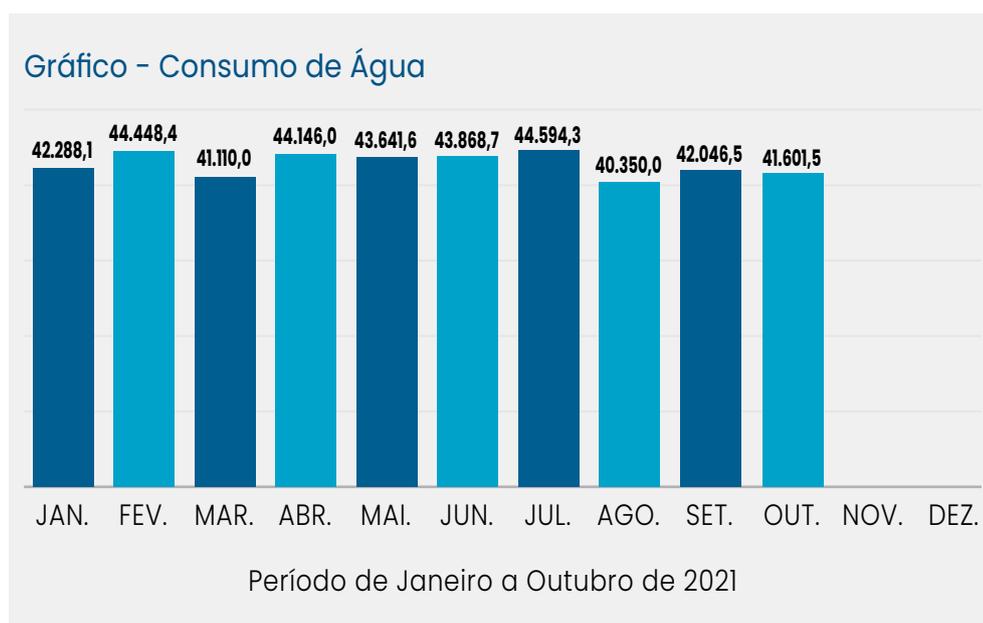
Dando seguimento à expansão do e-Carta (nova modalidade de processamento das comunicações judiciais com o envio de correspondências, como citações e intimações, por meio eletrônico), cabe destacar que está sendo realizado estudo de impacto para a substituição do serviço de postagem com cartas convencionais com AR – Aviso de Recebimento para a 2ª Instância.

Tal medida viabilizará o processamento na 2ª Instância de forma totalmente eletrônica, de forma a cumprir com a política de sustentabilidade e modernização do TJRJ.

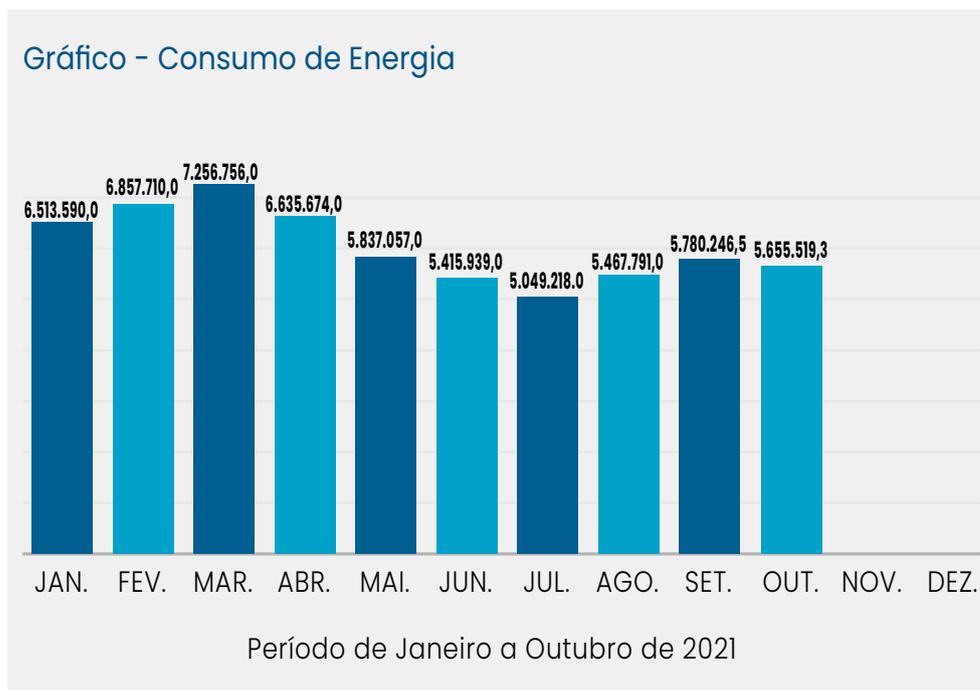
Consumo de água e energia

O TJRJ busca a economicidade dos custos de água, energia elétrica e gás, intensificando os critérios para a análise das faturas de consumo.

Essa análise é realizada através do exame de conjuntos de resultados numéricos, mediante a observação de valores instantâneos e tendências, comparando-os com referências estabelecidas, a fim de fundamentar a tomada de decisão.



Fonte: DGLOG



Fonte: DGLOG

Consumo de insumos de informática

Em 2021, a compra de insumos de informática, baseada na aceitação de insumos remanufaturados e reconicionados, gerou expressiva economia, quando comparados os valores atuais com aqueles pelos quais eram adquiridos os insumos originais.

Em relação aos anos anteriores, tal modalidade de aquisição gerou uma economia de 73% na compra de toners por unidade.

Quanto aos cilindros, a redução foi na ordem de 25%.

Desta forma, a economia total, considerando-se o quantitativo adquirido em 2021, foi de R\$ 1.462.641,95, comparando-se os valores atuais aos dos originais registrados em 2018.

Consumo de papel A4

A compra de papel representa um dos maiores gastos de materiais de consumo do TJRJ, juntamente com os insumos de informática, razão pela qual o Tribunal tem adotado continuamente medidas preventivas, visando à redução do consumo e do desperdício.

A migração da maioria das serventias para o sistema eletrônico, a edição do Ato 87/2019, a divulgação de campanhas de redução e de consumo consciente têm se mostrado ferramentas essenciais para a diminuição da demanda e das compras desse material.

Destaque-se que a economia realizada em 2021, quando comparada a um exercício regular como em 2019, foi muito grande, tendo havido uma redução do consumo de papel de aproximadamente 53%.

Logística reversa de cartuchos

No ano de 2021, 13.148 cartuchos de tonners e cilindros foram devolvidos aos fabricantes/contratados, incluindo marcas, cumprindo-se, assim, o compromisso da Instituição com a sustentabilidade por meio da logística reversa de insumos.

Telefonia

No que diz respeito à telefonia fixa, a adesão à Ata de Registro de Preços, na licitação realizada pelo Ministério do Planejamento, permitiu uma redução do custo em relação a 2020 da ordem de 12%. Já com relação à telefonia móvel, a redução foi de 1% em relação ao ano anterior.

Descontos efetuados no faturamento de vale-transporte, material de limpeza e veículos (janeiro a novembro/2021)

Com a deflagração da pandemia do coronavírus, houve a necessidade de rever o faturamento de diversos contratos, tendo em vista o rodízio e o trabalho remoto estabelecidos no TJRJ.

No que tange à utilização do vale transporte pelos colaboradores participantes do rodízio, a verba só foi repassada mediante comparecimento presencial, totalizando um desconto de R\$ 1.990.547,74.

Também foram realizados descontos no que se refere aos contratos de limpeza, sendo que os descontos obtidos quanto aos insumos de jardinagem alcançaram o valor de R\$ 20.779,02. Os materiais de limpeza tiveram desconto de R\$ 3.141.808,57 e os EPIs R\$ 244.783,50, totalizando o valor de R\$ 3.407.371,09.

Por fim, os descontos referentes ao faturamento dos veículos que ficam à disposição dos contratos de manutenção predial, menos utilizados na pandemia, geraram um desconto no faturamento de R\$ 110.196,97.

Aprimoramento do portal de dispensas de licitação de compras

O portal de dispensas e inexigibilidades de licitação foi aprimorado, a fim de atender às orientações do Conselho Nacional de Justiça acerca da transparência das compras institucionais.

Já se encontra em fase final de implantação a disponibilização de novos dados referentes ao Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, bem como aos atos de reconhecimento e ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Os referidos dados estão disponibilizados no Portal do TJRJ, no endereço eletrônico: **página inicial – transparência institucional – controle de dispensa de licitação**.

Licitações

Com a adoção do sistema COMPRASNET, em substituição ao LICITAÇÕES-E, a economicidade dos certames foi de R\$ 64.276.329,74.

Até o final do mês de novembro, ocorreram 146 procedimentos nos quais buscou-se, com a aplicação das penalidades definidas em lei, criar entre os contratados uma postura responsável no cumprimento das obrigações assumidas, considerando o caráter pedagógico das sanções. Destes procedimentos, 98 foram decididos com aplicação de penalidades, seis foram arquivados e 42 ainda estão em andamento.

Projetos e obras concluídas

- Substituição de telhas e construção do Castelo D'água do Fórum da Comarca de Itatiaia
- Reforma para modernização do sistema de proteção contra descargas atmosféricas do Fórum Central - Comarca da Capital, nas Lâminas I, II e Central



Instalação do sistema de proteção contra descarga atmosférica nos prédios das lâminas I, II e Central



- Reforma de Retrofit da fachada do prédio do Fórum da Comarca de Teresópolis



Fachada principal e lateral após a retirada dos granitos, com pintura e textura

- Reforma do muro de contenção na frente do Fórum da Comarca de Santo Antônio de Pádua
- Reforma do muro de contenção nos fundos do Fórum da Comarca de Três Rios

Segurança – principais realizações

Controle de Acesso

Foram efetivados os controles de acesso com implantação do Scanner de raio-X associado ao Portal Fixo Detector de Metal dos seguintes locais:

- Fórum Comarca Paraty;
- Fórum Comarca Mangaratiba;
- Fórum de Porto Real;
- Fórum Comarca Paracambi;
- Dimex – Fórum;
- Fórum de Casemiro de Abreu;
- Fórum de Quissamã;
- Fórum de São João da Barra

Sistema de Videoconferência em audiências nas Varas Criminais e Depoimentos Especiais do TJRJ

Ampliação e Otimização do atendimento da Solução de Videoconferência, através da aplicação Scopia Desktop, sendo utilizada nas áreas Criminais e no Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência – NUDECA.

Atualização tecnológica dos equipamentos de Edição de Filmagem

Processo em andamento na fase de especificações técnicas e orçamento para o procedimento licitatório.

Atualização dos Equipamentos de Sonorização, CATV

Sistema de distribuição de conteúdos audiovisuais de televisão, de rádio e de outros serviços para consumidores, através de cabos coaxiais fixos, ao invés do tradicional e antigo sistema de transmissão via antenas de rádio, CFTV (circuito fechado de TV) e Alarme.

Implantação do Sistema de Gravação Audiovisual

A instalação nas Câmaras Cíveis das Lâminas 3 e 4 foi concluída em outubro de 2021.

Atualização do Sistema de Automação de Rádio na Sonorização Ambiente

Sistema de sonorização ambiente em fase de levantamento de recursos e disponibilidade de equipe.

Implantação finalizada do monitoramento de CFTV

Nas recepções das Lâminas III e IV, com visualização nos gabinetes dos Desembargadores, aprimorando a segurança do local.

Implantação da Solução de Radiocomunicação Digital

Visa à contratação do serviço de locação para atualização tecnológica e modernização do sistema de radiocomunicação a ser implantado no TJRJ.

Integração da sonorização das salas de sessão para atendimento às audiências híbridas

Além da sonorização, encontra-se em andamento a aquisição de televisores para as salas de sessões e para alguns Tribunais do Júri que apresentam grande demanda na utilização de projetores.

Monitoramento das Carceragens que atendem ao TJRJ

Projeto em andamento, atendendo a orientação e prioridades da área responsável pela segurança patrimonial.

Tabela - Carceragens

Carceragens Atendidas	Presos com cobertura pelo sistema de CFTV
23	35.171

Fonte: DGSEI

Atualização tecnológica dos equipamentos de sonorização que atendem ao Órgão Especial

Encontra-se em andamento licitação para atualização dos equipamentos de sonorização do Órgão Especial, com previsão de conclusão em 2022.

Atualização das Centrais de Alarme Presencial

Foram efetivadas as trocas das centrais de alarme abaixo, observando-se a necessidade de comunicação e monitoramento com o Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário.

Tabela - Alarmes

Belford Roxo	Ademco Vista 48D	on-line
Capital – Copacabana-5º Juiz Esp	Spectra 1738	on-line
Caxias – JEC	Paradox 738	on-line
Itaguaí	Ademco Vista 48D	on-line
Italva	Ademco Vista 48D	on-line
Niterói – Fórum novo	Spectra SP 7000	on-line
Niterói – Gráfica	Ademco Vista 48D	on-line
Niterói – Palácio	EVO 192	on-line
Nova Iguaçu – Anexo	Paradox 738	on-line
São Gonçalo – Alcântara	EVO 192	on-line
São João de Meriti	Paradox 738	on-line

Fonte: DGSEI

Escoltas e segurança

Foram disponibilizadas equipes de segurança para o atendimento de situações contingenciais, gestão de medidas protetivas e atendimentos a eventos promovidos em 2021:

- 284 atendimentos contingenciais;
- 427 atendimentos a Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a outras autoridades do Judiciário Nacional;

- 140 atendimentos a eventos especiais;
- 263 atendimentos à Justiça Itinerante;
- 365 atendimentos às Audiências de Custódia de Benfica;
- 365 atendimentos às Audiências de Custódia de Campos dos Goytacazes;
- 365 atendimentos às Audiências de Custódia de Volta Redonda;
- Gestão de medidas protetivas institucionais por risco ou ameaça;
- Avaliações de risco pessoal e institucional;
- Orientações de segurança preventiva a Magistrados e Servidores.

Plantão

São disponibilizadas equipes para pronto emprego em:

- Atendimentos 24h;
- Atendimentos de contingências;
- Controle de equipes de proteção.

Cursos e treinamentos

O TJRJ investe na capacitação de seu efetivo de segurança de forma a se manter atualizado, habilitando a equipe de instrução própria, multiplicadora do conhecimento específico recebido, possibilitando levar a Magistrados e Servidores um treinamento de qualidade a um custo muito inferior ao da iniciativa privada e ao de outros órgãos públicos, direcionado à realidade específica da Instituição.

Capacitação do efetivo de segurança em 2021

Foram ministrados quatro cursos de atualização técnico-profissional para 22 agentes e dois cursos de proteção de autoridade (introdução para novos agentes) para nove agentes.

Interação com órgãos conveniados

Com o intuito de facilitar a interação entre magistrados e servidores com órgãos externos conveniados, foram realizados 3.050 atendimentos, mediante interação com órgãos conveniados, quais sejam Detran, Consulados, Polícia Federal e Exército Brasileiro.

Convênios / acordos de cooperação técnica

Departamento de Trânsito do Estado do Rio De Janeiro – Detran Convênio Nº 003 / 141 / 2017.

Controle de acesso

O controle de acesso de usuários aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro constitui-se estratégia fundamental na garantia da segurança, uma vez que envolve a aplicação de tecnologias modernas, visando coibir o ingresso de materiais que tragam riscos à integridade física de Magistrados, Serventuários e do público em geral.

Tabela - Edificações e Controle de Acesso

Fonte: DGSEI

Ordem	Edificações	Mês	Ano
1	Fórum Central	Agosto	2004
2	Fórum Central - Lâmina II		
3	Fórum Central - Lâmina III	Dezembro	2006
4	Niterói (Fórum Novo)	Abril	2009
5	Fórum Central - Lâmina IV	Novembro	2010
6	Fórum Central Lâmina V		
7	Leopoldina	Setembro	2011
8	São Gonçalo		
9	Fórum Central - EMERJ	Julho	2012
10	Bangu	Novembro	2013
11	Barra da Tijuca	Junho	
12	Campos dos Goytacazes	Março	
13	Duque de Caxias	Outubro	
14	Barra Mansa		
15	Mesquita		
16	Méier		
17	Magé	Janeiro	
18	Niterói (Região Oceânica)		
19	Rio Bonito		
20	Teresópolis		
21	Araruama		
22	Belford Roxo		
23	Cabo Frio	Fevereiro	
24	Macaé		
25	Madureira		
26	Jacarepaguá	Março	
27	Alcântara	Abril	2014
28	Japeri		
29	Volta Redonda	Maio	
30	Nova Friburgo	Junho	
31	Nilópolis		
32	Petrópolis	Julho	
33	Itaboraí		
34	Queimados		
35	Resende	Agosto	
36	São João de Meriti		
37	Fórum Central - Plantão Judiciário	Setembro	
38	Cachoeira de Macacu		

Ordem	Edificações	Mês	Ano
40	São João de Meriti - Anexo	Outubro	2014
41	Búzios	Novembro	
42	Itaipava		
43	Três Rios		
44	São Pedro da Aldeia	Dezembro	
45	Itaguaí		
46	Niterói - Prédio das Secretarias	2015	
47	Rio das Ostras		Março
48	Maricá		Novembro
49	Nova Iguaçu		
50	Nova Iguaçu - Anexo		
51	Saquarema		Dezembro
52	Santo Antônio de Pádua		
53	Campo Grande		
54	Itaperuna		
55	Bom Jesus do Itabapoana		
56	Miracema	2016	
57	Vassouras		Março
58	Barra do Piraí		Julho
59	São Fidélis		
60	Paraíba do Sul		Agosto
61	Vila Inhomirim		
62	Ilha do Governador	Outubro	
63	Juizado da Inf. (Praça Onze)		
64	Pavuna		
65	Valença	Novembro	
66	2ª Vara Inf. e Juv. (Gamboa)	Fevereiro	2017
67	Angra dos Reis	Março	2018
68	Arraial do Cabo	Outubro	
69	Iguaba Grande		
70	Santa Cruz	Abril	2019
71	Casimiro de Abreu	Abril	2021
72	Mangaratiba		
73	Paracambi		
74	Paraty		
75	Porto Real / Quatis		
76	Quissamã / Carapebus		
77	São João da Barra		

Do total de 107 edificações do TJRJ, o serviço de controle de acesso está em funcionamento em 77 (setenta e sete) unidades, o que equivale a 71,96%, conforme se verifica nas tabelas anexas.

Prisões e apreensões de materiais

Do total de material acautelado, 31.895 foram armas de fogo e 59.851 objetos diversos (facas, tesouras, alicates, canivetes, estiletos).

Tabela - Apreensões

Unidade	Objetos	Armas de Fogo	Total
Capital	364	0	364
Bangu	804	715	1.519
Barra da Tijuca	296	124	420
Campo Grande	186	129	315
Cidade Nova - Anexo	0	-	0
Jacarepaguá	2.415	551	2.966
Leopoldina	597	95	692
Madureira	156	467	623
Meier	414	109	523
Comarcas do Interior	54.619	29.705	10
Total	59.851	31.895	91.851

Fonte: DGSEI

Atuação do policiamento externo

Policiamento da área externa do TJRJ, do entorno das Lâminas I, II, III, IV e V, Praça XV no trajeto ao Centro Administrativo e Praça dos Expedicionários. Como apoio logístico, são utilizados quatro veículos elétricos fornecidos pelo TJRJ.

Contamos também com uma viatura policial militar, durante o período de 24 horas por dia, com a qual são atendidas as ocorrências de prisão geradas pelo nosso efetivo policial e demais demandas inerentes ao TJRJ.

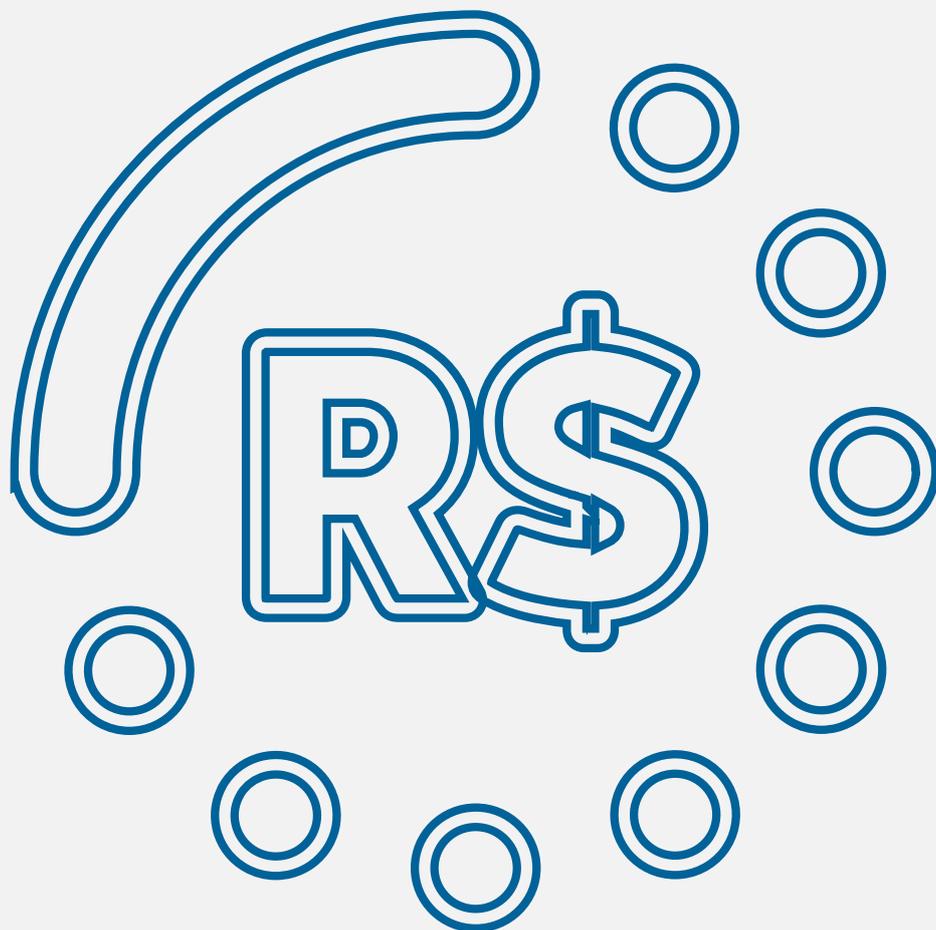
Tabela - Movimentação de Presos na Carceragem

Período	Presos na Capital	Presos em Comarcas
Janeiro	618	1.581
Fevereiro	873	2.347
Março	1.054	3.051
Abril	943	2.536
Maio	1.079	2.732
Junho	1.053	2.819
Julho	1.109	2.845
Agosto	1.059	2.654
Setembro	978	2.792
Outubro	934	2.370
Novembro	1.089	2.724
Dezembro	704	1.653
Total	11.493	30.104

Fonte: DGSEI

16

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira



16. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Política de Austeridade do Poder Judiciário

No ano de 2021, foi dada continuidade à gestão financeira e orçamentária responsável, seguindo os padrões de austeridade já praticados pelo TJRJ, tendo em vista o estado de calamidade pública financeira do Estado do Rio de Janeiro, bem como a pandemia provocada pela Covid-19 que alterou todos os cenários econômicos e financeiros não apenas do TJRJ, mas de todos os entes da federação.

Gastos com Pessoal – Responsabilidade Fiscal

A Despesa Líquida com Pessoal Ativo do TJRJ apresenta consecutivos declínios desde o 2º quadrimestre de 2019 e apresentou uma queda de 0,30%, na comparação do 2º com o 1º quadrimestre de 2021. Esse resultado demonstra que a despesa vem mantendo sua trajetória de declínio. Ademais, a reabertura do prazo para adesão ao Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA) dos servidores que haviam perdido o prazo inicial de adesão ao PIA permanente continua contribuindo para o controle da Despesa Líquida com Pessoal Ativo do TJRJ, e seus efeitos financeiros ainda hão de ser verificados na despesa correspondente aos próximos quadrimestres.

Cabe destacar que a despesa registrada no 2º quadrimestre de 2021 (vide quadro a seguir) é inferior à registrada no 3º quadrimestre do exercício de 2015, isto é, o TJRJ atualmente apresenta redução nominal em sua Despesa Líquida com Pessoal Ativo, quando comparada com uma despesa registrada 5 anos atrás. Isso se explica, principalmente, pela franca redução operada no quadro de servidores ativos do TJRJ, combinada com o fato de a última revisão salarial dos servidores ter sido realizada no exercício de 2014. Como principal realização da gestão em prol dos servidores, tem-se a autorização para conversão em pecúnia do saldo de até 180 dias de Licença Especial e de até 60 dias de Férias, após comprovação de sua viabilidade financeira em estudo detalhado e aprofundado, elaborado pela Assessoria Técnica da DGPCF. Tal estudo considerou a relação nominal de todos os servidores, o cargo efetivo ocupado, a classe/padrão, a eventual ocupação – por mais de cinco anos – de cargo em comissão ou função gratificada, o saldo de licença prêmio e férias, a existência ou não de direito pessoal, a percepção ou não de abono de permanência, e todas as premissas pré-estabelecidas para implementação da medida.

Já no que tange à Receita Corrente Líquida, esta apresentou um crescimento de 26,44% no comparativo do 2º com o 1º quadrimestre de 2021, resultado que foi amplamente influenciado pela Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos (CEDAE), além do aumento na arrecadação em função da estabilização e controle da pandemia da Covid-19. Ao se expurgar a Receita Extraordinária oriunda da Outorga de Direitos de Uso de Recursos

Hídricos (CEDAE), a Receita Corrente Líquida apresentaria um aumento de 1,77%, comparando os quadrimestres executados. Sendo assim, o resultado se encontra dentro do estabelecido como meta para o ano de 2021, que é menor que 5,70% (Limite Prudencial – parágrafo único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

No quadro abaixo apresentamos a evolução dos últimos 12 meses da Receita Corrente Líquida, da Despesa Líquida com Pessoal Ativo e do percentual de gastos com pessoal do TJRJ, nos dois quadrimestres do exercício de 2021:

Tabela - Despesas com Pessoal

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	(b) Despesa de Pessoal Acumulada – R\$	% de (b) em relação a (a)
1º Quadrimestre 2021	61.187.437.680	2.768.353.813	4,52%
2º Quadrimestre 2021	77.365.111.097	2.760.164.341	3,57%
3º Quadrimestre 2021	N/D	N/D	N/D

Fonte: DGPCF

Devolução ao TJRJ – Empréstimo ao Estado do Rio de Janeiro de R\$ 400 milhões (dezembro/2014), e demais passivos

O Poder Judiciário ajuizou, mediante a Ação Ordinária nº 2.173, proposta em janeiro de 2017, no Supremo Tribunal Federal (STF), que resultou no instrumento de transação com o Governo do Estado-RJ, viabilizando à devolução dos valores devidos ao Poder Judiciário, como por exemplo o empréstimo realizado em 2014, no valor de R\$ 400 milhões (valores devolvidos mensalmente), referente a depósitos judiciais (Leis Complementares nº 147/2013 e 163/2015). Cabendo assinalar que as parcelas foram repassadas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento - ERJ, conforme cronograma de desembolso iniciado em janeiro de 2018 e finalizado dia 15/10/2021, com a quitação da 36ª parcela.

Execução Orçamentária

O Orçamento autorizado para o exercício de 2021, Lei nº 9.185 de 14 de janeiro de 2021, foi estruturado em programas contemplando recursos específicos para a realização dos objetivos estratégicos definidos pelo Tribunal de Justiça, em consonância com o Plano de Ação Governamental, aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 12/2021, em conjunto com o Plano Estratégico do TJRJ, em alinhamento, portanto, ao estabelecido pela Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégica Nacional do Poder Judiciário.

Assim sendo, a execução orçamentária do exercício 2021 está dividida em quatro unidades:

UO – Unidade Orçamentária – Tribunal de Justiça, responsável pelas despesas com pessoal e encargos sociais e despesas com auxílios de magistrados e servidores. Fonte de recursos: fontes 100 e 101 (Tesouro) e fonte 230 (Recursos Próprios) – provenientes da remuneração dos Depósitos Judiciais:

Unidade Orçamentária – UO 03010 – TJRJ

Execução de Despesa – Exercício 2021

Tabela – Fonte 100

FR	Destinação	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)
100	Despesas com Pessoal	3.437.167.031,00	3.534.167.031,00	3.529.781.263,00	3.529.781.263,00
	Custeio	233.030.075,00	184.030.075,00	180.977.469,20	176.282.970,00
	Total	3.670.197.106,00	3.718.197.106,00	3.710.758.732,00	3.706.064.233,00

Fonte de Recursos – FR 100 – Provenientes do Tesouro Estadual

Tabela – Fonte 101

FR	Destinação	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)
101	Despesas com Pessoal	–	–	–	–
	Custeio	–	–	–	–
	Total	–	–	–	–

Fonte de Recursos – FR 101 – Provenientes do Tesouro Estadual

Tabela – Fonte 230

FR	Destinação	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)
230	Despesas com Pessoal	–	–	–	–
	Custeio	696.159.000,00	696.159.000,00	617.516.903,30	598.923.960,20
	Total	696.159.000,00	696.159.000,00	617.516.903,30	598.923.960,20

Fonte: SIAFE-RIO / dez. 2021 (aberto) – DGPCF/DECON

Fonte de Recursos – FR 230 – Recursos próprios provenientes do contrato pela Administração dos recursos relativos aos Depósitos Judiciais.

UO – Fundo Especial do Tribunal de Justiça, responsável pelas despesas com custeio e investimentos do Poder Judiciário. Fonte de recursos 232 (custas, taxas judiciais e extrajudiciais, etc.).

Unidade Orçamentária – UO 03610 – Fundo Especial do TJRJ

Execução de Despesa – Exercício 2021

Tabela - Fonte 232

FR	Destinação	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)
232	Custeio	859.267.000,00	859.267.000,00	741.304.136,70	176.282.970,00
	Investimento	66.990.000,00	66.990.000,00	44.057.143,58	176.282.970,00
	inversão	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-
	Total	927.257.000,00	927.257.000,00	785.361.280,28	654.642.761,44

Fonte: SIAFE-RIO / dez. 2021 (aberto) – DGPCF/DECON

Fonte de Recursos – FR 230 – Recursos próprios provenientes de Tributos

UO – Fundo Especial da Escola da Magistratura – EMERJ, destinado às despesas com o seu funcionamento – Fonte 230 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária – UO 03620 – Fundo Especial da Escola de Magistratura (EMERJ)

Execução de Despesa – Exercício 2021

Tabela - Fonte 230

FR	Destinação	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)
230	Custeio	10.086.000,00	10.086.000,00	8.698.837,62	6.951.318,88
	Investimento	1.000.000,00	1.000.000,00	33.977,20	33.977,20
	Total	11.086.000,00	11.086.000,00	8.732.814,82	6.985.296,08

Fonte: SIAFE-RIO / dez. 2021 (aberto) – DGPCF/DECON

UO – Fundo de Apoio aos Registradores – FUNARPEN, destinado ao ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais (Lei 6.281/2012) – Fonte 232 (recursos próprios):

Unidade Orçamentária – UO 0363 – Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais (FUNAPEN)

Tabela – Fonte 363

FR	Destinação	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
363	Custeio	48.757.000,00	54.424.335,00	54.424.335,00	49.462.003,73
	Total	48.757.000,00	54.424.335,00	54.424.335,00	49.462.003,73

Fonte: SIAFE-RIO / dez. 2021 (aberto) – DGPCF/DECON

Das Receitas Orçamentárias (2018 a 2021)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FETJ Fonte de Recursos – FR 230

UG 030100 – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 230

Tabela – Receitas

Receitas (R\$)	2018		2019		2020		2021 - aberto	
	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada
Correntes	591.664.000,00	944.839.656,52	753.934.000,00	881.670.071,65	779.554.000,00	717.219.800,00	667.317.000,00	760.210.433,37
Aplicações Financeiras	-	43.304.165,62	-	56.863.545,61	-	28.170.808,39	28.842.000,00	42.680.313,98
Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	591.664.000,00	988.143.822,14	753.934.000,00	938.533.617,26	779.554.000,00	745.390.608,42	696.159.000,00	802.890.747,35

Fonte: SIAFE-RIO / dez. 2021 (aberto) – DGPCF/DECON

Fundo Especial do Tribunal de Justiça – Fonte de Recursos – FR 232

UG 036100 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FR 232

Tabela – Receitas

Receitas (R\$)	2018		2019		2020		2021 - aberto	
	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada	Previsão	Realizada
Correntes	862.533.000,00	878.425.601,16	886.578.000,00	992.879.344,06	923.423.000,00	746.541.385,67	927.257.000,00	1.046.765.791,85
Aplicações Financeiras	-	33.505.438,37	-	37.111.160,57	-	21.325.854,13	-	37.469.086,30
Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	862.533.000,00	911.931.039,53	886.578.000,00	1.029.990.504,63	923.423.000,00	767.867.239,80	927.257.000,00	1.084.234.878,15

Fonte: SIAFE-RIO / dez. 2021 (aberto) – DGPCF/DECON

Das Despesas a cargo do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ (FONTE 232)

A experiência construída na Instituição quanto à análise de economicidade, desde maio/2016, sobre os processos de aquisição e de contratação de serviços, vem se mostrando efetiva no atendimento às diretrizes da Presidência, visando ao contingenciamento de despesas e otimização dos recursos orçamentários.

Assim, dando prosseguimento à análise dos processos, sob a ótica da economicidade, permanece a atuação colaborativa em reuniões para tratativas e ajustes nas metodologias que refletem no processamento dos órgãos demandantes e que impactam na origem da despesa, resultando em economia e otimização da tramitação processual, buscando maior aderência à realidade.

Ressalte-se que com a edição do Ato Normativo nº 03/2019, publicado em 21/02/2019, que disciplina, no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, a análise dos processos, no que se refere à economicidade, foi objetivamente respaldada.

Como destaques de economicidade, apresentamos a economia gerada em decorrência de diligências feitas em processos administrativos:

ASTEC – Processos para Análise de Economicidade

Tabela - Período 01/01/2021 a 31/12/2021

Diligências			Redução/Economia	
Quantidade de processos diligenciados*	Valor Agregado antes das diligências	Valor Agregado após as diligências	Valor	%
5	R\$ 3.571.391,47	R\$ 2.228.695,78	R\$ 1.342.695,69	37,60%

* Diligências concluídas

Outras iniciativas de arrecadação e incrementos de receitas

Arrecadação – Cobrança

Durante o ano de 2020, face à pandemia da Covid-19, restou prejudicada a realização da cobrança administrativa dos valores vertidos ao FETJ. No ano de 2021, podemos observar a recuperação neste segmento da arrecadação, havendo o retorno do trabalho presencial do setor responsável, bem como a retomada do envio de cobranças administrativas aos jurisdicionados inadimplentes, ocorrendo um aumento de aproximadamente 127%, considerando valores até o mês de novembro de 2021.

Tabela - Valores recebidos pela realização da Cobrança Administrativa

Ano	Seçae Extrajudicial	Seçob Judicial	Total
2011	R\$ 852.890,40	R\$ 2.588.436,04	R\$ 3.441.326,44
2012	R\$ 989.427,40	R\$ 2.738.955,45	R\$ 3.728.382,85
2013	R\$ 812.099,37	R\$ 2.782.659,84	R\$ 3.594.759,21
2014	R\$ 1.103.061,22	R\$ 3.483.278,06	R\$ 4.586.339,28
2015	R\$ 1.204.094,12	R\$ 5.962.448,43	R\$ 7.166.542,55
2016	R\$ 1.324.334,10	R\$ 12.503.744,98	R\$ 13.828.079,08
2017	R\$ 1.447.608,95	R\$ 13.525.573,82	R\$ 14.973.182,77
2018	R\$ 2.734.345,83	R\$ 18.300.220,44	R\$ 21.034.566,27
2019	R\$ 2.765.381,54	R\$ 26.914.940,14	R\$ 29.680.321,68
2020	R\$ 1.757.410,40	R\$ 7.527.563,00	R\$ 9.284.973,40
2021*	R\$ 3.094.624,83	R\$ 18.044.549,33	R\$ 21.139.174,16
Total (R\$)	R\$ 18.085.278,16	R\$ 114.372.369,53	R\$ 132.457.647,69

Fonte: Departamento de Arrecadação - DGPCF/DEGAR

*Dados atualizados até novembro de 2021

Arrecadação - Dívida Ativa

Visando à efetiva arrecadação dos valores de custas e taxa judiciária em processos de execução fiscal, o Tribunal utiliza atualmente quatro tipos de guias compartilhadas: o DARM compartilhado com o Município do Rio, o DARJ compartilhado com o Estado do Rio,, um boleto bancário compartilhado e a GRERJ compartilhada. No ano de 2021, tivemos uma recuperação na arrecadação deste segmento, havendo uma alta de aproximadamente 42%, considerando valores até o mês de novembro de 2021.

Tabela - Receitas recuperadas provenientes da Execução Fiscal

	2021*	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	Total
Total	61.389.892,61	43.186.800,61	44.169.204,5	48.808.707,96	37.916.528,18	31.088.391,27	45.201.670,66	27.807.803,33	18.648.295,46	358.217.294,13

Obs.: Nos totais acima, constam somente os Municípios que formalizaram Convênio de Reciprocidade com TJRJ.

Fonte: Departamento de Arrecadação - DGPCF/DEGAR

*Dados atualizados até novembro de 2021

Ressalte-se que foram desenvolvidas ações coordenadas com as demais unidades organizacionais, visando ao aprimoramento contínuo e permanente dos procedimentos relacionados às contratações celebradas pelo TJRJ aos valores percebidos em razão de multas administrativas aplicadas em autos de procedimentos apuratórios por inexecução ou inadimplemento das obrigações contratuais.

Disponibilidades financeiras

Com a continuidade das ações de austeridade e contenção de despesas, e a crise financeira agravada pela pandemia causada pela Covid-19, ao longo do ano de 2021, o TJRJ preservou os recursos financeiros, conforme demonstrado no quadro abaixo de disponibilidade financeira das fontes 230 (TJRJ) e 232 (FETJ). Cabendo acrescentar que os dados são parciais, portanto sujeitos a novas alterações, tendo em vista que o exercício financeiro de 2021 deverá ser encerrado somente no início do mês de janeiro de 2022, pelo Sistema Oficial do Estado do Rio de Janeiro- SIAFE-RIO.

Tabela - Disponibilidades financeiras (TJRJ)

Fontes de Recursos: 232 e 230	Disponibilidade Total 2017 - R\$	Disponibilidade Total 2018 - R\$	Disponibilidade Total 2019 - R\$	Disponibilidade Total 2020 - R\$	Disponibilidade Total 2021 - R\$
Descrição					
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.549,53	2.323.920,87	228.765,46	1.273.907,97	1.335.333,14
Aplicações Financeiras	930.923.446,53	1.173.642.299,97	1.754.440.951,03	1.938.302.046,88	2.492.050.097,11
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra	100.382,54	291.077,84	105.097,71	105.120,03	739.289,68
Total	931.205.378,50	1.176.257.298,68	1.754.774.814,20	1.939.681.074,88	2.494.124.719,93
Variação percentual anual 2017-2021:		26%	49%	11%	29%

Fonte: SIAFE-RIO / dez. 2021 (aberto) – DGPCF/DECON

Nota: Foram expurgados os montantes referentes às contas de depósitos judiciais, uma vez que se referem a recursos exclusivos de Terceiros, sendo certo, portanto, que não pertencem ao TJRJ.

Nota 2: O grupo de contas "Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra" corresponde a valores do Poder Judiciário alocados na Conta Única do Tesouro Estadual, em razão do Comércio da Dívida Ativa.

Ações para recuperação dos valores das notas de débito encaminhadas para a dívida ativa da PGE-RJ

Taxa judiciária, custas judiciais, emolumentos e cobranças administrativas pendentes de repasse desde 2005 e implantação de rotina para repasse automático da PGE-RJ para o FETJ

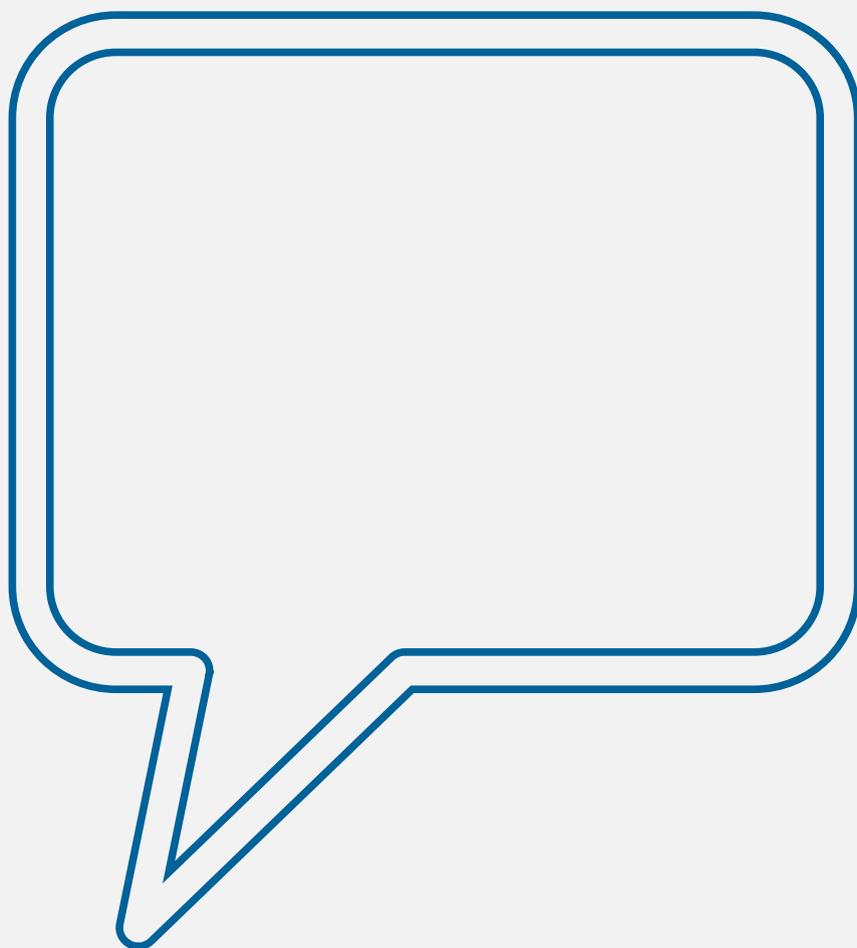
Em decorrência das ações coordenadas entre o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a sua Procuradoria-Geral, foi repassado ao TJRJ, no último dia 11/06/2021, o valor total de R\$ 20.684.118,15 referente a Notas de Débito recuperadas na Dívida Ativa pela PGE-RJ.

Cabe ressaltar, entretanto, que permanecem sendo conduzidas as medidas necessárias ao repasse dos valores ainda devidos, posteriores a outubro de 2020 até a presente data, nos autos dos processos TJRJ nº 2008-052148 (físico) – 2020-0650024 (eletrônico – SEI) – Processo SEI –PGE – 040083/000865/2020.

Vale destacar que se trata de resultado inédito, considerando que não há registro de repasse anterior de valores a tais títulos a este Poder Judiciário, cabendo ressaltar, entretanto, que o objetivo já vinha sendo perseguido pelas Administrações anteriores. Tratando-se, portanto, da continuidade de medidas já iniciadas.

17

Palavras Finais



Apresentados os resultados e iniciativas de 2021, avaliamos o ano que passou como de grandes retomadas e novas conquistas. O TJRJ e o mundo deram passos importantes para a recuperação de resultados, atividades e esforços paralisados ou desacelerados pela súbita pandemia do Coronavírus. Agora, mais do que nunca, é momento de ação.

Da mesma forma que, quando assumi a gestão desta Corte, avoquei o compromisso de realizar uma gestão eficiente, conclamando à manutenção do Tribunal - em paz e unido -, conclamo a todos agora, mais uma vez - magistrados, servidores, colaboradores e auxiliares, além dos demais operadores do Direito - a caminharem juntos para a melhoria dos serviços, para a retomada dos projetos, para a consecução das metas, para o alcance de melhores resultados e para o reconhecimento deste Tribunal como um dos melhores do país.

É hora de o TJRJ prosseguir e avançar com espírito de vanguarda que sempre lhe coube na excelência da gestão, na produtividade e na efetividade, nos resultados e na inovação. E, para isso, conto com a costumeira dedicação e compromisso de todos em 2022.

Que estejamos prontos para os novos desafios.

Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

